



PREVIDÊNCIA SOCIAL
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL/MPS

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE
PREVIDÊNCIA SOCIAL/SPPS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

BRASÍLIA/2011



PREVIDÊNCIA SOCIAL

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL/MPS

**SECRETARIA DE POLÍTICAS DE
PREVIDÊNCIA SOCIAL/SPPS**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010, da Portaria TCU nº 277/2010 e da Portaria CGU nº 2.546/2010.

BRASÍLIA/2011

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
A - CONTEÚDO GERAL	11
1 - INFORMAÇÕES DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA (UJ).....	11
2 – INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE	12
A) RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	12
I - Competência Institucional	12
II – Objetivos Estratégicos	13
B) ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS.....	13
I - Análise do andamento do Plano Estratégico da Secretaria de Políticas de Previdência Social.....	13
II - Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.	15
C) PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE	35
I - Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ.....	35
II - Execução física das ações realizadas pela UJ.....	37
D) DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	42
I - Programação Orçamentária das Despesas.....	42
II - Execução Orçamentária das Despesas	44
III - Indicadores Institucionais.....	47
3 - INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	59
4 - INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	59
5 - INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE.....	60
A) COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS.....	60
B) COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS.....	62
C) COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	62
D) CUSTOS ASSOCIADOS À MANUTENÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS	62
E) LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA MEDIANTE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	63
F) INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS	63
6 - INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES, VIGENTES NO EXERCÍCIO	65
7 - DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS – SIASG E NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA – SICONV, CONFORME ESTABELECE O ART. 19 DA LEI Nº. 12.309, DE 9 DE AGOSTO DE 2010.	66
8 - INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº. 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993, RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.	67
9 - INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ.....	68
10 - INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, MATERIAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS, TENDO COMO REFERÊNCIA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2010 E A PORTARIA Nº. 2/2010, AMBAS DA SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO E INFORMAÇÕES RELACIONADAS À SEPARAÇÃO DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS DESCARTADOS EM CONFORMIDADE COM O DECRETO N. 5.940/2006.	69
11 - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DA UJ, CLASSIFICADO COMO “BENS DE USO ESPECIAL”, DE PROPRIEDADE DA UNIÃO OU LOCADO DE TERCEIROS.....	71

12 - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ.....	71
13 - INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL, OBSERVANDO-SE AS DISPOSIÇÕES DOS DECRETOS NºS 5.355/2005 E 6.370/2008	72
14 - INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA	72
15 - INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO A QUE A UNIDADE JURISDICIONADA SE VINCULA OU AS JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO CUMPRIMENTO	72
16 - INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO, CASO EXISTA NA ESTRUTURA DO ÓRGÃO, APRESENTANDO AS JUSTIFICATIVAS PARA OS CASOS DE NÃO ACATAMENTO.	78
<u>B - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO.....</u>	79
1 - DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA UNIDADE JURISDICIONADA ATESTANDO OS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS (BALANÇOS ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E PATRIMONIAL E A DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS, PREVISTOS NA LEI Nº. 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964) E O DEMONSTRATIVO LEVANTADO POR UNIDADE GESTORA RESPONSÁVEL – UGR (VÁLIDO APENAS PARA AS UNIDADES GESTORAS NÃO EXECUTORAS) REFLETEM A ADEQUADA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA QUE APRESENTA RELATÓRIO DE GESTÃO.	79
<u>C - CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS</u>	81
AValiação sobre o andamento dos projetos e programas financiados com recursos externos.....	81

LISTA DE TABELAS

TABELA I – IDENTIFICAÇÃO DA UJ NO RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	11
TABELA II - INICIATIVAS E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS 2010.....	14
TABELA III - PLANO DE AÇÃO INTEGRADO – PAI – INICIATIVAS SPPS	15
TABELA IV - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO DA UJ.....	36
TABELA V - EXECUÇÃO DETALHADA DO PROGRAMA 1009 – (UO 33101 – MPS).....	37
TABELA VI - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ	42
TABELA VII - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	42
TABELA VIII - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES	43
TABELA IX - RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS	43
TABELA X - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA.....	44
TABELA XI - DESPESAS DE CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UF.....	44
TABELA XII - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ.	45
TABELA XIII - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ	45
TABELA XIV - EVOLUÇÃO DE GASTOS GERAIS.....	46
TABELA XV – EVOLUÇÃO DE GASTOS GERAIS	46
TABELA XVI - INDICADORES DE DESEMPENHO DE 2010 - COORDENAÇÃO-GERAL DE AUDITORIA, ATUÁRIA, CONTABILIDADE E INVESTIMENTOS – CGACI/DRPSP	47
TABELA XVII - INDICADORES DE DESEMPENHO 2010 - COORDENAÇÃO-GERAL DE NORMATIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO LEGAL – CGNAL/DRPSP.....	48
TABELA XVIII - INDICADORES DE DESEMPENHO 2010 - ESTUDOS E PESQUISAS NO ÂMBITO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - PPA - DRGPS	49
TABELA XIX - INDICADORES DE DESEMPENHO 2010 - EDIÇÃO MENSAL DO INFORME PREVIDÊNCIA SOCIAL - DRGPS	50
TABELA XX - INDICADORES DE DESEMPENHO 2010 - SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS EM ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DRGPS.....	50
TABELA XXI - INDICADORES DE DESEMPENHO 2010 - EDITAR BOLETINS ESTATÍSTICOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - NACIONAIS E REGIONAIS - DRGPS.....	51
TABELA XXII - INDICADORES DE DESEMPENHO 2010 - APURAR O VALOR MÉDIO DOS BENEFÍCIOS E MINUTAR PORTARIA MINISTERIAL PARA DIVULGAÇÃO DO VALOR APURADO - DRGPS	52
TABELA XXIII - INDICADORES DE DESEMPENHO 2010 – PREPARAR PORTARIA MINISTERIAL PARA DIVULGAÇÃO DOS ÍNDICES DE ATUALIZAÇÃO DOS SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO - DRGPS	52
TABELA XXIV - INDICADORES DE DESEMPENHO 2010 - APURAR E DIVULGAR NO SITIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL OS VALORES DE ARRECADAÇÃO E DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS NOS MUNICÍPIOS - DRGPS	53
TABELA XXV - INDICADORES DE DESEMPENHO 2010 - PROJETAR RECEITA E DESPESA DO ANO SEGUINTE E DE LONGO PRAZO - DRGPS	54
TABELA XXVI - INDICADORES DE DESEMPENHO 2010 – ACOMPANHAR EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO RGPS E ATUALIZAR PROJEÇÕES PARA FINS GERENCIAIS - DRGPS	54
TABELA XXVII - INDICADORES DE DESEMPENHO 2010 - DISPONIBILIZAR DADOS PARA INDICADORES DE ACIDENTES DO TRABALHO DA REDE INTERAGENCIAL DE INFORMAÇÕES PARA SAÚDE – RIPSA - DRGPS.....	55
TABELA XXVIII - INDICADORES DE DESEMPENHO 2010 - ANÁLISE DE PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL DE INTERESSE DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DRGPS	56

TABELA XXIX - INDICADORES DE DESEMPENHO 2010 - ELABORAÇÃO DE PROPOSTA SUBSTITUTIVA AO PL 201/2001, SOBRE EXTINÇÃO DO FATOR PREVIDENCIÁRIO E REDUÇÃO DO PERÍODO BÁSICO DE CÁLCULO – PBC - DRGPS	56
TABELA XXX - INDICADORES DE DESEMPENHO - ELABORAÇÃO DE PROPOSTA DE ATO LEGISLATIVO/REGULAMENTAR (ANTEPROJETO DE LEI/MEDIDA PROVISÓRIA, MINUTS DE DECRETOS E PORTARIAS).....	57
TABELA XXXI - INDICADORES DE DESEMPENHO 2010 - ELABORAÇÃO DE PROPOSTA DE CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO ORDINÁRIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL PÚBLICA - DRGPS.....	58
TABELA XXXII - INDICADORES DE DESEMPENHO 2010 - ATENDIMENTOS A DEMANDAS INTERNAS DO MPS E SEUS ÓRGÃOS, BEM COMO DE SEGURADOS/CONTRIBUINTE - DRGPS.....	58
TABELA XXXIII - INDICADORES DE DESEMPENHO 2010 - ATENDIMENTO A DEMANDAS DE OUTROS ÓRGÃOS/ENTIDADES DO PODER PÚBLICO – DRGPS	59
TABELA XXXIV - SITUAÇÃO DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	60
TABELA XXXV - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010	60
TABELA XXXVI - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA.....	61
TABELA XXXVII - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE.....	62
TABELA XXXVIII - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	62
TABELA XXXIX – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	65
TABELA XL – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS	66
TABELA XLI – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTE	66
TABELA XLII - ESTRUTURA DE CONTROLE INTERNO	68
TABELA XLIII - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	69
TABELA XLIV - GESTÃO DA TI DA UJ.....	71
TABELA XLV - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI	72
TABELA XLVI - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI	73
TABELA XLVII - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI.....	74
TABELA XLVIII - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI.....	75
TABELA XLIX - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI	76
TABELA L - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI	76
TABELA LI - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI.....	77
TABELA LII - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO.....	77
TABELA LIII - DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR	79
TABELA LIV – LOTE 1 – REGIÃO NORDESTE	82
TABELA LV – LOTE 2 - REGIÕES NORTE E CENTRO OESTE	82
TABELA LVI – LOTE 3 - REGIÕES SUL E SUDESTE.....	83
TABELA LVII - DEMONSTRATIVO DO FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS E/OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS E/OU COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL UTILIZADOS NA EXECUÇÃO DO PROPREV, PREVMUN E PARSEP II:.....	84

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO I – EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO LÍQUIDA, DESPESA COM BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO DO RGPS DE 2006 A 2010 (EM R\$ BILHÕES DE DEZEMBRO DE 2010).....	18
GRÁFICO II – EVOLUÇÃO DA NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO DO RGPS DE 2006 A 2010, COMO PROPORÇÃO DO PIB.....	18
GRÁFICO III – VARIAÇÃO ANUAL DO PIB, EMPREGO FORMAL E ARRECADAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DE 2006 A 2010 (EM %).....	19
GRÁFICO IV – VARIAÇÃO ANUAL DO NÚMERO DE BENEFÍCIOS DO RGPS EMITIDOS DE 2006 A 2010 (POSIÇÃO DE DEZEMBRO CONTRA DEZEMBRO DO ANO ANTERIOR EM %).....	20
GRÁFICO V – EVOLUÇÃO QUANTIDADE DE AUXÍLIO-DOENÇA EMITIDO (PREVIDENCIÁRIO E ACIDENTÁRIO) 2003 A 2010 EM MILHARES	20
GRÁFICO VI – EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE TRABALHADORES INSCRITOS NO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.....	21
GRÁFICO VII - EXECUÇÃO DETALHADA DO PROGRAMA 1009 – (UO 33101 – MPS).....	37

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AAINT - Assessoria de Assuntos Internacionais
ABC – Agência Brasileira de Cooperação
AEAT – Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho
AMBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais
ANBID – Associação Nacional dos Bancos de Investimento
ASPAR - Assessoria de Assuntos Parlamentares
AVAPE – Associação para Valorização e Promoção de Excepcionais
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BSC – *Balanced Scored Card*
CADPREV – Cadastro de Regime Próprio de Previdência Social
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho
CBO – Classificação Brasileira de Ocupações
CGAAI – Coordenação-Geral de Auditoria, Atuária e Investimentos
CGCEI – Coordenação-Geral de Estudos Técnicos, Estatísticas e Informações Gerenciais
CGEDA – Coordenação-Geral de Estatística, Demografia e Atuária
CGEPR – Coordenação-Geral de Estudos Previdenciários
CGLSG – Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais
CGLEN – Coordenação-Geral de Legislação e Normas
CGMBI – Coordenação-Geral de Monitoramento dos Benefícios por Incapacidade
CGNAL – Coordenação-Geral de Normatização e Acompanhamento Legal
CGPST – Coordenação-Geral de Política de Seguro Contra Acidentes do Trabalho e Relacionamento Interinstitucional
CGRH – Coordenação-Geral de Recursos Humanos
CGU – Controladoria-Geral da União
CID-10 – Classificação Internacional de Doenças
CIST – Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador
CNAE – Classificação Nacional de Atividade Econômica
CND – Certidão Negativa de Débito
CNDI - Conselho Nacional dos Direitos do Idoso
CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais
CNP – Comissão Nacional Portuária
CNPBz – Comissão Nacional Permanente do Benzeno
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNPM – Comissão Nacional Permanente da Mineração
CNPS – Conselho Nacional de Previdência Social
CNS – Conselho Nacional de Saúde
COMPREV – Compensação Previdenciária
CONAETI – Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil
CONATRAE – Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo
COPEs – Cobertura Previdenciária Estimada
CPA-10/ANBID – Certificação Profissional ANBID Série 10
CPF – Cadastro de Pessoa Física
CPNSEE – Comissão Permanente Nacional de Segurança em Energia Elétrica NR 10
CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária
CTPP – Comissão Tripartite Paritária Permanente
CTSST – Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho
DAS – Direção e Assessoramento Superior

DATAPREV – Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DN – Decisão Normativa
DPSSO – Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional
DRGPS - Departamento do Regime Geral de Previdência Social
DRPSP – Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público
FAP – Fator Acidentário de Prevenção
FCT – Função Comissionada Técnica
FG – Função Gratificada
FUB – Fundação Universidade de Brasília
FUNDACENTRO - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho
GTI – Grupo de Trabalho Interministerial
IN – Instrução Normativa
INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LC – Lei Complementar
LOA – Lei Orçamentária Anual
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MF – Ministério da Fazenda
MPS – Ministério da Previdência Social
MS – Ministério da Saúde
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NAF – Notificação de Auditoria Fiscal
NAST – Notificação de Agravamento à Saúde do Trabalhador
NFPS – Necessidade de Financiamento do Regime Geral da Previdência Social
NIA – Notificação de Irregularidade Atuarial
NTEP – Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário
OI – Orientação Interna
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMS – Organização Mundial de Saúde
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PAI – Plano de Ação Integrado
PAP – Processos Administrativos Previdenciários
PARSEP II – Programa de Assistência Técnica para a Reforma dos Sistemas Estaduais de Previdência
PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PIB – Produto Interno Bruto
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PORT. – Portaria
PPA – Plano Plurianual
PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário
PREVMUN – Projeto de Reforma da Previdência dos Municípios
PROPREV – Programa de Apoio à Modernização da Gestão do Sistema de Previdência Social
RAT – Riscos Ambientais do Trabalho
RG – Relatório de Gestão
RGPS – Regime Geral de Previdência Social
RPPS – Regimes Próprios de Previdência Social
SAT – Seguro de Acidente do Trabalho
SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SE – Secretaria Executiva
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SGT-10 – Subgrupo de Trabalho 10
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPREV – Sistema Integrado de Informações Previdenciárias
SPOA – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
SPPS – Secretaria de Políticas de Previdência Social
SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil
SST - Saúde e Segurança no Trabalho
TCT – Termo de Cooperação Técnica
TCU – Tribunal de Contas da União
UCP – Unidade de Coordenação de Projetos
UG – Unidade Gestora
UGO – Unidade Gestora Orçamentária
UGR – Unidade Gestora Responsável
UJ – Unidade Jurisdicionada
UnB – Universidade de Brasília
UO – Unidade Orçamentária

INTRODUÇÃO

Esse é o Relatório de Gestão (RG) apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual (2010) a que a Unidade Jurisdicionada (UJ) Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPPS – está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010.

O RG da UJ SPPS está estruturado de acordo com os itens constantes do Anexo II da DN TCU nº 107/2010, subdivididos em Parte A – Conteúdo Geral, Parte B – Informações Contábeis da Gestão e Parte C – Conteúdo Específico por Unidade Jurisdicionada ou Grupo de Unidades Afins, cujos itens aplicáveis ao tipo de UJ (Órgão Público da Administração Direta), são: 1, 2, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 12, 15 e 16 da parte A, o item 1 da parte B e o item 31 da parte C.

A SPPS não executou atividades relacionadas aos itens 3, 7, 11, 13 e 14 da Parte A e aos itens de 1 a 30 da Parte C. Há que se registrar que a UJ SPPS não constitui Unidade Orçamentária (UO) e, portanto, não executa orçamento.

Os demais itens foram informados com a colaboração dos Diretores, Coordenadores-Gerais e servidores lotados na SPPS, bem como de outras áreas demandadas no âmbito do MPS.

A - CONTEÚDO GERAL**INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO****1 - INFORMAÇÕES DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA (UJ)**

TABELA I – IDENTIFICAÇÃO DA UJ NO RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Previdência Social			Código SIORG: 001930
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Secretaria de Políticas de Previdência Social			
Denominação abreviada: SPPS			
Código SIORG: 002210	Código LOA: não se aplica		Código SIAFI: 330010
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público – Administração Direta			
Principal Atividade: Administração Pública, Defesa e Seguridade Social			Código CNAE: 8430-2/00
Telefones/Fax de contato:	(061) 2021-5236	(061) 2021-5342	(061) 2021-5195/5045
Endereço eletrônico:			
Página da Internet: http://www.previdencia.gov.br ou http://www.mps.gov.br			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco F, 7º andar, sala 723, CEP 70059-900, Brasília, DF.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto-Lei nº 8.742, de 19 de janeiro de 1946.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 5.755, de 13 de abril de 2006, Decreto nº 6.417, de 31 de março de 2008, Decreto nº 7.078, de 26 de janeiro de 2010.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
330010	Secretaria de Políticas de Previdência Social		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
330010		00001	

2 – INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE

a) Responsabilidades institucionais da unidade

I - Competência Institucional

A Secretaria de Políticas da Previdência Social – SPPS, parte integrante da estrutura do Ministério da Previdência Social, tem por atribuições:

- assistir o Ministro de Estado na formulação, acompanhamento e coordenação das políticas de previdência social e na supervisão dos programas e atividades das entidades vinculadas;
- assistir o Ministro de Estado na proposição de normas gerais para a organização e manutenção dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos e dos militares da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- elaborar e promover, em articulação com os demais órgãos envolvidos, o aperfeiçoamento da legislação e a atualização e a revisão dos planos de custeio e de benefícios da Previdência Social;
- orientar, acompanhar, normatizar e supervisionar as ações da previdência social na área de benefícios e, em coordenação com a Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, as ações de arrecadação;
- exercer as funções de Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Previdência Social;
- realizar estudos e subsidiar a formulação de políticas, diretrizes e parâmetros gerais do sistema de Previdência Social;
- acompanhar e avaliar as ações estratégicas de sua área de competência;
- promover ações de desregulamentação voltadas para a racionalização e a simplificação do ordenamento normativo e institucional da Previdência Social;
- orientar, acompanhar, avaliar e supervisionar as ações da Previdência Social, no âmbito do Regime Geral de Previdência Social;
- orientar, acompanhar e supervisionar os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos e dos militares da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- articular-se com entidades governamentais e organismos nacionais, internacionais e estrangeiros com atuação no campo econômico- previdenciário, para realização de estudos, conferências técnicas, congressos e eventos semelhantes;
- avaliar as propostas de alteração da legislação previdenciária e seus impactos sobre os regimes de previdência;
- acompanhar a política externa do Governo Federal, no que se refere à Previdência Social;
- promover o desenvolvimento harmônico e integrado dos regimes próprios de previdência e a permanente articulação entre o Ministério e os órgãos ou entidades gestoras desses regimes, fomentando o intercâmbio de experiências nacionais e internacionais;
- coordenar e promover a disseminação das políticas de previdência social no âmbito do Regime Geral, dos regimes próprios de previdência social e de saúde e segurança ocupacional;
- definir diretrizes relativas à ampliação da cobertura previdenciária mediante programas de educação previdenciária.

Compõem a SPPS os seguintes departamentos e coordenações-gerais:

- Departamento do Regime Geral de Previdência Social
 - Coordenação-Geral de Estatística, Demografia e Atuária
 - Coordenação-Geral de Legislação e Normas
 - Coordenação-Geral de Estudos Previdenciários

- Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público
 - Coordenação-Geral de Estudos Técnicos, Estatísticas e Informações Gerenciais
 - Coordenação-Geral de Auditoria, Atuária, Contabilidade e Investimentos
 - Coordenação-Geral de Normatização e Acompanhamento Legal

- Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional
 - Coordenação-Geral de Política de Seguro Contra Acidentes do Trabalho e Relacionamento Interinstitucional
 - Coordenação-Geral de Monitoramento dos Benefícios por Incapacidade

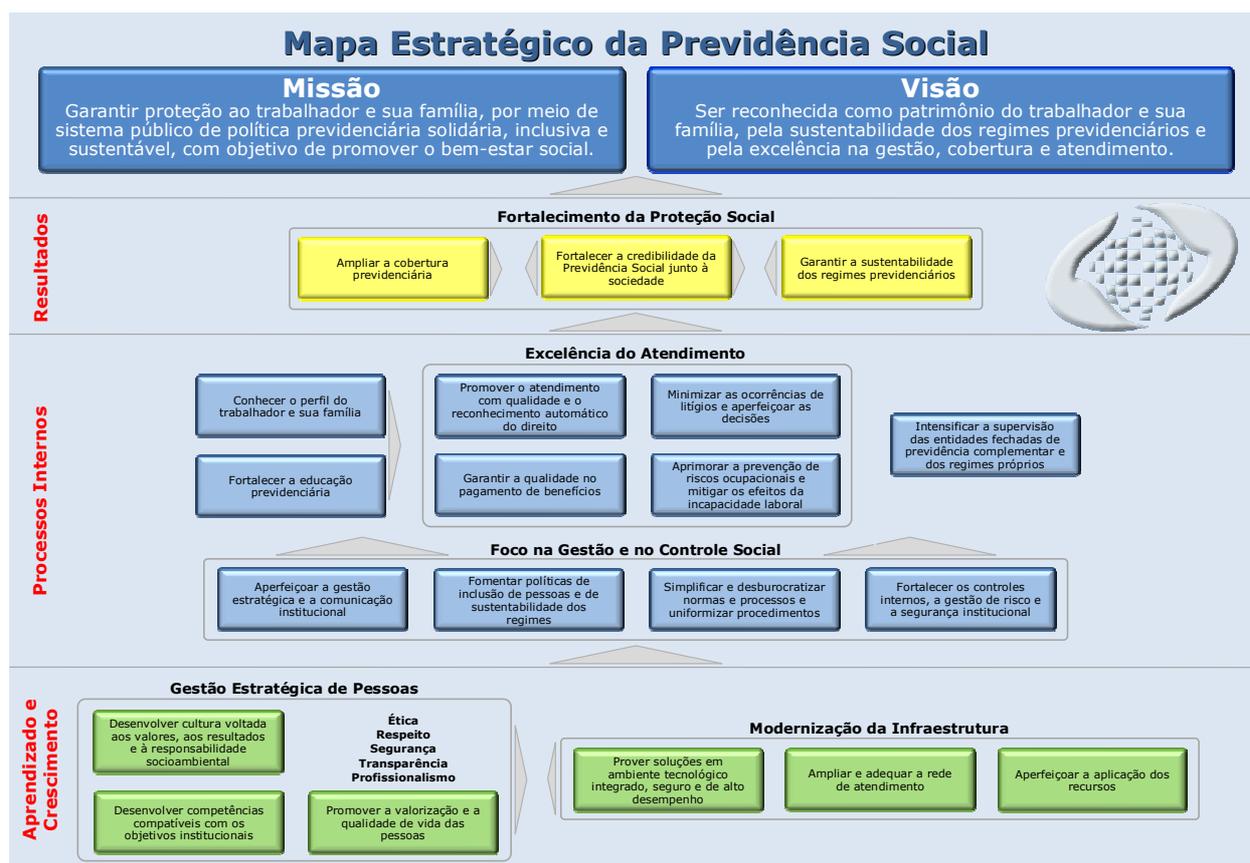
II – Objetivos Estratégicos

A SPPS elegeu como objetivos estratégicos no exercício de 2010:

- Fomentar políticas de inclusão de pessoas e de sustentabilidade dos regimes;
- Revisar modelo de projeção de longo prazo de receitas e despesas do Regime Geral de Previdência Social;
- Simplificar e desburocratizar normas e processos e uniformizar procedimentos;
- Intensificar a supervisão das entidades dos regimes próprios de previdência social;
- Conhecer o perfil do trabalhador e sua família;
- Fortalecer a educação previdenciária;
- Aprimorar a prevenção de riscos ocupacionais e mitigar os efeitos da incapacidade laboral.

b) Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

I - Análise do andamento do Plano Estratégico da Secretaria de Políticas de Previdência Social.



Em continuidade ao “Plano Estratégico 2009-2015 – Transformando partes para formar o todo” lançado em 2009, a SPSS estruturou as iniciativas listadas adiante no Plano de Ação Integrado - PAI para execução em 2010, vinculados aos objetivos estratégicos da Previdência Social:

TABELA II - INICIATIVAS E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS 2010

Iniciativa Estratégica	Objetivo Estratégico
Elaborar estudos para aumentar a proteção social e garantir a sustentabilidade do Regime Próprio de Previdência;	Fomentar políticas de inclusão de pessoas e de sustentabilidade dos regimes.
Revisar modelo de projeção de longo prazo de receitas e despesas do Regime Geral de Previdência Social;	Revisar modelo de projeção de longo prazo de receitas e despesas do Regime Geral de Previdência Social.
Automatizar o controle dos processos de ações judiciais;	Simplificar e desburocratizar normas e processos e uniformizar procedimentos
Consolidar as Leis do Regime Geral de Previdência Social;	Simplificar e desburocratizar normas e processos e uniformizar procedimentos
Realizar Fórum de disseminação e uniformização de procedimentos dos Conselhos da Previdência Social;	Simplificar e desburocratizar normas e processos e uniformizar procedimentos
Automatizar os processos de orientação, acompanhamento e supervisão dos regimes próprios de previdência social;	Intensificar a supervisão das entidades dos regimes próprios de previdência social.
Criar e unificar o cadastro dos Servidores Públicos Brasileiros;	Conhecer o perfil do trabalhador e sua família
Elaborar e disseminar a cartilha dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS);	Fortalecer a educação previdenciária.
Construir a nova matriz do Nexo Técnico Epidemiológico (NTEP).	Aprimorar a prevenção de riscos ocupacionais e mitigar os efeitos da incapacidade laboral.

O modelo de planejamento adotado pela Previdência Social está alicerçado na gestão estratégica, considerando sempre os direcionadores do “Mapa Estratégico da Previdência Social”, a auto-avaliação, e leva em conta o modelo de excelência da Gestão-Pública, com a finalidade de aprimorar os processos da organização, propiciando que todos os seus integrantes participem da sua estruturação e execução proativamente, focando na satisfação do seu público de interesse.

A SPPS, como todo o MPS, procura, desde o lançamento do Plano Estratégico da Previdência Social direcionar esforços no sentido de difundir-lo a todos os servidores da Previdência Social, o que resultará no direcionamento de esforços nos mesmos objetivos e direções, cujos resultados já começam a ser colhidos com a melhoria na cultura voltada para o planejamento na Unidade.

II - Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.

Secretaria de Políticas de Previdência Social

As ações da SPPS/MPS buscam a construção de uma Previdência Social no país que garanta seguridade social aos trabalhadores(as) brasileiros(as) e suas famílias, visando garantir o aperfeiçoamento dos Regimes de Previdência, Geral e dos Servidores Públicos, que sejam tanto sustentáveis a médio e longo prazo do ponto de vista financeiro, como também ações visando à ampliação da proteção social no país.

Com o início da estruturação e da implantação da cultura do planejamento no âmbito da SPPS, considerando os objetivos estratégicos previstos no “Mapa Estratégico da Previdência Social”, os resultados que surgem das iniciativas propostas ainda não são satisfatórios, não são os desejados, e apontam o percentual de avaliação anual correspondente a 36,22% (trinta e seis vírgula vinte e dois por cento) de execução das iniciativas propostas, segundo resultados apurados no Plano de Ação Integrado – PAI 2010, inseridos na tabela adiante, cujas avaliações constam de documento distribuído pela Coordenação-Geral de Planejamento Setorial do MPS.

TABELA III - PLANO DE AÇÃO INTEGRADO – PAI – INICIATIVAS SPPS

INICIATIVAS	COMENTÁRIOS	AVALIAÇÃO ANUAL
Direcionador Estratégico: Foco na gestão e no controle social		
Objetivo Estratégico - Fomentar políticas de inclusão de pessoas e de sustentabilidade dos regimes		
Elaborar estudos para aumentar a proteção social e garantir a sustentabilidade do Regime Próprio de Previdência	Relatórios entregues em 2010 pela empresa de consultoria contratada por licitação para desenvolver estudos sobre o tema "Os indígenas e a Previdência Social" (Produto 1: Relatório de preparação, com plano do roteiro da pesquisa de campo e metodologia de pesquisa, para aprovação da SPS; Produto 2: Relatório de viagem, contendo relatos dos trabalhos de campo e informações recolhidas in loco). Relatórios a serem entregues em 2011 sobre o mesmo tema (Indígenas): Produto 3: Relatório preliminar da pesquisa dos povos indígenas: Canela, Guajajara, Boniwa, Tiriyo e Sateré-Mawé; e o Produto 4: Relatório final da pesquisa dos povos indígenas). Dos estudos contratados junto ao IPEA 4 (quatro) foram finalizados em 2010 (Expansão do Trabalho Formal sob a Ótica das Empresas; Aprofundamento do Diagnóstico do Simples; Uma análise da Contribuição dos Trabalhadores por Conta-Própria para a Previdência Social entre 1992 e 2006; e, Impacto do Plano Simplificado de Previdência sobre as Contribuições à Previdência). Os outros três estudos serão entregues em 2011 (Determinantes da Evolução do Emprego Formal; Avaliação da Ouvidoria Geral da Previdência	94%

	Social; e, Inter-relações entre Previdência e Questões Regionais). O Termo de Cooperação Técnica com o IPEA foi prorrogado para setembro de 2012. Em 2010 foram elaborados os Informes da Previdência Social, cada um com um artigo. Além dos publicados, foram elaborados dois artigos a mais.	
Revisar modelo de projeção de longo prazo de receitas e despesas do Regime Geral de Previdência Social	PNAD 2009 foi divulgada. A tabulação desses dados para o modelo de longo prazo ainda não foi finalizada, pois depende de colaboração voluntária de técnicos de órgão externo, o que não ocorreu na velocidade esperada.	PREJUDICADA ANÁLISE (0%)
Objetivo Estratégico - Simplificar e desburocratizar normas e processos e uniformizar procedimentos		
Automatizar o controle dos processos de ações judiciais	Como não houve a ampliação do quadro de servidores, nem a disponibilização de sistema, nada pode ser executado da meta estabelecida.	0%
Consolidar as Leis do Regime Geral de Previdência Social	Ação concluída no primeiro trimestre de 2010.	100%
Realizar Fórum de disseminação e uniformização de procedimentos dos Conselhos da Previdência Social	Ação suspensa, após processo de reavaliação das prioridades realizadas no segundo semestre de 2010.	0%
Direcionador Estratégico: Eficácia na Supervisão		
Objetivo Estratégico - Intensificar a supervisão das entidades fechadas de previdência social dos regimes próprios		
Automatizar os processos de orientação, acompanhamento e supervisão dos regimes próprios de previdência social	É um sistema corporativo e até a presente data nada foi desenvolvido pela DATAPREV no sentido de atender a essa iniciativa, pelo que nos consta, em razão de outras prioridades definidas pelas autoridades superiores do MPS. É notória a constante negociação de prioridades entre todos os setores do MPS com a DATAPREV, com a finalidade de assegurar o desenvolvimento de sistemas/aplicativos demandados, via de regra postergados, suspensos ou cancelados.	2%
Direcionador Estratégico: Excelência do Atendimento		
Objetivo Estratégico - Conhecer o perfil do trabalhador e sua família		
Criar e unificar o cadastro dos Servidores Públicos Brasileiros	Em 10.06.2010 o projeto CNIS/RPPS foi retomado pela DATAPREV para fins de conclusão de implementação, sendo disponibilizado a SPPS/DRPSP para testes de carregamento e de exportação para viabilizar cruzamentos em 12.2010, estando previsto esta fase de definição de infra estrutura para a 1º quinzena de março de 2011. Assim sendo, e permanecendo destaque de técnicos da DATAPREV em efetivo exercício no Projeto, tem-se como previsão de conclusão desta 1ª versão, no 1º semestre de 2011.	30%
Objetivo Estratégico - Fortalecer a educação previdenciária		

Elaborar e disseminar a cartilha dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS)	1. Foi elaborado um esboço do pré-projeto da minuta da cartilha, entretanto está sujeito a aprovação por parte das autoridades superiores. 2. No primeiro semestre de 2010 ocorreu a rescisão de contrato de 4 servidores temporários já treinados e capacitados, uma vez que, prestavam serviços à CGNAL há dois anos pelo menos, e o pessoal concursado pelo MPS e disponibilizado à coordenação além de ser de nível médio, somente substituiu as vagas deixadas pelos temporários, estando os quatro ainda em fase de treinamento, sendo impraticável deslocá-los para esta atividade. Como não houve a ampliação do quadro de servidores, nada pode ser executado da meta estabelecida.	0%
Objetivo Estratégico - Aprimorar a prevenção de riscos ocupacionais e mitigar os efeitos da incapacidade laboral		
Construir a nova matriz do Nexo Técnico Epidemiológico (NTEP)	Estudo realizado.	100%
PERCENTUAL MÉDIO DE AVALIAÇÃO ANUAL:		36,22

FONTE: Coordenação-Geral de Planejamento Setorial do MPS.

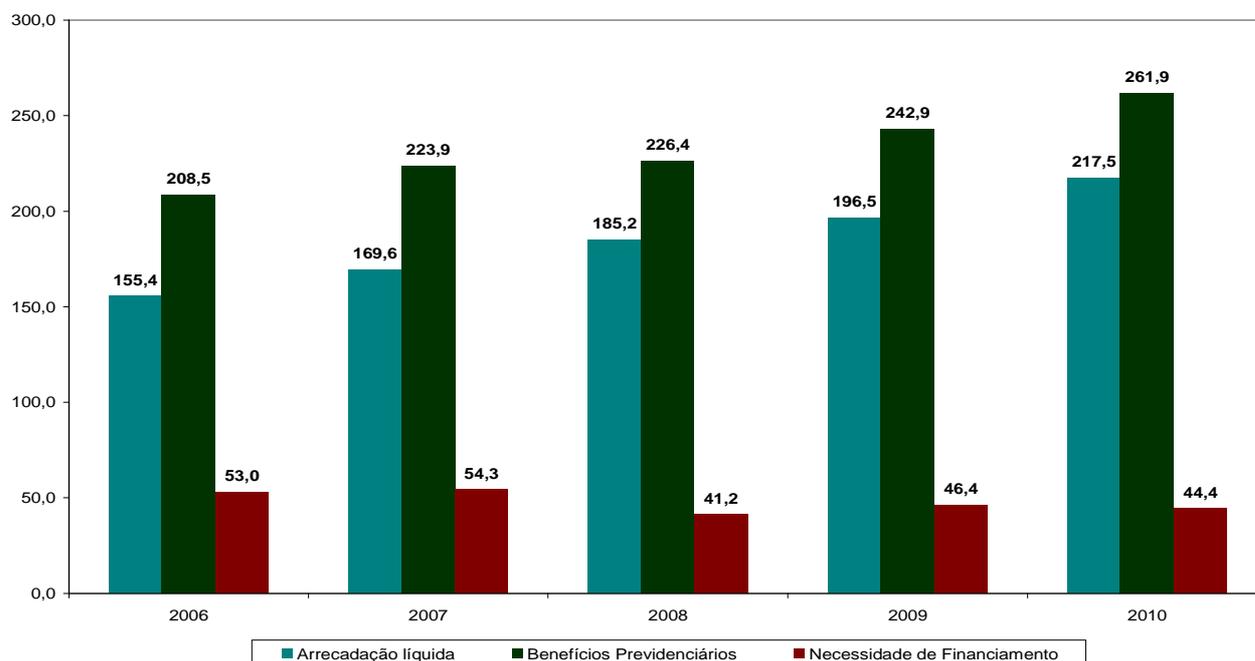
Cabe destacar as atividades de acompanhamento, típicas da SPPS/MPS. A primeira delas é o acompanhamento da evolução das concessões e emissões de benefícios previdenciários, que permite a detecção de eventuais falhas legislativas e administrativas do processo de concessão (que possibilitem pagamentos indevidos), ou ainda gargalos que estejam representando dificuldades no acesso ao direito do segurado.

Ainda em relação ao acompanhamento dos impactos que seguem tendo as medidas de gestão adotadas pelo MPS, tanto as voltadas para o maior controle da concessão dos benefícios quanto às endereçadas à melhoria do atendimento ao trabalhador segurado. Dessa maneira, são acompanhadas as informações sobre a concessão e a emissão de auxílios-doença, o agendamento eletrônico de atendimento, o horário de atendimento das agências, o tempo médio de permanência do segurado nas Agências de Previdência Social, o tamanho das filas, os procedimentos médicos-periciais, entre outros. Outra vertente de acompanhamento está dirigida para os regimes públicos, no que se referir à aplicação da legislação regulamentadora, ao equilíbrio atuarial e financeiro e aos investimentos.

No âmbito do Regime Geral de Previdência Social – RGPS – pode-se dizer que os resultados de 2010 representaram a recuperação da crise internacional, com a arrecadação líquida crescendo em patamar superior ao aumento do pagamento com benefícios previdenciários, fato registrado no fechamento dos anos de 2007 e 2008. É importante destacar também que o País obteve, em 2010, crescimento do PIB de 7,5%, o maior desde 1986. Esse resultado também se refletiu no mercado de trabalho formal, que registrou no ano de 2010 a criação de 2.555 milhões de empregos com carteira de trabalho assinada, segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

Esse desempenho do mercado de trabalho possibilitou um avanço da arrecadação líquida real (Jan-Dez/2010 comparado com igual período do ano anterior, corrigido pelo INPC) de 10,7% (+R\$ 21,0 bilhões), registrando 2,9 pontos percentuais acima do crescimento da despesa com pagamento de benefícios previdenciários, que foi de 7,8% (+R\$ 18,9 bilhões). Exatamente por isso a necessidade de financiamento do RGPS (NFPS) registrou queda de 4,5% (-R\$ 2,1 bilhões), na comparação entre 2010 e 2009 (cf. Gráfico I).

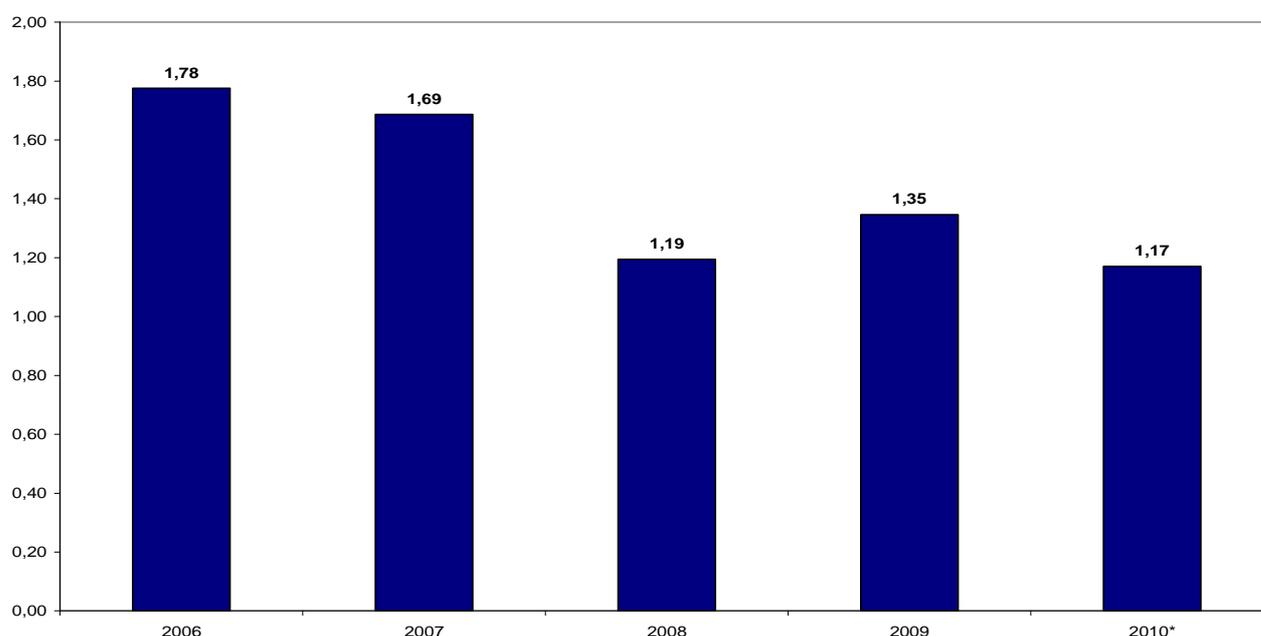
GRÁFICO I – EVOLUÇÃO DA ARRECAÇÃO LÍQUIDA, DESPESA COM BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO DO RGPS DE 2006 A 2010 (EM R\$ BILHÕES DE DEZEMBRO DE 2010)



Fonte: Secretaria de Políticas de Previdência Social/Ministério da Previdência Social – SPPS/MPS.

Nos últimos cinco anos, a necessidade de financiamento, em 2010, é superior apenas em relação ao ano de 2008, que em decorrência da crise internacional, diminuiu o ritmo de crescimento na arrecadação líquida no ano de 2009 e início de 2010. A estimativa, tendo em vista a projeção do PIB para 2010, é que a necessidade de financiamento, em porcentagem do PIB, deve ficar em 1,17% em 2010, o menor percentual do PIB nos últimos anos (Gráfico II).

GRÁFICO II – EVOLUÇÃO DA NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO DO RGPS DE 2006 A 2010, COMO PROPORÇÃO DO PIB



Fonte: SPPS/MPS e IBGE.

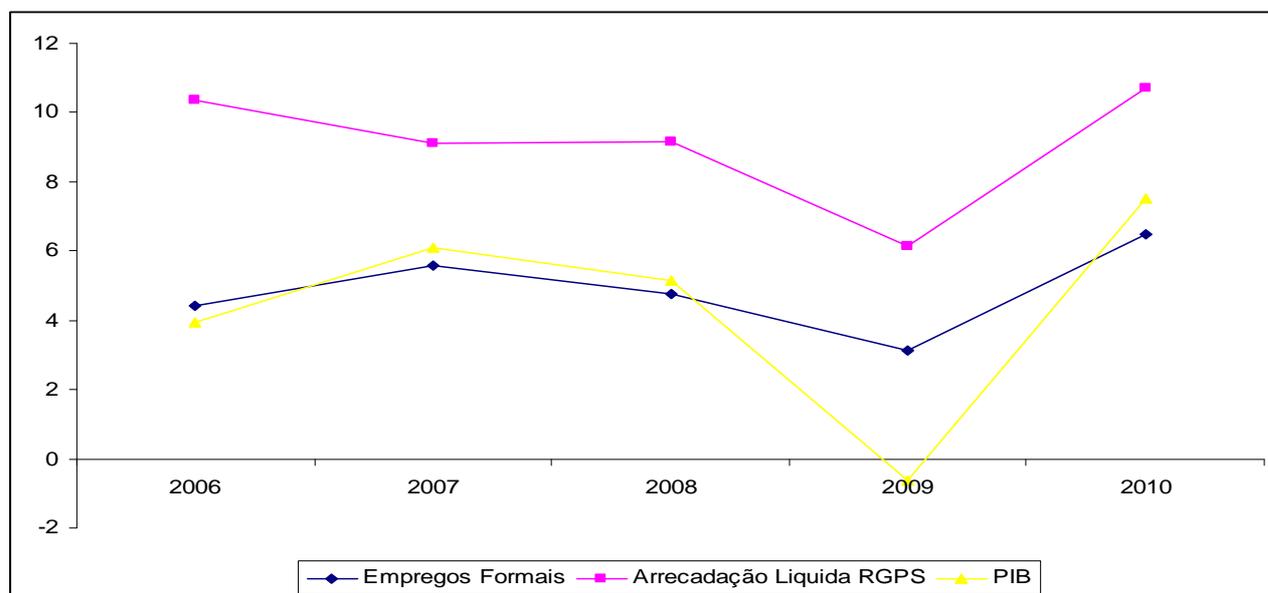
* PIB projetado.

A reversão da queda da necessidade de financiamento como proporção do PIB, em 2009, ocorreu em larga medida em função da crise financeira internacional, que teve consequências para o PIB brasileiro e reduziu o ritmo de crescimento do emprego formal e da arrecadação previdenciária líquida real. Mas, em 2010, a economia brasileira voltou a crescer em patamar recorde (7,5%), registrando a maior taxa de crescimento desde 1986, e a arrecadação líquida previdenciária aumentou 10,7%, em relação ao ano de 2009, conforme citado anteriormente (Gráfico III).

Do lado das despesas, observa-se que o ritmo de crescimento dos benefícios emitidos está mais acentuado nos últimos anos. Entre 2010 e 2009, os benefícios emitidos tiveram elevação de 4,0%. Os efeitos das medidas gerenciais adotadas em 2005 (como a COPEs, a contratação de médicos peritos e o Censo Previdenciário) parecem não estar sendo suficientes para manter o ritmo de expansão dos benefícios emitidos observado em 2006 e 2007, anos em que essa expansão foi de, respectivamente, 2,7% e 2,3% (cf. Gráfico IV).

Sabe-se que a quantidade de auxílio-doença aumenta tanto quando a economia apresenta recessão quanto quando está em forte crescimento. A economia brasileira vem passando por anos de aceleração nas atividades econômicas, apresentando inclusive recordes de geração de novos postos de trabalho. Isso contribui para o maior número de auxílio-doença concedido na medida em que mais trabalhadores estão ocupados e trabalhando com mais intensidade, o que tende a aumentar a acidentalidade, morbidade e mortalidade ocupacional. Ressalta-se, ainda, que ocorreu paralisação dos médicos peritos do INSS no período de junho a setembro de 2010, fazendo com que a quantidade de auxílios-doença represados nesse período fosse concedida e emitida nos últimos três meses do ano de 2010. Dessa forma, a quantidade total de auxílio-doença emitido aumentou 13,9% (+172,8 mil benefícios), conforme se pode ver no Gráfico V.

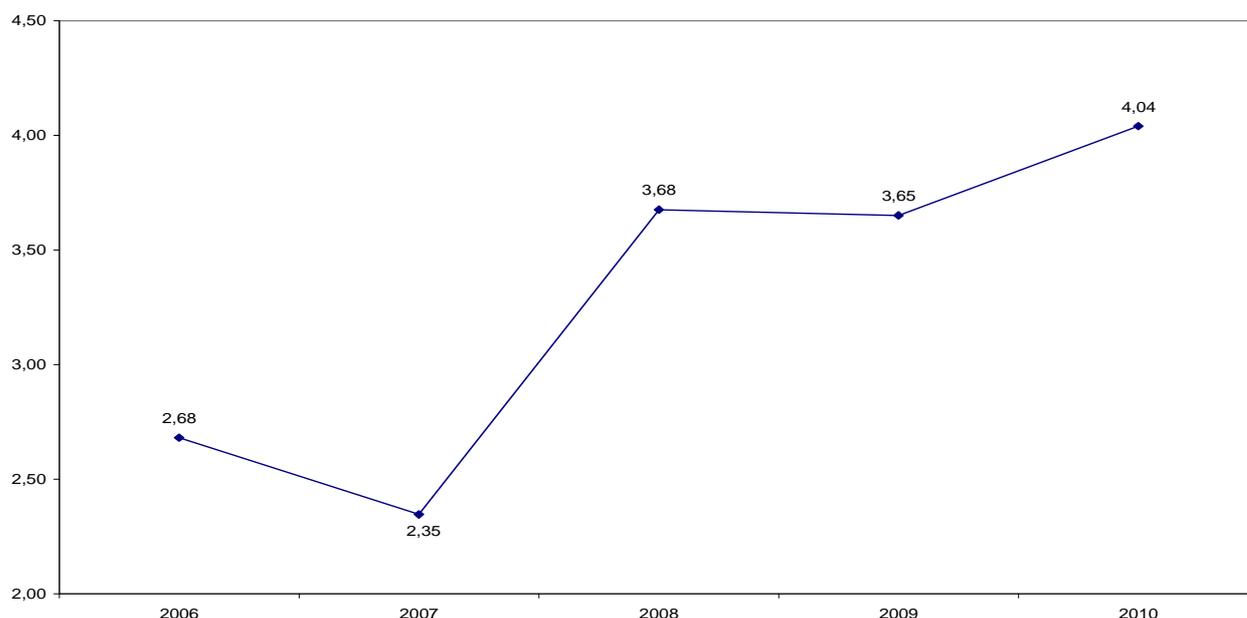
GRÁFICO III – VARIAÇÃO ANUAL DO PIB, EMPREGO FORMAL E ARRECADAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DE 2006 A 2010 (EM %)



Fonte: SPPS/MPS, IBGE e CAGED/MTE.

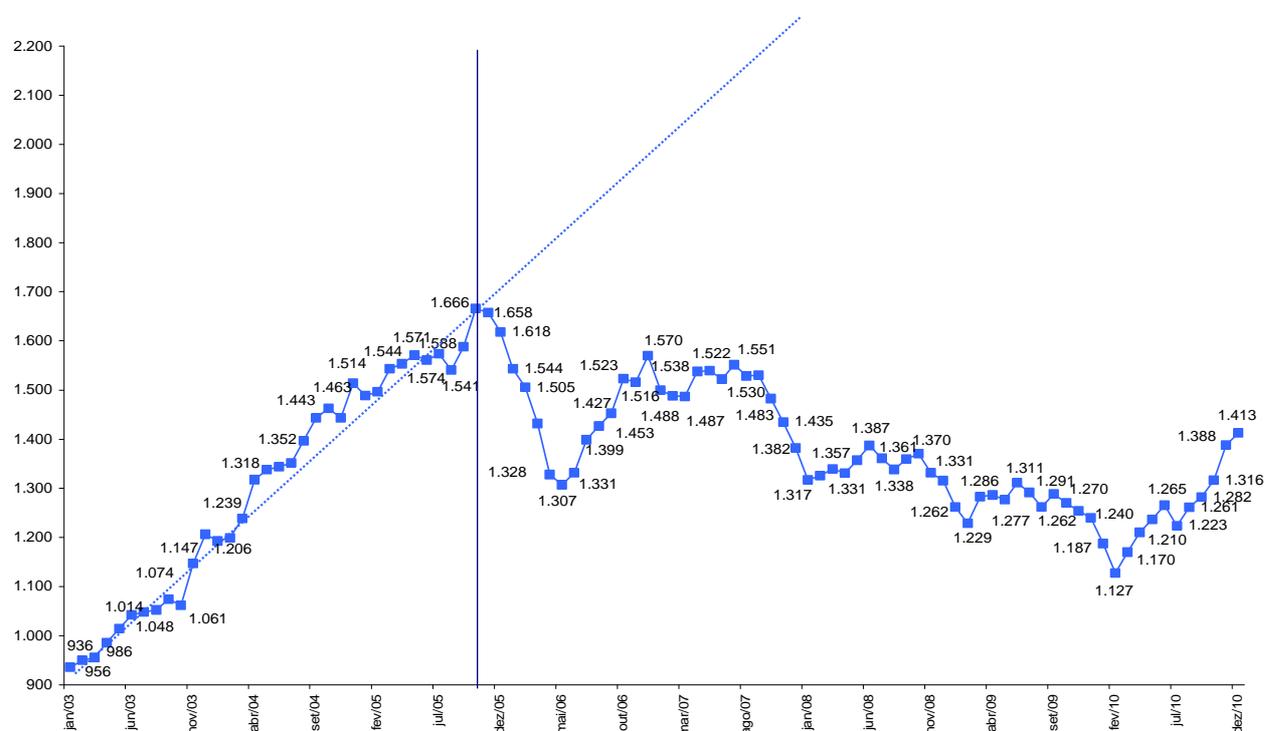
Ocorre que outras medidas, como o Censo Previdenciário, deixaram de fato de apresentar efeitos novos e, por outro lado, a emissão de benefícios que apresentam impacto significativo sobre as despesas (como é o caso da aposentadoria por tempo de contribuição, concedida em geral para um público relativamente jovem e com maiores salários) tem se expandido nos últimos anos. Com efeito, a emissão das aposentadorias por tempo de contribuição variou 3,9% entre dezembro de 2010 e dezembro de 2009.

GRÁFICO IV – VARIAÇÃO ANUAL DO NÚMERO DE BENEFÍCIOS DO RGPS EMITIDOS DE 2006 A 2010 (POSIÇÃO DE DEZEMBRO CONTRA DEZEMBRO DO ANO ANTERIOR EM %)



Fonte: SPPS/MPS.

GRÁFICO V – EVOLUÇÃO QUANTIDADE DE AUXÍLIO-DOENÇA EMITIDO (PREVIDENCIÁRIO E ACIDENTÁRIO) 2003 A 2010 EM MILHARES

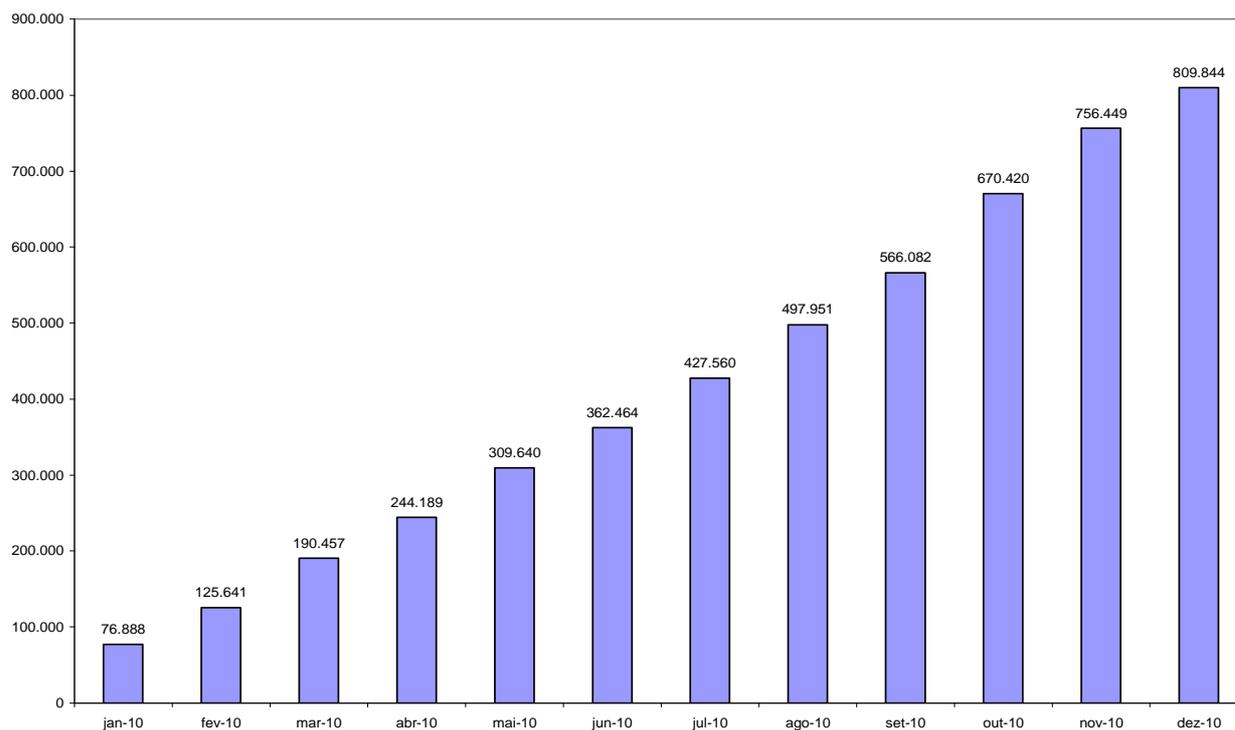


Fonte: SPPS/MPS.

No âmbito das ações de inclusão previdenciária e ampliação da cobertura do Ministério da Previdência Social, o ano de 2010 foi marcado por um expressivo incremento do número de trabalhadores inscritos no Micro Empreendedor Individual (MEI), que passaram de cerca de 76 mil, no final de janeiro de 2010, para 809 mil no final de dezembro de 2010. Os resultados positivos dessa ação estão ligados tanto ao tratamento tributário especial dado a esse grupo no âmbito do SIMPLES

Nacional, que recolhe para a Previdência Social apenas 11% do salário mínimo mensalmente, como também a simplificação e desburocratização da inscrição no CNPJ, que se dá de forma extremamente rápida e simplificada pelo site www.portaldoempreendedor.gov.br. O Ministério da Previdência Social e o INSS tomaram, ao longo de 2010, várias medidas para apoiar essa expansão, podendo ser citado o apoio ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) nas chamadas semanas de formalização que ocorreram no segundo semestre de 2010 em várias cidades do país e que colaboram na forte expansão das inscrições registrada no referido ano.

GRÁFICO VI – EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE TRABALHADORES INSCRITOS NO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL



Fonte: SPPS/MPS a partir de dados do SIMPLES NACIONAL/Receita federal

As informações referentes ao campo das relações internacionais da Previdência Social brasileira, que costumavam ser tratadas no âmbito do Departamento do Regime Geral de Previdência Social, deverão ser detalhadas agora no relatório da Secretaria-Executiva, em decorrência de mudanças na estrutura ministerial ocorridas no início do ano de 2010 que resultaram, dentre outros, na criação da Assessoria de Assuntos Internacionais (AAINT), ligada à Secretaria-Executiva do MPS (DECRETO Nº 7.078, DE 26 DE JANEIRO DE 2010 – DOU DE 27/01/2010)

Departamento do Regime Geral de Previdência Social

No âmbito da Coordenação-Geral de Estatística, Demografia e Atuária (CGEDA) foram produzidos e divulgados (disponíveis na página do MPS, na internet) os Boletins Estatísticos de Previdência Social, uma publicação mensal da SPPS, elaborados pela própria CGEDA, que apresenta uma coletânea de dados sobre benefícios e arrecadação da Previdência Social, o fluxo de caixa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e, ainda, informações de indicadores econômicos e dados populacionais. Também foi lançado o Anuário Estatístico da Previdência Social, com vastas informações sobre benefícios, fluxo de caixa, cobertura previdenciária e outros, com dados até 2009 (também disponível na página do Ministério na internet). Foi produzido, ainda, o Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho – AEAT 2009, com dados detalhados sobre acidentes do trabalho

registrados e liquidados. Foram atendidas cerca de 90 solicitações de dados por parte de outras áreas da Previdência Social e de usuários externos. Técnicos da CGEDA também participaram de missão de assistência técnica ao Timor Leste no mês de abril de 2010, para apoiar a concepção de um sistema de previdência social para aquele país.

Na Coordenação-Geral de Legislação e Normas – CGLEN foram produzidos: análises de proposições legislativas em tramitação no Congresso Nacional; análise de demandas do INSS, de segurados e de diversos órgãos, bem como a emissão de Notas Técnicas como forma de esclarecimento mais detalhado de temas que envolvem a previdência; minutas de decretos, portarias, medidas provisórias; anteprojetos de leis. Foram expedidos cerca de: 354 pronunciamentos; 278 respostas a demandas recebidas via e-mail; 900 atendimentos a segurados e contribuintes; 100 participações em reuniões técnicas. Foram ministradas 13 palestras e houve 16 participações em congressos/conferências, *workshops*, fóruns, cursos de capacitação e seminários.

Também cabe destacar a realização de um trabalho intenso do ponto de vista de negociações, como suporte técnico à Assessoria de Assuntos Internacionais da Secretaria Executiva – AAIN/SE, com vistas à celebração de Acordos Internacionais de Previdência Social e os respectivos Ajustes Administrativos, com Alemanha; Canadá; Estados Unidos da América; Japão; Luxemburgo; Cabo Verde; Quebec; França; Bélgica; e Espanha. Foi dado suporte técnico à Assessoria de Assuntos Parlamentares – ASPAR/GM, quando solicitado por parlamentares esclarecimentos sobre a aplicação da legislação previdenciária como um todo ou em casos específicos de proposições legislativas afetas à área previdenciária.

Entre as ações e atividades da Secretaria de Políticas de Previdência Social, no âmbito do Departamento do Regime Geral de Previdência Social, também cabe destacar a participação efetiva da CGLEN em reuniões multilaterais do SGT-10 (Subgrupo de Trabalho sobre relações de emprego, saúde e seguridade social); participação na construção do Módulo Cadastro dos Segurados Especiais no CNIS; medidas na Regulamentação das rotinas e procedimentos do COMPREV (Compensação Previdenciária); participação no Grupo de Trabalho Interministerial da Pesca; participação no Grupo de Trabalho Interministerial da Pessoa com Deficiência; participação na Comissão da Hanseníase, na análise de 513 processos concessórios de benefícios; participação no Grupo de Trabalho Interministerial PAC/Trabalhadores da Construção Civil; participação no Grupo de Trabalho Interministerial Previdência dos Trabalhadores da Construção Civil/CND; participação nas discussões do Projeto Informalidade e Cidadania no trabalho: articulação de ações e políticas para o desenvolvimento com inclusão social (financiado pelo BID e coordenado pelo DIEESE); participação no Grupo de Trabalho Interministerial constitutivo do Comitê Executivo para a Agenda Nacional do Trabalho Decente, bem como no Subcomitê de Promoção da Igualdade Racial, no âmbito deste comitê; no Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI; Acordo de Cooperação com o Timor Leste, além de outros grupos e comissões; e elaboração de propostas legislativas de interesse do poder executivo na área previdenciária com vistas ao aprimoramento da legislação para coibir fragilidades legislativas que permitem fraude.

A CGLEN participou da elaboração da “Cartilha do Trabalhador” – tarefa estipulada pelos membros do SGT-10 como forma de orientar e esclarecer direitos previdenciários e trabalhistas dos trabalhadores – livre trânsito do trabalhador no âmbito do MERCOSUL.

No ano de 2010, a Coordenação-Geral de Estudos Previdenciários (CGEPR) sistematizou as informações necessárias para a divulgação mensal do resultado do RGPS e publicou os resultados do RGPS nos Informes da Previdência Social, disponíveis no sítio do MPS. Produziu ainda notas técnicas sobre assuntos variados sob demanda externa e interna ao MPS.

A CGEPR realizou ainda, em 2010, parceria com o DIEESE no projeto “Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social”, mesmo projeto anteriormente citado dentre as atividades da CGLEN. Esse projeto teve início ainda no ano de 2009 e deverá se estender durante o ano de 2011, e visa, por meio de pilotos de diferentes setores de atividade econômica, entender os motivos da informalidade nesses setores para, em seguida, propor medidas que viabilizem a formalização dos trabalhadores.

Além disso, ocorreu a contratação da empresa Solar Consultoria Ltda. para realização de estudo com povos indígenas que atendessem à descrição de características previamente determinadas pela CGEPR. O estudo deverá elucidar as questões acerca dos indígenas e sua relação com a Previdência Social para, em seguida, servir de subsídio a alterações na forma de tratamento desses segurados. O MPS reconhece as dificuldades enfrentadas pelos indígenas quanto a seu acesso aos benefícios previdenciários e busca, com o estudo, compreender melhor os gargalos desse processo. Com início em agosto de 2010, o estudo deverá ter fim no primeiro semestre de 2011.

Em novembro de 2010, foram recebidas pela CGEPR as versões finais dos Relatórios Finais das pesquisas “A Expansão do Emprego Formal sob a Ótica das Empresas”, “Aprofundamento do Diagnóstico do Simples”, “Uma análise da contribuição dos trabalhadores por conta-própria para a previdência social entre 1992 e 2007”, e “Impacto do Plano Simplificado de Previdência sobre as Contribuições à Previdência”, conforme previsto nos Subprojetos 1, 2, 4 e 5 do Termo de Referência Previdência e Mercado Formal de Trabalho, no âmbito do Termo de Cooperação Técnica entre o MPS e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Os demais produtos esperados no âmbito desse termo de cooperação (“Determinantes da Evolução do Emprego Formal”, “Ouidoria-Geral da Previdência Social” e “Inter-relações entre a previdência e as questões regionais”) estão ainda em fase de elaboração devido a dificuldades na execução por parte do IPEA. O termo de cooperação, que tinha prazo de encerramento em setembro de 2010, foi prorrogado, dentro da previsão legal, para mais 24 meses, devendo ter sua finalização até setembro de 2012.

Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público

Em relação à ação 2274 (Assistência Técnica às Reformas dos Regimes Próprios de Previdência), inserido no Programa 1009 – Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, onde se inclui o Programa de Apoio à Reforma dos Sistemas Estaduais de Previdência – PARSEP II, foram realizados em 2009 processos licitatórios para contratação das empresas encarregadas de realizar o recadastramento de 358.104 servidores ativos, inativos e de pensionistas, bem como de seus dependentes em 19 (dezenove) unidades da federação.

No entanto, em face dos processos licitatórios (Licitação Internacional) terem demandado mais tempo do que o previsto, inclusive pela extrapolação dos limites dos valores disponibilizados, e devido a restrições de ordem orçamentária/financeira os contratos somente puderam ser celebrados com as empresas vencedoras em maio de 2010, sendo contratadas a Empresa de Pesquisas Técnicas - EXATTA, nos valores de R\$ 6.642.724,10 (Lote 1 – Região Nordeste) e R\$ 3.446.351,48 (Lote 3 – Regiões Sul e Sudeste), Contratos de Prestação de Serviços nºs 001/2010-UCP e 003/2010-UCP, respectivamente; e o Instituto de Organização Racional do Trabalho – IDORT, no valor de R\$ 7.568.069,76 (Lote 2 – Regiões Norte e Centro-Oeste), Contrato de Prestação de Serviços nº 002/2010-UCP, totalizando R\$ 17.657.145,34 (dezesete milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil, cento e quarenta e cinco reais e trinta e quatro centavos).

O Governo Brasileiro, por intermédio do Ministério da Previdência Social, após autorização da Comissão de Financiamento Externo/Secretaria de Assuntos Internacionais/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, iniciou negociações em 2010 com o Banco Interamericano de

Desenvolvimento – BID para a contratação de empréstimo de US\$ 10,000,000.00 (dez milhões de dólares), com a finalidade de implementar o Programa de Apoio à Modernização da Gestão do Sistema de Previdência Social – PROPREV – Segunda Fase, no montante total de US\$ 20,000,000.00 (vinte milhões de dólares), com o aporte de US\$ 10,000,000.00 (dez milhões de dólares) da União, ou seja, 50% de recursos externos e 50% da União).

O PROPREV - Segunda Fase será estruturado em 02 (dois) grandes Componentes: I – FORTALECIMENTO DA GESTÃO DOS REGIMES PRÓPRIOS, atendendo 50 (cinquenta) municípios não abrangidos por programas anteriores conduzidos pelo MPS, contemplando o recadastramento de aproximadamente 560.000 (quinhentos e sessenta mil) servidores ativos, inativos e de pensionistas, doação de 500 (quinhentos) equipamentos de informática (microcomputadores, servidores de rede e scanners), destinados a viabilizar a modernização da estrutura tecnológica e para implantação de sistema de gestão SIPREV), fornecido gratuitamente pelo MPS, capacitações de servidores e de dirigentes vinculados aos órgãos gestores de regimes próprios de previdência; e, II – PRODUÇÃO, INTERNALIZAÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO PARA A SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL com forte ênfase na contratação de empresas e pessoas físicas para a realização de pesquisas e estudos de temas variados de interesse da Previdência Social Brasileira, como: a) Saúde e Segurança do Trabalhador; b) Demografia; c) Perfil de Entrada e de Saída de Segurados dos RPPS; d) Coordenação entre o RGPS e os RPPS; e) Compensação Previdenciária entre os RPPS; f) Envelhecimento e Dependência de Beneficiários dos RPPS; g) Publicações de Livros da Coleção “Previdência Social”, e h) capacitações de auditores fiscais dos tribunais de contas estaduais, municipais e da União em matéria previdenciária.

Na Ação de Auditoria dos Regimes Próprios dos Servidores Públicos (nº 2276), no âmbito da Coordenação Geral de Auditoria Atuária Contabilidade e Investimentos, assim como nos anos anteriores, em 2010, foi desenvolvido o cronograma para a realização de auditorias buscando verificar o cumprimento dos requisitos normativos referentes à organização e funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, com a elaboração do plano anual de auditoria periódica, como previsto, nos termos do modernizado Manual de Auditoria aprovado pela OI/SPPS/MPS nº 03, de 09 de fevereiro de 2010.

Nesse contexto, os resultados continuaram em vertente novamente positiva no exercício de 2010, tendo em vista as ações de auditorias realizadas com o intuito de identificar possíveis impropriedades na gestão dos RPPS, no cumprimento da legislação aplicada, especialmente a Constituição Federal e a Lei nº 9.717/98. Assim, no cumprimento da competência legal do Ministério da Previdência Social – MPS, em que pese o reduzido contingente de servidores, foram realizadas 406 ações de auditoria direta nos entes federativos - Estados e Municípios – com Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, formalizando, por conseguinte, a emissão de 404 Notificações de Auditoria-Fiscal - NAF, e 207 Representações Administrativas a Tribunais de Contas Estaduais, Ministérios Públicos Estaduais e Federal, Controladoria-Geral da União, Banco Central do Brasil, Secretaria da Receita Federal do Brasil e Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

Em 2010, além das auditorias diretas realizadas, 1093 entes federados foram auditados indiretamente, especificamente, quanto ao critério Equilíbrio Financeiro e Atuarial, necessário para emissão do CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária, representando 48,5 % do total de entes com RPPS.

Como desdobramento das auditorias específicas, 529 entes federados foram considerados em conformidade do critério Equilíbrio Financeiro e Atuarial – EFA, e 564 entes foram notificados quanto à irregularidade atuarial constatada.

Por consequência das notificações emitidas quanto à irregularidade do critério Equilíbrio Financeiro e Atuarial – EFA, e por força das impugnações e justificativas apresentadas, foram emitidos, pelos Auditores Fiscais, 1.227 Despachos de Atuação, comunicando o posicionamento do MPS sobre a situação específica do regime próprio, atinente ao EFA, situação a ser resolvida no decorrer do exercício de 2011.

No exercício de 2010, ainda decorrente da ação de auditoria, foram produzidas informações com o objetivo de atender requisições da Polícia Federal, do Ministério Público e do Poder Judiciário nas esferas Federal e Estadual, além da instauração de 246 Processos Administrativos Previdenciários - PAP e emitidas 109 Decisões de Notificação, 109 Despachos Decisórios, 18 Decisões de Recurso, 461 Despachos, 34 Pareceres e 51 Ofícios com informações requisitadas decorrentes de contencioso estabelecido pelos processos instaurados, incluindo ações iniciadas em exercícios anteriores.

Como ficou evidenciado pelos números acima, a despeito do deficitário quadro de Auditores Fiscais e demais servidores em geral, destaca-se o desempenho da equipe na consecução do propósito institucional do Ministério da Previdência Social – MPS, mormente quanto ao atendimento das metas estabelecidas.

Como ferramenta de suporte às ações, embora como solução provisória, por não se tratar de ferramentas corporativas de Tecnologia da Informação, continuou-se aprimorando os aplicativos internamente desenvolvidos para o planejamento e controle das ações de auditoria direta e dos auditores, o cadastramento e controle da tramitação do Processo Administrativo Previdenciário – PAP, bem como das Notificações de Irregularidades de Atuação - NIA.

Em 2010, conforme Orientação Interna n 04/SPPS, foram formalizadas e estabelecidas as diretrizes a serem observadas no planejamento anual das auditorias diretas dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, instituindo o Indicador de Planejamento de Auditoria – IPA, com a finalidade de subsidiar a seleção dos RPPS a serem auditados prioritariamente. Para operacionalizar o IPA, foi construído o SIPAD – Sistema Integrado de Planejamento de Auditoria Direta, com a finalidade de registrar os procedimentos de análise, auditoria prévia e seleção dos RPPS a ser incluídos na Programação de Auditoria Direta, em cada exercício.

Com vistas a dimensionar melhor os compromissos do plano de benefícios e estabelecer o Plano de Custeio para a observância do critério Equilíbrio Financeiro e Atuarial dinamizou-se o sistema do Aplicativo de Atuação, possibilitando um acompanhamento efetivo dos entes federativos que instituíram RPPS.

Atividades também relevantes foram a proposta de revisão da Resolução do Conselho Monetário nacional nº 3.790/2009, que dispõe sobre a aplicação dos recursos financeiros dos RPPS, culminando com a Resolução nº 3.922/2010, bem como a adequação dos Demonstrativos a ela vinculados (Demonstrativo da Política de Investimentos e Aplicações e Investimentos dos Recursos), nesse caso, em conjunto com a Coordenação de Informações Gerenciais e DATAPREV, a participação em Grupos de Trabalho juntamente com outros órgãos da estrutura do Governo Federal e Estaduais, Tribunais de Contas e outros, objetivando a adequação e modernização da Contabilidade Pública Nacional, incluindo os RPPS.

Não menos importante que as ações de auditoria direta e indireta foram as participações ministrando cursos e palestras em seminários, congressos, e outros eventos, realizados por diversas entidades representativas dos RPPS, representando assim a difusão do conhecimento e capacitação dos gestores de previdência.

Foram adquiridos novos notebooks para os Auditores Fiscais, em substituição aos antigos existentes, já obsoletos.

Buscando o aperfeiçoamento técnico dos servidores em geral e mais especificamente dos atuantes na auditoria dos RPPS, foram realizados treinamentos para todo o contingente de Auditores Fiscais relacionados à atuação nas auditorias diretas e indiretas dos RPPS. Além disso, alguns servidores participaram de cursos, inclusive no exterior, objetivando melhor capacitação.

Em relação à realização das auditorias diretas, além do reduzido e insuficiente quadro de Auditores Fiscais e demais servidores existente, é de bom alvitre registrar as principais dificuldades operacionais que representam fatores críticos de sucesso vivenciados constantemente pelos servidores:

- Precariedade das rodovias quer federais, estaduais ou municipais ocasionando despesas e insegurança aos servidores, considerando o transporte de bens públicos – notebooks, cuja responsabilidade recai nos ombros dos auditores;
- Dificuldades de meios de hospedagem na sede dos municípios programados para a realização das auditorias obrigando os auditores a pernoitarem em municípios adjacentes, por sua conta e risco;
- A maioria dos municípios não oferece condições técnicas para acesso à rede intranet do Ministério da Previdência Social e à rede mundial de computadores;
- Os entes geralmente não disponibilizam aos auditores locais e meios adequados para o desenvolvimento dos trabalhos gerando, por certo, atrasos imprevistos na conclusão das auditorias;
- Incomunicabilidade dos servidores, nas regiões mais distantes das capitais, em razão da precariedade dos serviços públicos, mormente os oferecidos pelas operadoras de telefonia celular, quando o acesso existe.

Nos últimos anos, em razão da dinâmica do mercado financeiro e de capitais, têm sido frequentes as alterações das Resoluções do Conselho Monetário nacional – CMN, sendo a última em novembro de 2011, configurando na Resolução de nº 3.922, o que requer, por consequência a adequação dos demonstrativos associados, bem como o efetivo acompanhamento e controle das aplicações dos recursos financeiros dos RPPS, cujo montante no final de 2010 passa dos 50 bilhões de reais. Entre outras atividades inerentes, por meio de auditoria indireta, são realizados periodicamente batimentos entre as informações constantes dos diversos demonstrativos enviados ao Ministério da Previdência Social pelos RPPS na busca da consistência das informações, o que demanda o encaminhamento de centenas de notificações solicitando esclarecimentos, configurando assim grande demanda de trabalho de análise e controle.

As abrangências e dimensões dos RPPS demandam do Ministério da Previdência Social, por intermédio da Secretaria de Políticas de Previdência Social, a atuação efetiva como órgão regulador e supervisor, pois esses tendem a ser um instrumento importante para a melhoria das contas públicas no Brasil, dado o seu potencial de geração de poupança interna, mediante a expansão dos ativos administrados pelos regimes próprios, o que permitirá, em médio e longo prazos, aos entes públicos atenderem a contento as demandas previdenciárias dos servidores públicos brasileiros, cumprindo assim, o que orienta a Carta Magna.

Os dados a seguir dispostos evidenciam a importância dos RPPS para o desenvolvimento econômico e social do país:

- Mais de 1.950 Regimes Próprios de Previdência Social estaduais (todos os 26 Estados) e municipais (maiores municípios, principalmente), além da União e Distrito Federal;

- Mais de R\$ 50 bilhões de reservas financeiras aplicadas no mercado financeiro, além de outros ativos que juntamente com os recursos financeiros ultrapassam os R\$ 100 Bilhões, portanto, poupança interna do País, com estupendo potencial de crescimento e aplicação na economia real;
- Cerca de 10 milhões de servidores ativos, inativos e pensionistas vinculados.

Destaca-se novamente o grande volume de análises das legislações encaminhadas ao MPS pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, que no ano de 2010 montou em 6.412 análises. Essas legislações tratam, principalmente, de criação e ou reestruturação de regimes próprios de previdência, definição de regras de concessão, cálculo e reajustamento de benefícios e fixação de alíquotas de contribuição. Esse trabalho é de suma importância para verificação do atendimento dos princípios constitucionais previstos no artigo 40 da Constituição Federal e legislação infraconstitucional, pelos RPPS, sendo o seu resultado responsável pela certificação de regularidade previdenciária de cada regime.

Do resultado dessa análise, em atendimento ao prescrito no artigo 9º da Lei 9.717/99, que confere ao Ministério da Previdência Social a atribuição de orientar, acompanhar e supervisionar os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios foram encaminhadas aos entes públicos 68 notificações de irregularidade relacionadas com o conteúdo das legislações e 1068 mensagens de irregularidades relacionadas com a forma de envio, sempre acompanhadas de orientação sobre os procedimentos a serem adotados para adequação.

Para supervisionar o cumprimento do caráter contributivo, as ações foram direcionadas para o acompanhamento do repasse ao RPPS das contribuições incidentes sobre a remuneração dos segurados. O acompanhamento do efetivo repasse de tais contribuições é feito por meio da análise do documento denominado comprovante de repasse e recolhimento e dos termos de Acordo de Parcelamento de Débitos firmados

No ano de 2010 foram analisados mais de 12.000 comprovantes de repasse e recolhimento, além de 626 Termos de Acordo de Parcelamento de Débitos. Do resultado desta análise foram emitidas 2.199 notificações de irregularidade. É imperativo destacar que este acompanhamento possibilitou que os regimes próprios dos estados e municípios fomentassem sua poupança com aplicação no mercado financeiro facilitando o atendimento de outro importante princípio estabelecido na carta magna que é o equilíbrio financeiro e atuarial.

Durante a análise dos comprovantes de repasse e termos de parcelamento foram detectados indícios de irregularidades que geraram o encaminhamento de 15 representações administrativas ao Ministério Público, visando a apuração, em tese, de crimes, principalmente de falsidade ideológica. As irregularidades detectadas permitiram a diversos entes da federação a emissão indevida do CRP, prejudicando sobremaneira as finanças dos RPPS.

Em 2010 continuou a crescer o número de ações judiciais impetradas pelos entes da federação que se encontravam em situação irregular perante o MPS, com intuito de garantir a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, o que gerou a elaboração de 146 informações contendo subsídios de fato e de direito mostrando ao judiciário as razões da não emissão do referido certificado, garantindo, desta forma, o fiel cumprimento dos preceitos estipulados pela Lei 9.717/98.

No primeiro semestre manteve-se o fluxo de Mandados de Injunção impetrados pelos segurados e associações de segurados de todo país, em razão da falta de normatização por parte do governo federal, em relação aos benefícios de aposentadoria especial dos servidores públicos nos casos

de: a) portadores de deficiência; b) os que exercem atividades de risco; c) sujeitos a atividades que prejudiquem a saúde ou a integridade física. Essa demanda gerou a necessidade de prestação de informações ao Judiciário, que constam em mais de 178 pareceres. Esta demanda arrefeceu no segundo semestre em razão do encaminhamento ao Congresso Nacional dos PLP 554/2010 e 555/2010, que tratam da regulamentação dos Incisos II e III do § 4º do Art. 40, da CF, com a redação dada pela Emenda Constitucional 47/2005

Para cumprimento da atribuição de acompanhar e orientar os RPPS, durante o ano de 2010 esta coordenação respondeu 161 consultas de caráter amplo, formuladas pelos diversos poderes de todos os entes da federação ou por cidadãos. Destas, 51 foram respondidas em forma de parecer.

Também em cumprimento à mesma atribuição, foram prestadas informações a diversos órgãos externos, sendo 03 informações a Polícia Federal, 04 informações ao Ministério Público, 12 pareceres em Projetos de Lei e em Projetos de Emenda Constitucional enviados pelo Congresso Nacional.

Destaca-se também a participação de servidores da Coordenação como palestrantes e debatedores em diversos eventos relativos à Previdência do Servidor Público, tais como seminários, congressos e reuniões técnicas com dirigentes dos diversos RPPS, servidores e membros do governo.

Em 2010 esta coordenação confeccionou 364 Termos de Acordo de Cooperação Técnica e 405 mensagens eletrônicas para permitir os ajustes necessários. Destaca-se que estes termos possibilitam aos entes a utilização do sistema COMPREV que traz como consequência o recebimento de recursos oriundos da compensação previdenciária prevista no § 9º do art. 201 da CF.

Cumprindo a atribuição de normatizar foram elaboradas e publicadas as seguintes Portarias e Instruções Normativas:

- Portaria MPS nº 315, de 21 de junho de 2010, altera a Portaria MPS/GM nº 204, de 10 de julho de 2008, que trata da emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP;
- Portaria nº 440, de 22 de Setembro de 2010, que altera a Portaria nº 204, de julho de 2010;
- Instrução Normativa SPPS Nº 01, DE 22/07/2010, que estabelece instruções para o reconhecimento do tempo de serviço público exercido sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física pelos RPPS para fins de concessão de aposentadoria especial aos servidores públicos amparados por mandado de injunção.

Para que se tenha uma política de previdência social eficiente, trazendo melhor retorno das informações dos entes ao Ministério da Previdência, além de auxiliar os Entes Federativos no cumprimento do artigo 3º da Lei nº 10887, de 2004, o Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público executou, em 2010, diversas ações para permitir que a Empresa de Tecnologia da Previdência Social, a DATAPREV, desenvolvesse uma solução de tecnologia voltada para Gestão previdenciária dos servidores públicos brasileiros, que terá como componentes o Sistema de informações dos Regimes Públicos de Previdência Social - CADPREV, o Sistema Previdenciário de Gestão de Regimes Públicos de Previdência Social -SIPREV/Gestão, e o Cadastro Nacional de Informações Sociais de Regimes Públicos de Previdência Social - CNIS/RPPS.

Esta solução tem um conceito interessante, pois é focada em ações de geração de informações voltadas ao aperfeiçoamento constante da qualidade dos dados do servidor público, além de possuir em seu conteúdo definições legais (não são apenas bancos de dados, são bancos de dados parametrizados em conformidade com a legislação, porém com visão de permitir cruzamentos de dados para gerar informações gerenciais).

É ainda, uma solução que permite o envolvimento de todos os Entes Federativos na sua definição/construção, cujos co-responsáveis estão cientes de que dúvidas, incorreções e necessidades de novas funcionalidades, inclusive de relatórios gerenciais, fazem parte do aprimoramento.

Quanto ao CADPREV, em 2010, foi possível, dentro do contexto restritivo de quantidade de servidores no Departamento, definir e documentar novo formato dos demonstrativos que os entes têm obrigação legal de enviar eletronicamente ao MPS (Lei 9.717/98), consistindo em disponibilizar aplicação desktop para preenchimento e funcionalidade WEB para envio, inclusive, de documento digitalizado, tratamento e consultas.

Com todas as ações de sustentação, definição e testes de validação e acompanhamento foi possível emitir devidamente 9.762 Certificados de Regularidade Previdenciária – CRP, bem como, gerar diariamente arquivos destes para incorporar ao CAUC/CRP.

Quanto ao SIPREV/Gestão, em 2010 foram definidas, documentadas e desenvolvidas funcionalidades essenciais para a formação de um banco de dados em cada ente federativo, com quase a totalidade dos dados necessários para a formação de banco de dados de nível nacional e geração de informações de nível local, restando para ações futuras funcionalidades relativas às peculiaridades de vínculos, relacionadas à entrada em inatividade e pensões, bem como, melhoria de performance de banco de dados e aperfeiçoamento de funcionalidades disponíveis à vista das características diversas da qualidade dos dados nos entes federativos.

Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional

O Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional – DPSO, subordinado à SPPS, foi mais uma iniciativa do Governo Federal para criar no País uma cultura de prevenção de acidentes de trabalho e de doenças ocupacionais. A saúde e a segurança no trabalho ganham cada vez mais importância para a Previdência Social, diante da grande diversidade dos processos de trabalho e dos riscos a eles relacionados. A adoção de políticas preventivas é necessária para se combater as causas das doenças ocupacionais, acidentes e demais causas que incapacitam as pessoas para o trabalho. O DPSO é constituído por duas Coordenações-Gerais: a Coordenação-Geral de Política de Seguro Contra Acidentes do Trabalho e Relacionamento Interinstitucional – CGPST e a Coordenação-Geral de Monitoramento dos Benefícios por Incapacidade – CGMBI.

Atividades desenvolvidas:

Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho – CTSST

A Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho – CTSST tem por objetivo avaliar e propor medidas para implementação, no País, da Política Nacional de Saúde e Segurança no Trabalho tendo como base a Convenção n.º 187 da OIT e o Plano de Ação Global da Organização Mundial de Saúde – OMS. O Plano de Ação da Comissão deu continuidade às áreas de maior risco de acidentalidade: Indústria da Construção Civil e do Transporte Rodoviário de Cargas, por continuarem a liderar os maiores índices de gravidade da acidentalidade, com dois grupos permanentes e participação da representação da Diretoria de Saúde Ocupacional. A construção da Política Nacional teve andamento com o encaminhamento do documento final aprovado pela Comissão à Presidência da República para a publicação em forma de Decreto, após amplo debate com todos os membros da Comissão, o que continua pendente. As diretrizes consensuadas na Política Nacional de SST são: a universalidade; a precaução; a precedência das ações de promoção, proteção e prevenção sobre as de assistência, reabilitação e reparação; e o diálogo social. Também tem por diretrizes: a inclusão de todos trabalhadores brasileiros no sistema nacional de promoção e proteção da saúde; a harmonização

da legislação e a articulação das ações de promoção, proteção, prevenção, assistência, reabilitação e reparação da saúde do trabalhador; a adoção de medidas especiais para setores de alto risco e para populações desprotegidas e vulneráveis e a estruturação de uma rede integrada de informações em saúde do trabalhador. A Comissão esteve sob a coordenação do Ministério do Trabalho durante o ano de 2010, sendo que em novembro pelo sistema de rodízio coube a Coordenação ao Ministério da Saúde.

Meta: Acompanhamento e implementação de ações da CSST.

Avaliação: Meta atingida – A Coordenação da CTSST, conforme seu ato de criação, manterá sistema de rodízio que está a cargo atualmente do Ministério da Saúde, sendo que no final de 2011 a comissão passará a ser coordenada pelo Ministério da Previdência Social.

Transformação do Perfil Profissiográfico Previdenciário- PPP em sistema eletrônico

Acompanhamento do processo de construção do PPP, versão eletrônica, que continuou em construção durante 2010 no Escritório da DATAPREV sediado no Ceará.

Meta: Homologação do PPP Eletrônico em 2010;

Avaliação: Processo suspenso em decorrência da priorização do Projeto Aposentadoria em 30 Minutos e Migração dos Sistemas DATAPREV, entre outros.

Representação do MPS em Conselhos, Comissões e Grupos de Trabalho

Continuidade da participação em diversos grupos e comissões interministeriais/intersetoriais na área de saúde do trabalhador. Citamos: Conselho Nacional de Saúde – CNS (Conselho do Ministério da Saúde responsável pela política nacional de saúde); Comissão Inter-setorial de Saúde do Trabalhador – CIST (comissão responsável por discutir a política de saúde do trabalhador no âmbito do Ministério da Saúde); Comissão Tripartite Paritária Permanente – CTPP (comissão responsável pelo processo de normatização em SST no âmbito do MTE); Comissão Nacional Permanente do Benzeno – CNPBz (comissão responsável pela discussão da política nacional relacionada ao benzeno); Comissão Nacional Permanente da Mineração – CNPM (comissão responsável pela discussão da política nacional sobre mineração); Comissão Permanente Nacional de Segurança em Energia Elétrica NR 10 – CPNSEE (comissão responsável pelo acompanhamento e aprimoramento da Norma Regulamentadora n.º 10 que trata das questões relacionadas ao trabalho em eletricidade); Comissão Nacional Portuária – CNP (comissão coordenada pela Casa Civil da Presidência da República que tem por objetivo o estabelecimento de políticas no âmbito do setor portuário); representação do MPS no Conselho Deliberativo da Fundacentro (a Fundação é uma instituição do MTE que atua na área de estudos e pesquisas relacionadas à saúde e segurança no trabalho).

Meta: Participação em grupos especializados para discussão e aprimoramento de políticas relativas ao tema “Saúde e Segurança Ocupacional”.

Avaliação: Meta atingida – representantes do DPSO participaram, efetivamente, das reuniões realizadas por estes grupos ao longo do exercício 2010.

Elaboração e divulgação de dados e informações da acidentalidade motivos de afastamento no portal da Previdência Social

A equipe do DPSO faz tratamento dos dados relacionados aos benefícios por incapacidade contidos no Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho – AEAT que a Previdência Social disponibiliza, de forma desagregada, no espaço do DPSO na página do MPS na internet. Essas informações são a fotografia da acidentalidade por CID e principais setores econômicos que estão disponibilizados universalmente para que a Academia, técnicos, demais órgãos do governo e sociedade possam acompanhar a questão da acidentalidade e traçar estratégias de políticas de prevenção acidentária.

Meta: Divulgação de informações sobre concessão de auxílios-doença, de natureza acidentária e não-acidentária, com a desagregação segundo códigos da Classificação Nacional de Atividade Econômica – CNAE e dos capítulos da Classificação Internacional de Doenças – CID-10.

Avaliação: Meta atingida – informações disponibilizadas no Portal da Previdência Social quanto às CIDS previdenciárias e acidentárias até a competência de dezembro de 2010.

FAP 2009/2010

Com a alteração da Resolução 1316 do Conselho Nacional de Previdência Social, houve alteração nas regras a partir de 01 de setembro de 2010 do FAP 2009/2010. Essa regra permitiu a 684.650 empresas terem seu FAP reduzido para 0,5. Ou seja, tiveram a redução da metade do Seguro Acidente, por não terem apresentado qualquer evento de acidentalidade relativo aos anos de 2007 e 2008, anos de apuração do FAP para o período.

O FAP 2009/2010 teve cerca de 8.500 contestações administrativas, o que demandou a criação do Grupo de Trabalho – GT de análise do FAP, constituído com servidores do INSS convocados para Brasília. Ao mesmo tempo foram elaboradas 284 Notas Técnicas que subsidiaram as ações judiciais impetradas por diversas empresas e que são acompanhadas pela Consultoria Jurídica do MPS – CONJUR/MPS.

Meta: Estimular as empresas a investirem em medidas de Saúde e Segurança do Trabalho em vista de não terem apresentado qualquer evento de acidentalidade no período apurado para o FAP.

Avaliação: Meta atingida - já que a medida fortalecerá cada vez mais a cultura de Prevenção Acidentária no país.

FAP 2010/2011

Com a Portaria InterMinisterial 241, de 23/09/2010, publicada no DOU de 24/09/2011, foram publicadas as regras que embasaram a distribuição do FAP 2010/2011, após processamento da DATPREV. Das 922.795 empresas que tiveram o FAP calculado por não estarem enquadradas em empresas filantrópicas e no Simples Fiscal, 844.531 empresas foram bonificadas, ou seja, tiveram o FAP de 0,5 a 1. Das bonificadas, 776.930 empresas tiveram a bonificação máxima de metade do pagamento do Seguro Acidente (0,5), 78.264 empresas tiveram pagamentos maiores do que o FAP 1, sendo que 601 empresas ultrapassaram o teto de pagamento de 1,75 do FAP por terem apresentado mortes e invalidez permanente.

Meta: Continuar a estimular as empresas a diminuírem a acidentalidade com cobranças diferenciadas.

Avaliação: Os objetivos estão sendo atendidos até porque de 2008 para 2009 houve uma redução da acidentalidade tanto das mortes como da acidentalidade geral.

Estudo da Nova Matriz do Nexo Técnico Epidemiológico

Dando continuidade ao acompanhamento da metodologia e da Comissão Consultiva acerca do Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário – NTEP, por meio do Destaque Orçamentário MPS/UnB-FUB, Processo 44000.002786/2009-11 – Projeto Construção da Nova Matriz do Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário – que teve por objetivo a realização de estudos que viabilizarão a preparação de uma nova matriz de Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário, aperfeiçoando o processo já existente e atualizando as informações sobre a relação entre os agravos à saúde do trabalhador e as atividades profissionais, por meio da preparação de uma nova matriz de NTEP.

O Plano de Trabalho assinado em 08 de dezembro de 2009 estabelecia a realização de oito produtos: 1 - Resultado da análise das críticas ao NTEP e proposta de alternativas de aperfeiçoamento; 2 - Relatório com sugestões de alteração na legislação e resoluções do CNPS; 3 - Resultados da análise das condições dos dados a serem utilizados para a construção da nova matriz; 4 - Nova matriz NTEP com algoritmo dos procedimentos; 5 - Resultados da comparação da nova matriz do NTEP com a matriz vigente com destaque para as alterações ocorridas; 6 - Manual técnico para a utilização do NTEP; 7 - Texto de divulgação dos resultados das análises da nova matriz; 8 - Proposta de metodologia qualitativa para resolver os problemas identificados a partir dos resultados da nova matriz.

Os produtos realizados de acordo com as metas definidas no Plano de Trabalho para viabilizar a construção de uma nova matriz e aperfeiçoar o NTEP obedeceram às metas acordadas a saber:

Meta 1 - Realizar análise das críticas ao NTEP e propor alternativas para o aperfeiçoamento da metodologia. Um relatório impresso intitulado *Resultado da análise das críticas ao NTEP e proposta de alternativas de aperfeiçoamento* contendo as críticas levantadas pelo grupo de pesquisadores da UNB e por outros pesquisadores e profissionais envolvidos com o NTEP, além de sugestões de modificações para o novo NTEP com base nessas críticas e um CD contendo o relatório em versão digital.

Meta 2 – Propor alterações nas resoluções do CNPS e na legislação vigente, caso haja necessidade. Um relatório impresso intitulado *Sugestões de alteração na legislação e resoluções do CNPS* e um CD com o relatório em formato digital.

Meta 3 - Receber, analisar as condições dos dados para identificar problemas ou inconsistências e consolidar as bases de dados para a nova matriz do NTEP. Um relatório impresso intitulado *Resultados da análise das condições dos dados a serem utilizados para a construção da nova matriz*, contendo descrição e análise das condições das bases de dados sobre afastamentos, vínculos formais de trabalho e CBO dos trabalhadores além da classificação das empresas na CNAE e um CD com o relatório em versão digital.

Meta 4 - Compor uma nova matriz do NTEP, aperfeiçoando o processo de construção da matriz atual. Resultados das matrizes em formato para publicação, apresentada em texto de Word 2003, entregue em versão impressa e digital, intitulado *Nova matriz NTEP com algoritmo dos procedimentos*;

Meta 5 - Realizar análise comparativa dos resultados da nova matriz com a matriz atual evidenciando as alterações. Um relatório, em versão impressa, em duas partes, intitulado *Resultados da comparação*

da nova matriz do NTEP com a matriz vigente com destaque para as alterações ocorridas, contendo análises comparativas das quatro matrizes, duas de CNAE e duas de CBO, com e sem ajuste, entregues como produto do Projeto, com a matriz vigente e outras comparações entre as diferentes matrizes apresentadas e um CD com o relatório em versão digital.

Meta 6 - Preparar, com a colaboração dos peritos, um manual para a utilização dos resultados da matriz do NTEP durante a perícia. Uma cópia do *Manual técnico para a utilização do NTEP* e um CD com uma cópia do manual em versão digital.

Meta 7 - Organizar os resultados das análises da nova matriz para divulgação. Uma cópia impressa do *Texto de divulgação dos resultados das análises da nova matriz*, contendo explicações sobre o NTEP e descrição das alterações propostas para o novo NTEP e uma cópia em CD do texto para divulgação do NTEP.

Meta 8 - Desenvolver metodologia qualitativa para resolver os problemas de saúde e trabalho identificados a partir dos resultados da nova matriz. Um relatório com proposta de metodologia qualitativa, intitulado *Proposta de metodologia qualitativa para resolver os problemas identificados a partir dos resultados da nova matriz*, contendo as diretrizes para o desenvolvimento de pesquisa qualitativa de aprofundamento do NTEP e um CD com o relatório em versão digital.

Indicadores:

Percentual de Produtos Entregues NTEP

Meta: 100% até dezembro de 2010;

Fórmula:
$$\frac{\text{Número de Produtos NTEP Entregues até dez. 2010} * 100}{\text{Número Total de Produtos contratados no NTEP}}$$

Percentual de Produtos Entregues NTEP = $\frac{8}{8} * 100 = 100\%$

Avaliação: Meta atingida.

Revitalização da Reabilitação Profissional

Projeto Piloto, em São Paulo/SP, instituído por meio da assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre a Gerência Regional do INSS de São Paulo/SP, as Secretarias de Estado do Trabalho, da Saúde e da Defesa da Pessoa com Deficiência, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI e a Associação para Valorização e Promoção de Excepcionais – AVAPE, com objetivo de melhorar condições de trabalho, reduzir agravos à saúde relacionados ao trabalho, diminuir o número de concessão de benefícios por incapacidade, efetivar a reabilitação física funcional no menor tempo possível, diminuindo o tempo de afastamento e obtendo sucesso no processo de RP e retorno ao trabalho. Termo de Cooperação Técnica assinado entre o Ministério da Previdência Social e a Fundação Universidade de Brasília – FUB/UnB, com vigência até 31 de março de 2010, com objetivo de realizar diagnóstico para conhecer as reais condições da área de reabilitação profissional, de forma que seja possível identificar as necessidades e propor ações que venham a melhorar o setor. O projeto de revitalização tem como foco a reinserção de trabalhadores acidentados, no estímulo às ações de formação, em estudos e pesquisas e na integração de diversos bancos de dados relacionados à área de saúde e segurança do trabalho, para servir de base para o aperfeiçoando constante da metodologia do NTEP e para a construção de políticas integradas de Reabilitação Profissional.

Dando continuidade ao projeto de Revitalização da Reabilitação Profissional, foi assinado o Termo de Cooperação FUB/SPPS/MPS, Processo 44000.000500/2009-63 – “Estudos e Pesquisas em

Reabilitação Profissional (RP): Uma Proposta de Pesquisa”. O Termo de Cooperação Técnica, assinado em 18 de março de 2009, tinha como objetivo a cooperação técnica e financeira no âmbito da área de saúde ocupacional da Secretaria de Políticas de Previdência Social, visando realizar uma pesquisa-diagnóstica para conhecer as reais condições da área de reabilitação profissional, de forma que fosse possível identificar necessidades e propor ações que viessem a melhorar o setor. Mais especificamente: ampliar o conhecimento sobre as condições de trabalho na área de RP; embasar cientificamente estratégias de melhoria da organização; dimensionar necessidades de Recursos Humanos (RH) e das equipes de trabalho em RP; subsidiar ações e projetos estratégicos para o setor; Conhecer as necessidades e críticas do setor produtivo com relação à absorção dos trabalhadores oriundos de RP do INSS; conhecer a realidade de trabalho e as dificuldades na articulação com o setor no atendimento das demandas do INSS.

Os produtos entregues em 2010 referentes a cada uma das metas foram os seguintes:

Meta 1 - Análise da legislação e literatura em geral – Esta meta foi desenvolvida foi analisado não só a legislação brasileira, mas a legislação da área de reabilitação profissional em diferentes países. O relatório “Legislação e literatura – A Reabilitação Profissional em Diferentes Países (Meta 1 – Plano de Trabalho)” traz um breve histórico da Reabilitação Profissional no mundo e o detalhamento em diferentes países como: Moçambique, Portugal, Espanha, Canadá, México e países da América do Sul. A sistematização das informações presentes nesse relatório cumpre uma finalidade imediata de posicionar o Brasil em relação aos outros países, mostrando as coincidências e divergências na construção do sistema de reabilitação profissional.

Metas 2, 3, 6, 7, 8, 9 e 10 – Desenvolvimento Entrevistas (servidores do INSS/RP, parcerias e empresas empregadoras); Construção dos instrumentos; Coleta de dados quantitativos; Coleta de dados qualitativos em São Paulo- SP; Coleta de dados qualitativos em Brasília DF; Coleta de dados qualitativos no Rio de Janeiro - RJ; Coleta de dados qualitativos junto aos segurados que buscam o INSS e Preparação dos dados para análise foram apresentadas, quanto método utilizado para o desenvolvimento dos trabalhos no relatório “Preparação dos Dados – Metodologia (Metas 2, 3, 6, 7, 8, 9 e 10 – Plano de Trabalho)”.

Meta 3 - Construção dos instrumentos foi realizada através da formulação de eixos e discussão com o INSS e MPS, tendo sido criados 3 instrumentos de coleta de dados, um para cada segmento – perícia médica, reabilitação profissional e serviço social. A coleta de dados quantitativos (meta 6) foi realizada através do encaminhamento dos instrumentos de coleta de dados da pesquisa on-line através de senha por e-mail a todos os servidores das áreas de RP, PM e SS em todo o Brasil.

Para as metas 2, 7, 8, 9 e 10 foram realizadas entrevistas com os servidores do INSS/RP, segurados, parcerias e empresas empregadoras. Para a execução destas entrevistas foi desenvolvido treinamento para a equipe de entrevistadores. A seleção de sujeitos foi realizada segundo o critério de conveniência. Inicialmente estavam previstos grupos de 15 entrevistas por segmento, mas este número foi superado principalmente nos segmentos dos servidores do INSS (RP, Perícia Médica e SS) e segurados. A preparação dos dados para análise foi mais um item atendido durante a realização da pesquisa. Foi realizada a preparação de banco de dados quantitativo e qualitativo - montagem, limpeza e sintaxe de dados quantitativos, transcrição de entrevistas, montagem de banco de dados qualitativos por segmento trabalhado.

Meta 4 – Preparação de Banco de e-mails – Criação e preparação de banco de e-mails dos servidores do INSS por meio do levantamento junto às unidades de reabilitação profissional, perícia médica e serviço social através das chefias destes setores nas Gerencias Executivas e núcleos de trabalho. Foram entregues 3 bancos de emails (RP, Perícia Médica e SS) em meio eletrônico (DVD).

Meta 5 – Preparação do Clima - foi apresentado com o relatório com o mesmo nome. A meta 5, de preparação de clima, foi atendida com a divulgação do projeto e a discussão da importância da colaboração dos servidores para a execução do diagnóstico em eventos do MPS e INSS.

Meta 11 – A meta de análise de dados foi cumprida através do desenvolvimento de modelo de análise de dados quantitativos e qualitativos.

Metas 11, 12, 13 - Análise dos Dados, Discussão preliminar dos dados e Apresentação dos resultados - Entregues em um relatório dividido em 3 partes, sendo uma para a área de Reabilitação Profissional, outra referente a área de Perícia Médica e a terceira, específica para os Segurados.

Indicadores:

Percentual de Produtos Entregues TCT RP

Meta: 100% até abril de 2010;

Fórmula: Número de Produtos TCT RP Entregues até abril de 2010 * 100

Número Total de Produtos contratados no TCT RP

Percentual de Produtos Entregues TCT RP RP = $\frac{13}{13} * 100 = 100\%$

Avaliação: Meta atingida.

c) Programas de Governo sob a responsabilidade da Unidade

I - Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

A SPPS conta com dois importantes Programas de Governo, o Programa 0087 – Gestão da Política de Previdência Social, sob responsabilidade do Subsecretario de Planejamento, Orçamento e Administração, e o 1009 – Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, dos Estados, Municípios e DF, sob responsabilidade do Secretário de Políticas de Previdência Social.

O Programa 0087 – Gestão da Política de Previdência Social – tem como objetivo controlar os programas gerados na área da previdência social a partir da coordenação e do planejamento na formulação de políticas setoriais.

O Programa Gestão da Política de Previdência Social nasceu da necessidade de busca por um Estado mais atuante, em que fosse possível constatar uma maior relevância por parte das atividades de planejamento, coordenação e gestão das ações governamentais no que tange à formulação, à avaliação, ao reordenamento e ao controle de programas finalísticos.

Com o Programa 0087, a SPPS adquire respaldo técnico, financeiro e estrutural para coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais, além de responsabilizar-se pela avaliação e controle dos programas na área de Previdência Social.

Para subsidiar esse Programa, existe, entre outras, a ação nº 2304 – Estudos e Pesquisas no Âmbito do Regime Geral de Previdência Social, cujo objetivo é subsidiar as políticas previdenciárias a partir de estudos técnicos voltados para temas relevantes para o sistema previdenciário. Apesar do Programa 0087 ser de responsabilidade da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, a coordenação dessa ação está a cargo da Coordenação-Geral de Estudos Previdenciários, componente da SPPS.

A referida ação está voltada para o financiamento da elaboração de estudos e pesquisas relacionados aos mais diversos aspectos do Regime Geral de Previdência Social – RGPS. Destina-se também à complementação de estudos e pesquisas correntemente elaborados pelo próprio Departamento de Regime Geral de Previdência Social, por meio das Coordenações-Gerais de Estudos Previdenciários, de Estatística, Demografia e Atuária e de Legislação e Normas.

O Programa 1009 – Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, dos Estados, Municípios e DF – objetiva controlar o financiamento do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos, tendo em vista a importância de alcançar a sustentabilidade do próprio sistema. Foi criado para respaldar o desenvolvimento das atividades da SPPS. Trata-se de um programa direcionado ao assessoramento das reformas e modernização dos regimes próprios de previdência de Estados, Municípios e do Distrito Federal, da fiscalização desses regimes (atribuição da Secretaria de Políticas de Previdência Social), da implantação do SIPREV, nesse caso contribuindo para o envio de informações cadastrais e financeiras para o Cadastro nacional de Informações Sociais dos Regimes Próprios de Previdência Social – CNIS/RPPS, e de outras formas cooperativas com os diversos entes federados.

No âmbito desse Programa, a ação nº 2274 – Assistência Técnica às Reformas dos Regimes Próprios de Previdência objetiva justamente amparar os Regimes Próprios de Previdência dos servidores públicos para adaptá-los às normas vigentes, por meio de um processo gradativo de adequação.

A segunda ação desse Programa, de nº 2276 – Fiscalização dos Regimes Próprios dos Servidores Públicos, foi criada para assegurar que os requisitos erigidos pela Lei nº 9.717/98 e pelas normas regulamentares objeto de delegação conferida pela então vigente Portaria nº 419/2002, garantam que a sustentabilidade financeira e atuarial desses Regimes seja efetivamente atingida. Essa atividade é hoje totalmente planejada e executada pela Secretaria de Políticas de Previdência Social, por intermédio do Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público, mediante Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil em exercício no Ministério da Previdência Social, em conformidade com § 2º, do artigo 11, da Lei nº 11.457/07.

TABELA IV - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO DA UJ

Demonstrativo da Execução por Programa de Governo da UJ

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1009		Denominação: Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Zelar pela viabilidade econômica e atuarial dos regimes próprios de previdência da União, Estados, Municípios e Distrito Federal						
Objetivos Específicos: Implementar uma política previdenciária justa e sustentável						
Gerente: Fernando Rodrigues da Silva				Responsável: Delúbio Gomes Pereira da Silva		
Público Alvo: Beneficiários dos regimes próprios de previdência da União, Estados, municípios e Distrito Federal						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
15.794.630	17.194.093	13.970.066	9.121.071	4.848.995	9.111.123	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de variação da necessidade de financiamento dos regimes próprios de previdência	12/01/2003	4.5	2.4	2.5	2.5
Fórmula de Cálculo do Índice						
Variação percentual do valor da necessidade de financiamento dos regimes próprios de previdência da União, Estados,						

Municípios e Distrito Federal no corrente e o valor da necessidade de financiamento do ano anterior.

Análise do Resultado Alcançado

Considerando que os Estados concederam aumentos significativos aos seus servidores e que a regra de reajuste dos benefícios dos inativos é a da paridade, isto fez com que a despesa de inativos tivesse um incremento significativo em 2010 e o índice apurado atingiu o previsto para 2010, com um pequeno incremento em relação ao ano anterior.

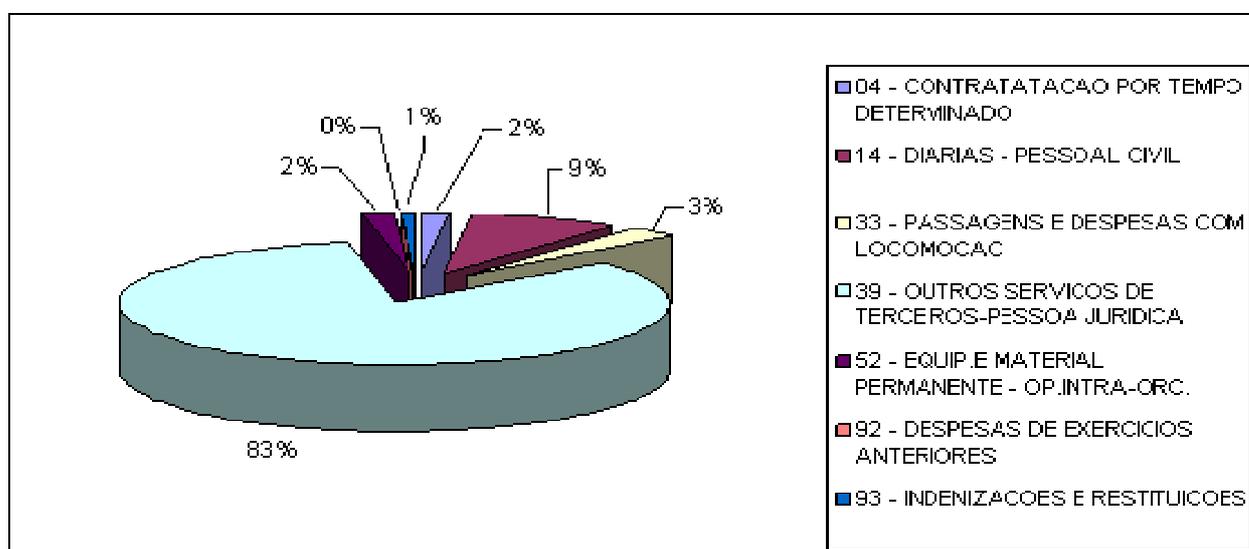
Fonte: SIGPLAN

TABELA V - EXECUÇÃO DETALHADA DO PROGRAMA 1009 – (UO 33101 – MPS)

Elemento Despesa (Cod/Desc)	Dotação Inicial	Créditos Adicionais	Autorizado	Empenhado	Liquidado (Subelemento)	Pago
04 - CONTRATATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0,00	0,00	229.847,96	229.847,96	229.847,96	229.847,96
14 - DIARIAS - PESSOAL CIVIL	0,00	0,00	1.296.463,00	1.262.080,33	1.262.080,33	1.257.819,48
33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00	0,00	405.000,00	405.000,00	405.000,00	281.190,00
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	11.777.490,00	11.668.788,48	11.668.788,48	7.236.678,89
52 - EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA-ORÇ.	0,00	0,00	798.762,42	271.762,42	271.762,42	0,00
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	21.835,00	18.994,30	18.994,30	18.994,30
93 - INDENIZACÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	113.746,33	113.592,33	113.592,33	113.592,33
NÃO INFORMADO - NÃO INFORMADO	15.794.630,00	1.399.463,00	2.550.948,29	0,00	0,00	0,00
TOTAL	15.794.630,00	1.399.463,00	17.194.093,00	13.970.065,82	13.970.065,82	9.111.122,96

Fonte: SIAFI

GRÁFICO VII - EXECUÇÃO DETALHADA DO PROGRAMA 1009 – (UO 33101 – MPS)



Fonte: SIAFI

II - Execução física das ações realizadas pela UJ

Ação 2304 – Estudos e Pesquisas no âmbito do Regime Geral de Previdência Social – Dados Gerais (Programa 0087)

Tipo da Ação (1)	Orçamentária
Finalidade (2)	Subsidiar o processo de formulação de políticas previdenciárias
Descrição (3)	Elaboração de diagnóstico detalhado sobre cada tema selecionado; realização de

	estudos técnicos, atuariais e jurídicos, projeções de curto, médio e longo prazos frente a diversos cenários; estimativa de impactos financeiros
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (4)	Coordenação-Geral de Estudos Previdenciários
Coordenador nacional da ação (5)	EMANUEL DE ARAÚJO DANTAS
Unidades executoras (6)	Secretaria de Políticas de Previdência Social

Os recursos do Programa 0087 não são geridos pela SPPS, mas a execução dos produtos, sim. Sendo assim, as informações constantes no quadro imediatamente anterior deverão constar também do Relatório de Gestão da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA, subordinada à Secretaria-Executiva, responsável por ele.

No que diz respeito à ação 2304 – Estudos e Pesquisas no Âmbito do Regime Geral de Previdência Social, de um orçamento disponível, em 2010, de R\$ 1.600.000,00, foram empenhados R\$ 189.014,00, o que corresponde, portanto, a um percentual de execução financeira de 11,81%. Dos recursos empenhados, R\$ 106.564,00 foram pagos em 2010, sendo R\$ 24.114,00 na natureza de despesa 339020 – Auxílio Financeiro a Pesquisadores – referente ao destaque orçamentário de 2009 com a UNB - Processo 44000.002786/2009-11 – Projeto Construção da Nova Matriz do Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário - e os R\$ 82.450,00 restantes na natureza de despesa Outros Serviços a Terceiros – Pessoa Jurídica. Esse valor último foi pago em decorrência dos serviços prestados pela Solar Consultoria Ltda., que vem realizando estudo sobre o perfil dos indígenas e sua relação com a Previdência Social. Montante em igual valor, já empenhado, deverá ser pago em 2011 por ocasião da entrega do terceiro produto, um relatório completo sobre a pesquisa de campo realizada com etnias que habitam as Regiões Norte e Nordeste do país; e do quarto e último produto da pesquisa, um ensaio antropológico-fotográfico que deverá servir de base para melhorias na qualidade dos serviços prestados pela Previdência Social à população indígena que vive no Brasil.

O restante do orçamento disponível não foi empenhado devido a complicações na contratação de novos estudos em período eleitoral e de transição entre governos, bem como a não solicitação de destaque orçamentário por parte dos contratos já estabelecidos (TCT-IPEA/MPS).

Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa – Dados Gerais

Tipo da Ação (1)	Finalística
Finalidade (2)	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição (3)	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (4)	Ministério da Previdência Social
Coordenador nacional da ação (5)	JESIEL SOARES DA SILVA
Unidades executoras (6)	SPOA/Unidade de Coordenação de Projetos

Em dezembro de 2010 foi realizado empenho nessa Ação com a finalidade de complementar os recursos financeiros para viabilizar a execução dos contratos n°s 001/2010 – UCP, 002/2010-UCP e 003/2010-UCP, todos referentes à realização do Recadastramento de servidores ativos, inativos e de

pensionistas, bem como seus dependentes, em diversos poderes dos Estados participantes do PARSEP II. Os demais recursos financeiros, destinados a suportar os contratos elencados, foram empenhados no Programa 1009, Ação 2274, que também detalha atividades desenvolvidas no âmbito do PARSEP II.

Foram efetivados 2 (dois) empenhos na Ação, ref. recadastramento:

- Programa 0087 – Gestão da Política de Previdência Social – Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa: R\$ 5.988.356,86;
- Programa 1009 – Regimes de Previdência dos Servidores Públicos, Municípios e Distrito Federal – Ação 2272 – Assistência Técnica às Reformas dos Regimes Próprios de Previdência: R\$ 2.909.668,48;

No Programa 1009 - Regimes de Previdência dos Servidores Públicos, Municípios e Distrito Federal – Ação 2274 Assistência Técnica às Reformas dos Regimes Próprios de Previdência foi empenhado o valor de R\$ 8.759.120,00, que somados aos outros empenhos totalizam os valores contratados de R\$ 17.657.145,34.

- Inscritos em RAP 2010 não processados (Programa 1009 – Ação 2272), referente a recadastramento de servidores ativos e inativos, bem como de pensionistas, as importâncias de:

- R\$ 728.000,00; R\$ 548.298,48; totalizando R\$ 1.276.298,48 para pagamento à Empresa de Pesquisas Técnicas – Ltda. (EXATTA);
- R\$ 1.633.370,00 para pagamento ao Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT).

Ação 2274 – Assistência Técnica às Reformas dos Regimes Próprios de Previdência – Dados Gerais (Programa 1009)

Tipo da Ação (1)	Finalística
Finalidade (2)	Subsidiar o processo de adequação dos regimes próprios e complementares de previdência dos servidores públicos na União, Estados, Municípios e Distrito Federal às normas em vigor.
Descrição (3)	Elaboração de trabalhos visando auxiliar a definição do desenho e da normatização dos regimes próprios e complementares de previdência dos servidores públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Realização de workshops e palestras; prestação de consultoria aos entes públicos; contratação de consultorias para a realização de avaliações atuariais de regimes próprios; elaboração de cartilhas e material de divulgação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (4)	Ministério da Previdência Social
Coordenador nacional da ação (5)	SANDRA GONÇALVES LOPES
Unidades executoras (6)	Secretaria de Políticas de Previdência Social

Ação 2274 – Assistência Técnica às Reformas dos Regimes Próprios de Previdência – Resultados

Meta Física: 38

Assistência Técnica Realizada: 37 (vide texto explicativo adiante)

% Execução: 97,37 %

Meta Financeira:

LOA + CRÉDITO: R\$ 9.184.120,00

Executado: R\$ 7.474.310,00 (vide explicação no texto)

% de Execução: 81,38 % (vide explicação no texto)

Constam Restos a Pagar – RAP não processados distribuídos da seguinte forma:

2008: R\$ 103.840,00 vinculado a pagamento à empresa Northware, referente a serviços de digitalização de documentos. Solicitado cancelamento, tendo em vista a não aceitação dos produtos entregues pela nominada;

2009: R\$ 20.768,00 vinculado a pagamento à empresa Northware, referente a serviços de digitalização de documentos. Solicitado o cancelamento, tendo em vista a não aceitação dos produtos entregues pela nominada;

2009: R\$ 87.711,98 e R\$ 79.620,22, totalizando R\$ 167.332,20, vinculado a pagamento à Q2 Eventos Ltda, referente a disponibilização de infraestrutura física, lógica, alimentícia e de recursos humanos para reuniões do Conselho Nacional de Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social – CONAPREV. Foram contratadas 8 (oito) reuniões, sendo realizadas 4 (quatro) por ano, com início a partir de 2010. Efetivadas 4 (quatro) reuniões do CONAPREV em 2010;

2010: R\$ 14.933,87 vinculado a pagamento à Eurexpress Trave Viagens e Turismo Ltda, referente a deslocamentos de servidores vinculados à execução da Ação;

2010: R\$ 1.549.441,11 vinculado a pagamento à Empresa de Pesquisas Técnicas Ltda (EXATTA), referente ao recadastramento de servidores ativos e inativos, bem como de pensionistas.

Registra-se a existência de 2 (dois) empenhos nos valores de R\$ 5.988.356,86 e R\$ 2.909.668,48, totalizando R\$ 8.898.025,34, na Ação 2272, vinculados aos Programas 0087 e 1009, que adicionados ao empenho no montante de R\$ 8.759.120,00 realizado nesta Ação (Programa 1009) alcança o total contratado para o Recadastramento (R\$ 17.657.145,34).

Os resultados alcançados em 2010 se mostraram extremamente satisfatórios, considerando especialmente os impactos inicialmente advindos de restrições eleitorais para a realização de divulgação dos recadastramentos

Ação 2276 – Auditoria nos Regimes Próprios dos Servidores Públicos – Dados Gerais

Tipo da Ação (1)	Finalística
Finalidade (2)	Assegurar que os Regimes Próprios de Previdência Social cumpram os requisitos definidos na Lei 9.717, de 27 de novembro de 1998, e normas regulamentares, visando à garantia da sustentabilidade financeira e atuarial dos regimes próprios e complementares dos servidores públicos da União, Estados, Municípios e Distrito.
Descrição (3)	Realização de auditorias diretas e indiretas para verificação do cumprimento dos requisitos normativos, referentes à constituição e funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, bem como análise atuarial, contábil e da aplicação dos recursos previdenciários. Elaboração de metodologia para auditoria dos regimes próprios; elaboração de plano de auditoria periódica; desenvolvimento de sistema de planejamento, execução e monitoramento das auditorias e controle da tramitação do Processo Administrativo Previdenciário; elaboração de normas de auditoria; recebimento e análise periódica de informações financeiras, atuariais e contábeis; discussão, planejamento e implementação de medidas corretivas e/ou punitivas para as irregularidades observadas, bem como o monitoramento dos regimes próprios sujeitos a medidas corretivas; avaliação e melhoria da metodologia de avaliação; capacitação técnica de auditores. Aquisição de equipamentos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas (4)	Ministério da Previdência Social
Coordenador nacional da ação (5)	SERGIO AUGUSTO FALCÃO IBALDO
Unidades executoras (6)	Secretaria de Políticas de Previdência Social/ Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público – DRPSP/Coordenação-Geral de Auditoria Atuária Contabilidade e Investimentos
Responsável pela Execução da Ação no nível local	Audidores-Fiscais da Receita Federal do Brasil em exercício no MPS credenciados

Ação 2276 – Auditoria nos Regimes Próprios dos Servidores Públicos – Resultados

Meta Física: 225 (SIGPLAN)

Regimes Previdenciários Auditados: 406

% Execução: 180,44 %

Meta Financeira:

LOA + CRÉDITO: R\$ 1.800.000,00

Executado: R\$ 1.614.314,00

% de Execução: 89,68 %

Os resultados alcançados no exercício de 2010 continuaram bastante expressivos e positivos, em que pese o reduzido contingente de servidores, totalizando 406 ações de auditoria direta realizadas nos entes federativos - Estados e Municípios – com Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, formalizando, por conseguinte, a emissão de 404 Notificações de Auditoria-Fiscal - NAF, e 207 Representações Administrativas a Tribunais de Contas Estaduais, Ministérios Públicos Estaduais e Federal, Controladoria-Geral da União, Banco Central do Brasil, Secretaria da Receita Federal do Brasil e Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

Constam Restos a Pagar – RAP não processados distribuídos da seguinte forma:

2009: R\$ 43.108,35 vinculados a pagamento à Eurexpress Travel Viagens e Turismo Ltda, referente a passagens aéreas;

2010: R\$ 103.189,04 vinculados a pagamento à Eurexpress Travel Viagens e Turismo Ltda, referente a passagens aéreas.

Ação 10S9 – Desenvolvimento do Cadastro Nacional de Informações dos Regimes Próprios de Previdência Social - CNIS-RPPS – Dados Gerais

Tipo da Ação (1)	Finalística
Finalidade (2)	Garantir a infra-estrutura tecnológica necessária para prover a administração de base de dados contendo informações precisas e atualizadas do sistema previdenciário dos regimes próprios previdência dos servidores públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal.
Descrição (3)	Desenvolvimento do Sistema Cadastro Nacional de Informações dos Regimes Próprios de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal - CNIS - RPPS, visando manter um cadastro de informações previdenciárias referente aos servidores públicos, da União dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, propiciando o acompanhamento, orientação e supervisão dos regimes próprios de previdência, estudos técnicos, fiscalização e demais atividades da Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPPS/MPS, bem como propiciará a integração de dados e informações com outros sistemas como o Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS/RGPS. Atualização da infra-estrutura tecnológica, disponibilização de software e demais soluções de gerenciamento e operacionalização das unidades.

	Condução de projetos de modernização de softwares, infra-estrutura e segurança.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (4)	Ministério da Previdência Social
Coordenador nacional da ação (5)	NANCY ABADIA DE ANDRADE RAMOS
Unidades executoras (6)	SPPS/Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público – DRPSP/ Coordenação-Geral de Estudos Técnicos, Estatísticas e Informações Gerenciais - CGEEI

Ação 10S9 – Desenvolvimento do Cadastro Nacional de Informações dos Regimes Próprios de Previdência Social – CNIS-RPPS – Resultados

Em 10.06.2010 o projeto CNIS/RPPS foi retomado pela DATAPREV para fins de conclusão de implementação, sendo disponibilizada a esta SPPS/DRPSP para testes de carregamento e de exportação para viabilizar cruzamentos em 12.2010, estando prevista esta fase de definição de infra estrutura para a 1º quinzena de março de 2011. Assim sendo, e permanecendo destaque de técnicos da DATAPREV em efetivo exercício no Projeto, tem-se como previsão de conclusão desta 1ª versão, no 1º semestre de 2011.

TABELA VI - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
09	272	1009	2274	A	4	Assistência técnica realizada	38	37	38
09	125	1009	2276	A	4	Auditoria realizada	225	406	300
09	571	0087	2304	A	4	Estudo realizado	12	7	5

Fonte: SIGPLAN

Os resultados dispostos na Tabela anterior estão explicitados em detalhes na descrição da “Execução física das ações realizadas pela UJ”.

d) Desempenho orçamentário e financeiro

I - Programação Orçamentária das Despesas

TABELA VII - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Ministério da Previdência Social – MPS	33101	330010

Programação das Despesas Correntes

TABELA VIII - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	-	-	-	-	12.775.223	9.125.768	
	PLOA	-	-	-	-	5.650.000	5.390.764	
	LOA	-	-	-	-	3.969.656	4.130.075	
CRÉDITOS	Suplementares	-	-	-	-	-	-	
	Especiais	-	-	-	-	-	-	
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	-		
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		-	-	-	-	3.969.656	4.130.075	

Fonte: SIAFI Gerencial – 16/03/2011

Programação de despesas de Capital

Não ocorreu no período.

Resumo da Programação das Despesas

TABELA IX - RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Quadro Resumo da Programação de Despesas

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	12.775.223	9.125.768	-	-	-	-	
	PLOA	5.650.000	5.390.764	-	-	-	-	
	LOA	3.969.656	4.130.075	-	-	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	-	-	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	-		
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		3.969.656	4.130.075	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI Gerencial – 16/03/2011

Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

TABELA X - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Movimentação Orçamentária por Grupo de DespesaValores em
R\$ 1,00

Natureza da Movimentação Crédito		UG concedente ou recedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1-Pessoal e Encargos Sociais	2-Juros e Encargos da Dívida	3-Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	330002	33101/09.571.0087.2 304.0001	-	-	24.114
	Recebidos	-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação Crédito		UG concedente ou recedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4- Investimento s	5-Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial – 16/03/2011

II - Execução Orçamentária das Despesas

Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

TABELA XI - DESPESAS DE CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UF

Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação	843.318	696.233	843.318	657.566
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	115.430	-	82.450
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	843.318	580.803	843.318	575.116
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços	-	-	-	-
Contratações Diretas	30.712	1.860	30.712	1.860
Dispensa	30.712	1.860	30.712	1.860
Inexigibilidade	-	-	-	-
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	-	-	-	-
Pagamento de Pessoal	1.454.082	2.585.756	1.454.082	2.573.636
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	1.454.082	2.585.756	1.454.082	2.573.636
Outros (Não se aplica)	351.472	159.545	346.872	153.534

Fonte: SIAFI Gerencial – 16/03/2011

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

TABELA XII - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ.

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados a pagar		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes	3.802.143	3.778.640	2.759.111	3.509.304	114.817	205.017	2.754.511	3.452.505
14	1.454.082	2.585.756	1.454.082	2.585.756	-	-	1.454.082	2.573.636
33	1.040.000	774.967	830.436	569.950	-	-	830.436	564.264
20 (2009)/39 (2010)	538.686	180.580	116.200	131.110	-	-	111.600	98.130
Demais elementos do grupo	769.375	237.337	358.393	222.488	114.817	205.017	358.393	780.739

Fonte: SIAFI Gerencial – 16/03/2011

Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

TABELA XIII - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos	-	-	-	-	25.000	-	-	-
52	-	-	-	-	25.000	-	-	-
5 – Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial – 16/03/2011

Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Não ocorreu no período.

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Não ocorreu no período

Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Não ocorreu no período.

Evolução das receitas e despesas

TABELA XIV - EVOLUÇÃO DE GASTOS GERAIS

Descrição	ANO		
	2008	2009	2010
1. PASSAGENS	666.367,91	953.566,84	544.228
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	937.833,36	1.486.127,77	2.682.620
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	-	-	
3.1. Publicidade	-	-	
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	-	-	
3.3. Tecnologia da informação	-	-	
3.4. Outras Terceirizações	-	-	
3.5. Suprimento de fundos	-	-	
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	-	-	
TOTAIS	1.604.201,27	2.799.694,61	3.226.848

FONTE: SCDP

TABELA XV – EVOLUÇÃO DE GASTOS GERAIS

Descrição	ANO		
	2008	2009	2010
1. PASSAGENS	567.854	830.436	564.263
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	939.162	1.454.082	2.573.636
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	-	-	
3.1. Publicidade	-	-	
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	-	-	
3.3. Tecnologia da informação	-	-	
3.4. Outras Terceirizações	-	-	
3.5. Suprimento de fundos	-	-	
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	-	-	
TOTAIS	1.507.016	2.284.518	3.137.899

FONTE: SIAFI Gerencial

Objetivando ampliar as informações para avaliações de diversas ordens, procedeu-se a anexação de duas tabelas que tratam da evolução de gastos, contendo valores obtidos no SCDP e no SIAFI.

O considerável aumento dos valores despendidos com diárias pode ser justificado de acordo com o relato adiante:

- 2009 em relação a 2008 – Reajustes nos valores das diárias e conexas a partir de julho de 2009, que implicou em custos adicionais se comparados aos do exercício anterior, distribuídos no decorrer de 6 meses;

- 2010 em relação a 2009 - Reflexos dos reajustes das diárias e conexas ocorridas a partir de julho/2009, abrangendo agora todo o exercício de 2010, acrescido da implantação do Grupo de Trabalho – GT, para tratar da análise de processos relativos ao Fator Acidentário de Prevenção – FAP, constituído por servidores do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, oriundos de diversas unidades da federação, convocados para Brasília, DF, por períodos relativamente longos, incluídos os finais de semana, em face da necessidade de conclusão das análises processuais nas datas previstas, considerando que se ocorresse o retorno à origem nos finais de semana os custos se elevariam ainda

mais, com reflexos negativos nos trabalhos em execução, dentre implementações de outras iniciativas pontuais que colaboraram para esse aumento.

A redução nos custos dos valores direcionados para a aquisição de passagens aéreas no exercício de 2010 em relação a 2009 é decorrente, basicamente, de promoções e redução nos preços praticados pelas companhias aéreas, bem como pelas pesquisas de preços com antecedência considerável praticado pela Secretaria..

Outro fator a destacar e que contribuiu para a redução de valores gastos na aquisição de passagens aéreas foi à redução de viagens internacionais de servidores da SPPS, devido principalmente à redução no ritmo das discussões para celebração de acordos de previdência com outros países e, também, pela alteração na estrutura da Secretaria, com a mudança da Coordenação de Assuntos Internacionais - CAIN para a Secretaria Executiva do MPS, inclusive com alteração de nomenclatura.

A redução do valor relativo ao orçamento proposto pela SPPS para 2010 (dotação proposta) e, em seqüência, do PLOA, que resultou no valor estabelecido na LOA, não comprometeu as atividades programadas para serem realizadas pela SPPS no exercício em referência.

III - Indicadores Institucionais

Adiante encontram-se os indicadores de desempenho elaborados pela Coordenação-Geral de Auditoria, Atuária, Contabilidade e Investimentos CGACI e Coordenação-Geral de Normatização e Acompanhamento Legal – CGNAL, ambas vinculadas ao Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público – DRPSP, bem como do Departamento do Regime Geral de Previdência Social – DRGPS. Os indicadores relativos ao Departamento de Políticas de Segurança e Saúde Ocupacional (DPSO) encontram-se no corpo do texto descritivo pertinente às suas atividades.

TABELA XVI - INDICADORES DE DESEMPENHO DE 2010 - COORDENAÇÃO-GERAL DE AUDITORIA, ATUÁRIA, CONTABILIDADE E INVESTIMENTOS – CGACI/DRPSP

Coordenação-Geral de Auditoria, Atuária, Contabilidade e Investimentos – SPPS / MPS				
Denominação do indicador	Tipo	Descrição	Quantificador	Valor
Ações de auditoria direta	Eficácia	Mede a execução de ações de auditoria in loco, em relação ao planejado (meta)	nº de auditorias diretas realizadas / nº de auditorias diretas planejadas	$\frac{407}{300} = 135,7 \%$
Cumprimento do programa de auditoria direta	Eficácia	Mede o cumprimento das ações de auditorias in loco programadas	nº de auditorias diretas programadas realizadas / nº de auditorias diretas programadas	$\frac{407}{388} = 104,9 \%$
Distribuição de processos de auditoria	Eficiência	Avalia a carga de trabalho dos auditores-fiscais	nº de processos prontos para auditoria / nº de auditores-fiscais	$\frac{388}{31} = 12,5$ processos
Análise de produtividade	Eficiência	Avalia a capacidade de trabalho dos auditores-fiscais	nº de auditorias realizadas no ano / nº de auditores-fiscais	$\frac{407}{31} = 13,1$ auditorias

Prazo médio para apresentação do relatório	Eficiência	Mede o tempo médio entre o início da auditoria e a apresentação do relatório	Somatório do tempo entre a auditoria e a apresentação do relatório / nº de relatórios	69,3 dias
--	------------	--	---	-----------

NOTAS:

1. Nº de auditorias diretas planejadas = **300** (meta anual informada no SIGPLAN).
2. Nº de auditorias diretas programadas = **388** (anual, conforme programação constante no Aplicativo de Apoio da SPPS).
3. Nº de auditorias diretas realizadas = **407**.
4. Nº de auditores-fiscais externos = **31**.
5. A meta anual de auditorias a realizar foi superada em 35,7 %.
6. O cumprimento do programa de auditorias superou o previsto em 4,9 % (algumas auditorias iniciadas em 2009 foram concluídas em 2010).
7. A carga de trabalho de cada auditor-fiscal foi de 12,5 processos/ano, tendo sido concluídos 13,1 processos/ano/auditor, superando em 4,9 % a carga de trabalho anual prevista.

TABELA XVII - INDICADORES DE DESEMPENHO 2010 - COORDENAÇÃO-GERAL DE NORMATIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO LEGAL – CGNAL/DRPSP

Denominação Indicador	Tipo	Descrição (o que pretende medir)	Quantificador	Indicadores	Responsável
Distribuição de consultas	Eficiência	Avalia a carga de trabalho dos técnicos	<input type="checkbox"/> consultas prontas para distribuição (estoque + fluxo) <input type="checkbox"/> Técnicos CGNAL	$327 = 109$ 3	Zanita de Marco
Evolução de consultas - Estoque	Eficiência	Mede a evolução da capacidade de análise das consultas em estoque	<input type="checkbox"/> consultas em estoque <input type="checkbox"/> Técnicos CGNAL	$57 = 19$ 3	Zanita de Marco
Análise do Fluxo de Consultas	Eficácia	Avalia a capacidade de atendimento às consultas encaminhadas à Secretaria	Nº de consultas respondidas Nº total de consultas (fluxo e estoque)	$243 = 0,74$ 327	Zanita de Marco
Evolução de Consultas – Fluxo	Eficiência	Mede a evolução da capacidade de análise dos processos dentro do fluxo	<input type="checkbox"/> consultas recebidas no mês <input type="checkbox"/> Técnicos CGNAL	$27 = 9$ 3	Zanita de Marco
Análise de Produtividade	Eficiência	Avalia a capacidade de trabalho dos técnicos	<input type="checkbox"/> consultas com análise concluída no mês <input type="checkbox"/> Técnicos CGNAL	$19 = 6,33$ 3	Zanita de Marco

OBS: Cumpre esclarecer que a consulta é apenas mais uma das atividades desenvolvidas pelo consultor, dentre as quais destacam-se: orientação pessoal e pelo telefone aos entes públicos, análise de legislação, confecção de pareceres e minutas de legislação.

- Estoque = Número de consultas não respondidas em 2009. Adotar sempre o número de consultas não respondidas no ano anterior.

- Fluxo = Número de consultas recebidas no ano, acrescido do número de pareceres e informações confeccionados.

- Técnicos CGNAL = Marina, Miriam e Gustavo.

- Consultas recebidas no mês – Total de consultas dividido por 12

TABELA XVIII - INDICADORES DE DESEMPENHO 2010 - ESTUDOS E PESQUISAS NO ÂMBITO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - PPA - DRGPS

	Ação	Estudos e Pesquisas no âmbito do Regime Geral de Previdência Social – PPA: Programa 0087, Ação 2304 do PPA 2008-2011.
Descrição		1. Desenvolver estudos sobre a Ouvidoria da Previdência Social e as inter-relações entre Previdência e questões regionais. 2. Estudo antropológico-fotográfico sobre o perfil dos povos indígenas das Regiões Norte e Nordeste, bem como a forma de inclusão social desses no sistema previdenciário, até março de 2011.
Meios utilizados		1. Termo de Cooperação com o <i>Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada</i> – IPEA. 2. Contratação de pessoa jurídica especializada.
Resultado/Produto esperado		1. I – Relatório Metodológico; II - Relatório Parcial; III – Relatório Final. 2. I – Relatório Metodológico; II – Relatório de Pesquisa de Campo; III – Relatório Final.
Responsável		CGEPR – Emanuel de Araujo Dantas.

Meta: 2010 – Desenvolver 100% do estudo 1 e 70% do estudo 2, ponderados, pela ordem, na razão 2x1, ou seja, realizar 80% dos estudos previstos.

Indicadores de Eficácia:

Taxa de Execução Financeira (TEFin): mensura a razão entre o desembolso realizado e o desembolso previsto para a **ação** no exercício.

$$TEFin = \left[\frac{\sum \text{Desembolso Realizado}}{\sum \text{Desembolso Previsto}} \right] \times 100$$

Taxa de Execução Física (TEFis): mensura a razão entre a quantidade de produtos realizados e a quantidade prevista para a **ação** no exercício.

$$TEFis = \left[\frac{\sum \text{Número de Estudos Realizados}}{\sum \text{Número de Estudos Previstos}} \right] \times 100$$

Avaliação desempenho até dezembro/2010:

TEFin = 84.700,00 / 329.200,00 *100 = 25,73% da meta prevista de execução financeira para o ano.

TEFis = 50% do estudo 1; 50% do estudo 2 = 45% da meta prevista de execução física.

Conclusão: O produto 1 tinha previsão de entrega total até agosto de 2010, mas devido a atrasos na execução, não foi concluído até essa data. O prazo para entrega foi prorrogado mediante justificativa aceitável. Entretanto, após a entrega do relatório preliminar, cujo conteúdo englobava o relatório metodológico, o estudo foi paralisado pelo IPEA. Ainda está em discussão um novo prazo para a entrega do relatório final e não foi realizado nenhum destaque orçamentário para esse projeto. O produto 2 iniciou-se em agosto, conforme o previsto. Porém, houve atraso no cronograma da pesquisa

de campo e, por isso, a entrega do terceiro relatório foi prorrogada para 2011. Assim, foi efetuado pagamento referente à entrega dos dois primeiros produtos (o que representa 50% do projeto), 50% do montante total.

TABELA XIX - INDICADORES DE DESEMPENHO 2010 - EDIÇÃO MENSAL DO INFORME PREVIDÊNCIA SOCIAL - DRGPS

	Ação	Edição Mensal do Informe de Previdência Social.
Descrição		Publicação mensal de um artigo institucional ou assinado e do resultado do RGPS.
Meios utilizados		Elaboração/seleção de artigo e apuração dos resultados.
Resultado esperado		Edição e publicação mensal do Informe.
Responsável		CGEPR – Emanuel de Araujo Dantas.

Meta: Publicar o Informe da Previdência Social todo mês.

Indicador de Eficácia: Índice de Publicação de Informes.

$$TPI = \left[\frac{\sum \text{Número de Informes Publicados}}{12} \right] \times 100$$

Avaliação de desempenho em dezembro/2010: 100% da meta anual, ou seja, 12 Informes publicados.

$$TPI = 12/12 * 100 = 100\%$$

Conclusão: Meta atingida.

TABELA XX - INDICADORES DE DESEMPENHO 2010 - SISTEMATIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS EM ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DRGPS

	Ação	Sistematização de informações previdenciárias, acidentárias, socioeconômicas e demográficas do ano anterior em Anuários Estatísticos da Previdência Social.
Descrição		Consolidação/atualização de estatísticas sobre a previdência social e acidentes do trabalho que subsidiem estudos e análise de alterações na política previdenciária bem como suas interações com questões de mercado de trabalho, demografia e finanças públicas. Publicações divulgadas em papel, CD-ROM e Internet com aplicativos que permitem a construção de séries históricas e tabelas personalizadas.
Meios utilizados		Coleta de dados oficiais nos diversos sistemas informatizados, inclusive mediante tabulações especiais e específicas.
Resultado esperado		Produção e disponibilização pública de: I – AEPS relativo ao exercício anterior, até setembro a versão para Internet; até novembro a versão em CD ROM; e até dezembro a versão impressa. II – AEAT relativo ao segundo exercício anterior, em janeiro, a versão para Internet; em fevereiro, a versão em CD-ROM; e em março a versão impressa.
Responsável		CGEDA – Eduardo da Silva Pereira

Meta: Publicar e disponibilizar o AEPS e o AEAT, ou seja, 100% da ação total, cujas partes principais são ponderadas pela ordem na razão de 3x1 e em relação às versões: 70% para Internet (A/a); 10% para CD ROM (B/b) e 20% para impressa (C/c).

Indicador de Eficácia: Índice de Anuários Estatísticos editados e divulgados no ano.

$$IAEst = ((A + B + C) + (a + b + c)) / 2$$

Avaliação de desempenho em dezembro/2010: 50 % da meta anual, ou seja, concluída a produção e divulgação do AEAT 2008 e em andamento a produção do AEPS 2009.

$$IAEst = ((70+10+20)+(70+10+0))/2 = 90$$

Conclusão: Meta atingida em 90%. O AEAT 2009 não foi publicado em versão impressa por questões relacionadas ao orçamento do Ministério do Trabalho e Emprego, que é o responsável pela impressão desse Anuário. Existe a perspectiva de imprimi-lo no primeiro quadrimestre de 2011.

TABELA XXI - INDICADORES DE DESEMPENHO 2010 - EDITAR BOLETINS ESTATÍSTICOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - NACIONAIS E REGIONAIS - DRGPS

	Ação	Editar Boletins Estatísticos de Previdência Social - Nacionais e Regionais.
Descrição		Informativo mensal com informações gerenciais em nível nacional, e semestral com informações gerenciais em nível regional, sobre concessão e emissão de benefícios, receita previdenciária, grandes números da Previdência Social e índices econômicos. O BEPS Nacional conta ainda com edição mensal em inglês.
Meios utilizados		Extração de dados dos sistemas de benefícios, de arrecadação e outros.
Resultado esperado		Edição mensal de BEPS Nacional, com versões em português e inglês, e duas edições semestrais com dados regionais e estaduais.
Responsável		CGEDA – Eduardo da Silva Pereira.

Meta: 100% de publicação e disponibilização do Boletim Estatístico de Previdência Social, de âmbito nacional, mensal e nas versões em português (A = 12 edições) e inglês (B = 12 edições), e de dois Boletins Estatísticos de Previdência Social Regionais (C = 2 edições).

Indicador de Eficácia: Índice de Publicação de Boletins Estatísticos da Previdência Social no ano.

$$IPBEPS = (A + B + C)/26 \times 100$$

Avaliação de desempenho em dezembro/2010:

$$IPBEPS = (12 + 12 + 2)/26 \times 100 = 100$$

Em janeiro de 2011 foi atingido 100% da meta estabelecida para o ano. Deve ser observado que o BEPS de dezembro e a segunda edição do BEPS regional, com referência de dezembro, são publicados no mês de janeiro do ano seguinte.

Conclusão: Meta totalmente cumprida.

TABELA XXII - INDICADORES DE DESEMPENHO 2010 - APURAR O VALOR MÉDIO DOS BENEFÍCIOS E MINUTAR PORTARIA MINISTERIAL PARA DIVULGAÇÃO DO VALOR APURADO - DRGPS

	Ação	Apurar o valor médio dos benefícios e minutar Portaria Ministerial para divulgação do valor apurado.
Descrição		Calcular mensalmente o valor médio dos benefícios pagos pelo INSS utilizados como parâmetro no sistema de compensação existente entre o RGPS e os RPPS e preparar Portaria Ministerial para sua divulgação
Meios utilizados		Processamento dos valores benefícios pagos e apuração do valor médio dos pagamentos realizados.
Resultado esperado		Preparação mensal de Portaria até o dia 03 de cada mês
Responsável		CGEDA – Eduardo da Silva Pereira.

Meta: 100%, que corresponde a apurar e divulgar mensalmente o valor médio dos benefícios previdenciários.

Indicador de Eficácia: Índice de Apuração do Valor Médio dos Benefícios

$$IAVM = \left[\frac{\sum \text{Número de Portarias Publicados}}{12} \right] \times 100$$

Avaliação de desempenho em dezembro /2010: 100 %da meta anual, ou seja, 12 (doze) Portarias divulgando o valor médio dos benefícios previdenciários.

Conclusão: Meta totalmente cumprida.

TABELA XXIII - INDICADORES DE DESEMPENHO 2010 – PREPARAR PORTARIA MINISTERIAL PARA DIVULGAÇÃO DOS ÍNDICES DE ATUALIZAÇÃO DOS SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO - DRGPS

	Ação	Preparar Portaria Ministerial para divulgação dos índices de atualização dos salários-de-contribuição.
Descrição		Apurar mensalmente o índice de atualização dos salários-de-contribuição para cálculo do salário-de-benefício, pecúlios e pagamentos de parcelas em atraso, tanto do RGPS como dos RPPS e preparar Portaria Ministerial para sua divulgação.
Meios utilizados		Aplicação dos índices oficiais de atualização sobre os valores vigentes.
Resultado esperado		Preparação mensal de Portaria até o dia seguinte ao de divulgação do

	Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Responsável	CGEDA – Eduardo da Silva Pereira.

Meta: 100%, que corresponde a apurar e divulgar mensalmente os índices de atualização dos salários-de-contribuição utilizados no cálculo do valor dos benefícios previdenciários.

Indicador de Eficácia: Índice de Apuração de Fatores de Atualização dos Salários-de-Contribuição.

$$IAFA = \left[\frac{\sum \text{Número de Portarias Publicadas}}{12} \right] \times 100$$

Avaliação de desempenho em dezembro/2010: 100% da meta anual, ou seja, 12 (doze) Portarias divulgando o valor médio dos benefícios previdenciários.

Conclusão: Meta totalmente cumprida.

TABELA XXIV - INDICADORES DE DESEMPENHO 2010 - APURAR E DIVULGAR NO SITIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL OS VALORES DE ARRECADAÇÃO E DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS NOS MUNICÍPIOS - DRGPS

	Ação	Apurar e Divulgar no sítio da Previdência Social (Internet) os valores de arrecadação e de pagamento de benefícios nos municípios.
Descrição		Divulgação ao público dos valores arrecadados e emitidos pelo RGPS em cada município brasileiro.
Meios utilizados		Publicação na página de estatísticas da Previdência Social na Internet.
Resultado esperado		Apuração e disponibilização pública dos valores arrecadados e dos benefícios emitidos em cada município brasileiro no exercício anterior.
Responsável		CGEDA – Eduardo da Silva Pereira

Meta: Publicar até o mês de fevereiro os valores arrecadados e os benefícios pagos pelo RGPS no ano anterior para cada um dos municípios brasileiros.

Indicador de Eficácia: Índice de Divulgação de Valores Arrecadados e Emitidos por Município.

IDVAEM = 1 se publicado ou 0 se não publicado.

Avaliação de desempenho em dezembro/2010: Apurado e divulgado os valores correspondentes a cada município brasileiro.

Conclusão: Meta atingida.

TABELA XXV - INDICADORES DE DESEMPENHO 2010 - PROJETAR RECEITA E DESPESA DO ANO SEGUINTE E DE LONGO PRAZO - DRGPS

	Ação	Projetar receita e despesa do ano seguinte e de longo prazo.
Descrição		Projeções de receitas e despesas do RGPS para subsidiar a elaboração do PLDO e do PLOA do ano, bem como de projeção publicada no Relatório Resumido de Execução Orçamentária – REO, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional em janeiro de cada ano.
Meios utilizados		Parâmetros previamente definidos e/ou informados pelo MPOG e MF.
Resultado esperado		Apresentar as projeções para os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (Jan); Projeto LDO (Março); Projeto LOA (julho e novembro)
Responsável		CGEDA – Eduardo da Silva Pereira

Meta: 100% das projeções a tempo de serem consideradas nos Relatórios e Projetos Governamentais (janeiro, março, julho e novembro) do ano.

Indicador de Eficácia: Índice de Projeção Receita e Despesas.

$$IPRD = \left[\frac{\sum \text{Número de Projeções Produzidas}}{4} \right] \times 100$$

Avaliação de desempenho em dezembro/2010: 100 % da meta anual, ou seja, realizadas a tempo as projeções previstas para o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (janeiro); para a LDO 2011 (março), PLOA 2011 (julho) e atualização do PLOA 2011 (novembro).

Conclusão: Meta totalmente cumprida.

TABELA XXVI - INDICADORES DE DESEMPENHO 2010 – ACOMPANHAR EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO RGPS E ATUALIZAR PROJEÇÕES PARA FINS GERENCIAIS - DRGPS

	Ação	Acompanhar execução orçamentária do RGPS e atualizar projeções para fins gerenciais.
Descrição		Produção de projeções mensais de receitas e despesas do RGPS, para fins de acompanhamento e gerenciamento desse Regime.
Meios utilizados		Parâmetros informados pela SPE/MF e obtidos no Fluxo de Caixa do INSS.
Resultado esperado		Divulgação interna de 14 projeções de receitas e despesas do RGPS.
Responsável		CGEDA – Eduardo da Silva Pereira.

Meta: Realizar 14 projeções anuais, sendo 11 do ano em curso 1 do ano anterior e 2 do ano posterior.

Indicador de Eficácia: Índice de Acompanhamento e Atualização de Projeções.

$$IAAP = \left[\frac{\sum \text{Número de Projeções Realizadas}}{14} \right] \times 100$$

Avaliação de desempenho em dezembro/2010:

Realizadas 14 projeções no ano, sendo 1 referente ao ano de 2009, 11 referente ao ano de 2010 e 2 referentes ao ano de 2011, correspondendo a 100% da meta estimada.

Conclusão: Meta totalmente cumprida.

TABELA XXVII - INDICADORES DE DESEMPENHO 2010 - DISPONIBILIZAR DADOS PARA INDICADORES DE ACIDENTES DO TRABALHO DA REDE INTERAGENCIAL DE INFORMAÇÕES PARA SAÚDE – RIPSA - DRGPS

	Ação	Disponibilizar dados para indicadores de Acidentes do Trabalho da Rede Interagencial de Informações para Saúde – RIPSA.
Descrição		Fornecer à RIPSA indicadores específicos de mortalidade e morbidade relacionados a acidentes do trabalho.
Meios utilizados		Extração de dados oficiais nos sistemas de concessão e manutenção de benefícios da Previdência Social, e de registro de Comunicações de Acidentes do Trabalho – CAT.
Resultado esperado		Compor quadro geral sobre indicadores de mortalidade e morbidade publicado anualmente pela RIPSA.
Responsável		CGEDA – Eduardo da Silva Pereira.

Meta: Encaminhar à RIPSA, para divulgação, 1 indicador de mortalidade e 3 indicadores de morbidade relacionados a acidentes do trabalho.

Indicador de Eficácia: Índice de Produção de Indicadores RIPSA, onde m é o mês de referência para envio dos dados e t é o mês do efetivo envio dos dados. Como os dados são normalmente encaminhados no mês de outubro, m assume o valor 10, correspondente a esse mês. Se o envio for feito em setembro, o Índice seria igual a 1 e se for feito em novembro o Índice seria igual a -1. Assim, quanto maior a diferença ($m - t$) mais eficaz terá sido o trabalho desenvolvido.

$$IPIRIPSA = (m - t)$$

Avaliação de desempenho em dezembro/2010:

$$IPIRIPSA = (10-11) = -1$$

Conclusão: Os dados de 2009 foram encaminhados à RIPSA no dia 18 de novembro de 2010.

TABELA XXVIII - INDICADORES DE DESEMPENHO 2010 - ANÁLISE DE PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL DE INTERESSE DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DRGPS

	Ação	Análise de proposições legislativas em tramitação no Congresso Nacional que envolva matéria de interesse da Previdência Social (PL, Substitutivos, Propostas de Emendas Constitucionais; Voto em Separado).
Descrição		Anualmente centenas de alterações legislativas que guardam vinculação com o RGPS são propostas e/ou votadas no Congresso Nacional, competindo a este Ministério analisá-las visando esclarecer e informar acerca de aspectos técnicos, em especial no que se refere à preservação do equilíbrio financeiro e atuarial e a observância da exigência constitucional de criação, concomitante, da respectiva fonte de custeio.
Meios utilizados		Articulação com a Assessoria de Assuntos Parlamentares para remessa à SPPS dos projetos em tramitação relevantes para Previdência Social.
Resultado esperado		Manifestação apresentada em 100% dos Projetos remetidos ao Ministério, em prazo compatível com as votações nos órgãos do Congresso.
Responsável		CGLEN – Jorceli Pereira de Sousa.

Meta: Análise de 128 Proposições Legislativas

Indicador de Eficácia: Percentual de Proposições Legislativas Analisadas- PPLA.

$$PPLA = \left[\frac{\sum \text{Número de Proposições Legislativas Analisadas}}{\sum \text{Total de Proposições Legislativas Recebidas}} \right] \times 100$$

Avaliação de desempenho em 2010:

$$PPLA = 113/115 \times 100 = 98,3\%$$

Conclusão: Meta parcialmente atingida no período, posto que os processos pendentes foram concluídos no período seguinte.

TABELA XXIX - INDICADORES DE DESEMPENHO 2010 - ELABORAÇÃO DE PROPOSTA SUBSTITUTIVA AO PL 201/2001, SOBRE EXTINÇÃO DO FATOR PREVIDENCIÁRIO E REDUÇÃO DO PERÍODO BÁSICO DE CÁLCULO – PBC - DRGPS

	Ação	Elaboração de proposta substitutiva ao PL 201/2006 (Senador Paulo Paim) sobre extinção do Fator Previdenciário e redução do Período Básico de Cálculo PBC.
Descrição		A extinção do fator previdenciário tem sido um dos temas que mais preocupam este Ministério nos últimos anos, ante o impacto que causaria nas contas previdenciárias colocando em risco a própria sustentabilidade do sistema para as futuras gerações. Assim, é necessário encontrar uma alternativa legislativa para o PL 201, de 2006, que, ao mesmo tempo, preserve o equilíbrio financeiro e atuarial e amenize alguns efeitos do fator previdenciário.
Meios utilizados		Estudos técnicos, pesquisas de legislações de outros países e

	simulações de impacto.
Resultado esperado	Projeto substitutivo elaborado, com versões alternativas para deliberação superior.
Responsável	CGLEN – Jorceli Pereira de Sousa.

Meta: Elaborar Proposta.

Indicador de Eficácia: Proposta Concluída em Tempo Hábil

Avaliação de desempenho até dezembro/2010: Meta Integralmente Concluída.

Conclusão: Projeto alternativo elaborado, porém a matéria ainda não foi votada. O Congresso Nacional aprovou a extinção do Fator Previdenciário no bojo do Projeto de Conversão da MP 475/2009, porém o artigo correspondente foi VETADO (Lei 12.254, de 15.06.2010). Apesar da conclusão da proposta programada, a ação carece de acompanhamento em razão da dinâmica do processo legislativo.

TABELA XXX - INDICADORES DE DESEMPENHO - ELABORAÇÃO DE PROPOSTA DE ATO LEGISLATIVO/REGULAMENTAR (ANTEPROJETO DE LEI/MEDIDA PROVISÓRIA, MINUTS DE DECRETOS E PORTARIAS)

	Ação	Elaboração de proposta de ato legislativo/regulamentar (anteprojeto de Lei/Medida Provisória, minutas de decreto e portaria). Em 2010 recai maior relevância para a elaboração de anteprojeto de Lei visando eliminar fragilidades da legislação em relação à concessão de benefícios e de propostas de Decreto para introduzir ajustes no Regulamento da Previdência Social, de acordo com as necessidades.
Descrição		A legislação previdenciária necessita de ajustes para adequá-la às novas realidades demográficas e a novas tecnologias de controle na concessão de benefícios. Por tais razões é necessária a realização de ajustes nas normas referentes à concessão de alguns benefícios com vistas à preservação do interesse público.
Meios utilizados		Estudos técnicos para detecção das vulnerabilidades existentes e redação das alterações propostas na legislação pertinente.
Resultado esperado		Disponibilização ao Gabinete Ministerial de anteprojeto.
Responsável		CGLEN – Jorceli Pereira de Sousa.

Meta: Elaborar 10 proposições

Indicador de Eficácia: Percentual de Proposições Regulamentares Elaboradas- PPRE

$$PPRE = \left[\frac{\sum \text{Número de Proposições Elaboradas}}{\sum \text{Número de Proposições Planejadas}} \right] \times 100$$

Avaliação de desempenho em 2010: PPRE = 8/10 x 100 = 80%

Conclusão: Meta parcialmente atingida.

No que se refere ao anteprojeto de Lei visando eliminar fragilidades da legislação em relação à concessão de benefícios, a proposição foi concluída, embora não tenha havido, em 2010, decisão de formalizar o PL e dar seguimento à proposta. Quanto às demais proposições, temos superada a meta esperada.

TABELA XXXI - INDICADORES DE DESEMPENHO 2010 - ELABORAÇÃO DE PROPOSTA DE CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO ORDINÁRIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL PÚBLICA - DRGPS

	Ação	Elaboração de proposta de consolidação da legislação ordinária da Previdência Social pública.
Descrição		Atender ao disposto na Lei Complementar nº 95/1998, que recomenda a consolidação de toda a legislação previdenciária num único instrumento legal. Em 2002 foi encaminhado Projeto de Consolidação, porém precisa ser reformulado em razão das alterações legais posteriores.
Meios utilizados		Pesquisa e análise de toda a legislação pertinente e elaboração de anteprojeto de Lei de consolidação, de acordo com os parâmetros e critérios fixados pela mencionada Lei Complementar.
Resultado esperado		Anteprojeto completo e revisado da legislação consolidada, com quadros comparativos.
Responsável		CGLEN – Jorceli Pereira de Sousa

Meta: Elaborar Anteprojeto de Lei

Indicador de Eficácia: Proposta concluída.

Avaliação de desempenho até dezembro de 2010: Meta concluída em tempo hábil.

Conclusão: Anteprojeto concluído, inclusive com quadros comparativos, porém por decisão política entendeu-se conveniente atuar junto à Dep. Rita Camata colaborando na elaboração de substitutivo ao PL 7.078/2002, do qual ela era a Relatora.

TABELA XXXII - INDICADORES DE DESEMPENHO 2010 - ATENDIMENTOS A DEMANDAS INTERNAS DO MPS E SEUS ÓRGÃOS, BEM COMO DE SEGURADOS/CONTRIBUENTES - DRGPS

	Ação	Atendimentos a demandas internas do MPS e seus Órgãos, bem como demandas de segurados/contribuintes diretamente ou redirecionados (Cartas, Correspondências eletrônicas, Atendimento telefônicos, Atendimento em sala, Palestras, Notas Técnicas, Memorandos, Atualização de Folders, Textos, Cartilhas Institucionais, Participações em Negociações de Acordos Internacionais, Participações em Comissões Nacionais e Grupos de Trabalhos, Seminários, Manifestação técnica para Subsidiar defesa da União/INSS em Ações Judiciais).
Descrição		Responder a dúvidas e ou questionamentos sobre matérias relacionadas à legislação previdenciária.
Meios utilizados		Estudo Técnico, Pesquisa e análise da legislação pertinente para atendimento da demanda.
Resultado esperado		Demandas atendidas/Encaminhadas.
Responsável		CGLEN – Jorceli Pereira de Sousa

Meta: Atendimento de 1200 Demandas Internas.

Indicador de Eficácia: Percentual de Atendimento de Demandas Internas - PADI

$$PADI = \left[\frac{\sum \text{Número de Demandas Internas Atendidas}}{\sum \text{Total de Demandas Internas}} \right] \times 100$$

Avaliação de desempenho em 2010:

PADI = 1313/1313 x 100 = 100%

Conclusão: Meta atingida.

TABELA XXXIII - INDICADORES DE DESEMPENHO 2010 - ATENDIMENTO A DEMANDAS DE OUTROS ÓRGÃOS/ENTIDADES DO PODER PÚBLICO – DRGPS

	Ação	Atendimentos a demandas de outros Órgãos/Entidades do Poder Público (Análises de posições regulamentares de outros órgãos, Ofícios, Razões de Veto, Aviso Autógrafos de PL's, Análises de Processos Encaminhados pelo INSS, Análise de Pensão Especial - SEDH/PR).
Descrição		Responder a dúvidas e ou questionamentos sobre matérias relacionadas à legislação previdenciária.
Meios utilizados		Estudo Técnico, Pesquisa e análise da legislação pertinente para atendimento da demanda.
Resultado esperado		Demandas atendidas/Encaminhadas.
Responsável		CGLEN – Jorceli Pereira de Sousa

Meta: Atendimento de 600 Demandas de Órgãos/Entidades do Poder Público

Indicador de Eficácia: Percentual de Atendimento de Demandas de Órgãos/Entidades do Poder Público - PADE

$$PADE = \left[\frac{\sum \text{Número de Demandas Atendidas}}{\sum \text{Total de Demandas}} \right] \times 100$$

Avaliação de desempenho em 2010:

PADE = 639/639 x 100 = 100%

Conclusão: Meta atingida.

3 - INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não ocorreu no período.

4 - INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

TABELA XXXIV - SITUAÇÃO DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	4.600	-	-	4.600
2008	8.180	520,00	7.660	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	1.043.032	167.222	728.824	146.986
2008	77.902	61.860	16.042	-
2007	106	106	-	-
Observações:				
1 - O Decreto nº. 7.057, de 29/12/2009, prorrogou a validade de RAP não processados inscritos nos exercícios de 2007 e 2008 até 31/12/2010.				
2 - O Decreto nº. 7.418, de 31/12/2010, no art. 2º. Prorrogou a validade de RAP não processados inscritos nos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009 e demais despesas – até 30/04/2011.				
3 - RESTOS A PAGAR PROCESSADO: Movimentação e saldo em 2008 – Montante Inscrito no Órgão 26271 – Fundação Universidade d Brasília/FUB-UNB, no valor de 8.180,00, ref. ao Termo de Cooperação Técnica celebrado entre a SPPS e a FUB-UNB, sendo cancelado em 2010 o valor de R\$ 520,00 e pago o saldo restante de R\$ 7.660,00.				
4 - RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO:				
4.1 - Movimentação e saldo em 2007 – Montante Inscrito no Órgão 26271 – Fundação Universidade de Brasília/FUB-UNB, no valor de R\$ 106,00, ref. ao Termo de Cooperação Técnica celebrado entre a SPPS e a FUB-UNB (Proc. 44000.004738-2007-04), sendo cancelado na sua totalidade em 2010.				
4.2 – Movimentação e saldo em 2008 – Saldo no Órgão 26271 Fundação Universidade de Brasília/FUB-UNB, no valor de R\$ 77.902,00, ref. ao Termo de Cooperação Técnica celebrado entre a SPPS e a FUB-UNB, sendo cancelada parcialmente a importância de R\$ 61.860,00 e efetivado o pagamento do saldo remanescente de R\$ 16.042,00.				
4.3 – Os saldos resultantes referem-se aos Programas de Trabalho: a) Estudos e Pesquisas para o aperfeiçoamento de metodologia do Fator Acidentário de Prevenção – FAP (Proc. 44000.00296 1/2008-90) Portaria SPPS/MPS nº. 4, de 1/12/2008 (DOU 02/12/2008), do saldo de R\$ 60.562,00 foi cancelado parcialmente R\$ 56.826,00 e pago saldo restante de R\$ 3.736,00; b) Gestão e Administração do Programa (Proc. 44000.004738/2007-04) – Portaria SPPS/MPS nº. 01, de 26/08/2008 (DOU 27/08/2008), do saldo de R\$ 17.340,00 foi cancelado parcialmente R\$ 5.034,00 e pago o restante do saldo de R\$ 12.306,00.				

Fonte: SIAFI Gerencial – 16/03/2011

Os Termos de Cooperação seriam inexecutáveis se não houvesse a possibilidade de inscrição de valores em restos a pagar, devido ao fato de que os recursos financeiros foram sempre liberados no final do exercício, ocorrendo assim uma execução factível e real sem desperdício dos recursos públicos envolvidos, ao mesmo tempo houveram períodos que demandaram mais de um exercício para a utilização desses recursos.

5 - INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE

a) Composição do Quadro de Servidores Ativos

TABELA XXXV - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	-	95	15	0
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	0	0	0
1.2 Servidores de Carreira	-	95	15	0
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	44	15	0

1.2.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	2	1	0
1.2.3	Servidor de carreira em exercício provisório		0	0	0
1.2.4	Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	49	2	2
1.3	Servidores com Contratos Temporários	-	0	0	0
1.4	Servidores Cedidos ou em Licença	-	0	14	1
1.4.1	Cedidos	-	0	0	1
1.4.2	Removidos	-	0	0	0
1.4.3	Licença remunerada	-	0	14	0
1.4.4	Licença não remunerada	-	0	0	0
2	Provimento de cargo em comissão	50	47	11	10
2.1	Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
2.2	Grupo Direção e Assessoramento superior	50	30	11	10
2.2.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	0	1	2
2.2.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	2	1	1
2.2.3	Servidor de outros órgãos e esferas	0	14	3	5
2.2.4	Sem vínculo	0	14	6	2
2.2.5	Aposentado	0	0	0	0
2.3	Funções gratificadas	0	17	1	3
2.3.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	13	0	1
2.3.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3.3	Servidor de outros órgãos e esferas	0	4	1	2
3	Total	50	142	27	13

Fonte: DW SIAPE (Jan 2011)

Fita Espelho SIAPE (Dez 2010)

TABELA XXXVI - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA

Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1.Provimento de cargo efetivo	11	4	12	14	3
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	11	4	12	14	3
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	0	0	0
2.Provimento de cargo em comissão	2	8	14	8	2
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	2	6	12	8	2
2.3. Funções gratificadas	0	2	2	0	0

Fonte: DW SIAPE (Jan 2011)

Fita Espelho SIAPE (Dez 2010)

Informado exclusivamente o quantitativo de servidores de carreira vinculados ao órgão.

TABELA XXXVII - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE

Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	0	2	3	3	26	10	0	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	2	3	3	26	10	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0	8	26	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	6	24	0	0	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	2	2	0	0	0

LEGENDA**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: DW SIAPE (Jan 2011)

Fita Espelho SIAPE (Dez 2010)

Informado exclusivamente o quantitativo de servidores de carreira vinculados ao órgão.

b) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

c) Composição do Quadro de Estagiários

TABELA XXXVIII - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Composição do Quadro de Estagiários: Secretaria de Políticas de Previdência Social (SPPS)

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior					
Área Fim					
SPPS	3	3	3	3	R\$ 18.576,00
Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível Médio					
Área Fim					
SPPS	2	2	2	2	R\$ 8.520,00
TOTAL GERAL					R\$ 27.096,00

Fonte: DW SIAPE (Jan 2011)

Fita Espelho SIAPE (Dez 2010)

d) Custos associados à manutenção dos Recursos Humanos

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

e) Locação de mão-de-obra mediante contratos de prestação de serviços

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

f) Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

Análise crítica sobre a situação de recursos humanos

A Secretaria de Políticas de Previdência Social encontra-se extremamente deficiente de recursos humanos em quantidade e em qualificações técnicas adequadas às suas competências, ocorrência repetitiva ao longo do tempo, inclusive em relação ao ano de 2010.

Minorando um pouco as alegadas deficiências, especificamente quanto ao quantitativo, foram incorporados aos quadros da SPPS, no ano base deste Relatório de Gestão, 15 (quinze) agentes administrativos aprovados em concurso público, de um total de aproximadamente 140 (cento e quarenta) novos servidores recebidos pelo MPS, cujas apresentações ocorreram ao longo de alguns meses a partir de 28 de junho, quando na verdade o quantitativo de servidores necessário é muito maior. Até mesmo porque esses servidores vieram substituir, em grande parte, aos prestadores de serviços pessoas físicas (terceirizados) dispensados no mesmo exercício, sendo distribuídos para lotação nos 3 (três) Departamentos da Secretaria.

A SPPS não recebeu nenhum servidor especialista ou com formação superior específica às suas atribuições regimentais e técnicas em 2010.

No tocante ao Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público - DRPSP o seu quadro de Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, com exercício fixado no MPS, nos termos do art. 11, § 2º da Lei nº. 11.457/2007, continua muito reduzido, totalizando 56 (cinquenta e seis), sendo 31 (trinta e um) em atividades de auditoria direta, sediados em diversos estados da federação, 10 (dez) em atividades internas e/ou auditorias indiretas e 15 (quinze) lotados nos diversos setores do Departamento, ou seja, em atividades internas, inclusive gerenciais, ocupando funções remuneradas para atividades específicas, especializadas e próprias da carreira.

Estudos conduzidos no âmbito do DRPSP, parametrizado pela demanda presente e crescente e pela distribuição geográfica do contingente fiscal, apontam para a necessidade de ampliação urgente do quadro de auditores fiscais da Receita Federal do Brasil - RFB, mediante a fixação de exercício no MPS, após superação das barreiras impostas pela RFB para liberação de auditores fiscais, um quantitativo consideravelmente superior ao contingente presentemente cedido.

Além dos auditores fiscais faz-se necessário a incorporação aos quadros do DRPSP de atuários, estatísticos, contadores, especialistas em investimentos, bem como de outros servidores com formação superior e especialização em temas específicos da área de atuação do Departamento.

No Departamento do Regime Geral de Previdência Social permanece a carência de servidores de modo geral, e em especial de atuários, estatísticos, assistentes jurídicos, especialistas em temas do Departamento e gestores governamentais, para suportar as crescentes demandas da sociedade para lá direcionadas.

O Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional – DPSSO permanece extremamente carente de recursos humanos, que vem sendo superada em parte, e não de acordo com as suas necessidades, mediante convocação de servidores do INSS lotados em Agências e Gerências de diversas unidades da federação, especialmente para execução de atividades vinculadas à análise de processos do Fator Acidentário de Prevenção – FAP.

Há que se registrar que possíveis ocorrências de restrições de ordem orçamentária e/ou financeira podem inviabilizar, a qualquer momento, a execução das análises dos processos relacionados ao FAP, em face da impossibilidade de concretização de convocações de servidores do INSS.

A cessão de servidores do INSS de forma contínua torna o recolhimento do SAT/FAP mais imediato, impedindo o efeito suspensivo protelatório de muitas empresas.

Vários outros projetos desenvolvidos diretamente ou acompanhados pelo Departamento também têm sido prejudicados no seu desenvolvimento, acarretando perda na qualidade e atraso na execução, devido à insuficiência ou não qualificação da mão-de-obra em virtude do último concurso ter sido direcionado a agentes administrativos. Adiante estão citados alguns dos projetos que estão sendo prejudicados, em menor ou maior grau, devido à mencionada carência de servidores:

- Elaboração e implementação do Formulário Eletrônico do Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP;
- Elaboração de instrumento para aprimoramento de coleta de informações sobre acidentes e doenças do trabalho;
- Acompanhamento e revisão da matriz do Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário – NTEP e revisão da lista de doenças profissionais, entre outros;
- Participação cada vez mais efetiva nas comissões nacionais que tratam de temas relativos à saúde e segurança dos trabalhadores das diversas atividades econômicas nacionais e seus desdobramentos em nível estadual e regional;

Há carência de uma equipe de estudos e pesquisas de Saúde e Trabalho no DPSSO, o que coloca a necessidade permanente da SPPS em estabelecer cooperação com universidades públicas especializadas na matéria.

Assim, a reestruturação do Departamento passa necessariamente pela criação de uma Coordenação-Geral de Estudos e Pesquisas (DAS 1.4), uma coordenação (DAS 1.3) e na Coordenação-Geral de Monitoramento de Benefícios por Incapacidade, uma coordenação (DAS 1.3), visando atender as demandas relacionadas aos temas saúde e segurança ocupacional do trabalhador.

Para suprir a carência de pessoal do Departamento faz-se necessário a disponibilização de 30 (trinta) servidores, distribuídos em carreiras específicas dos quadros do MPS de nível médio e superior.

6 - INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES, VIGENTES NO EXERCÍCIO

Em 2010 há que se registrar a continuidade e o acompanhamento da metodologia e da Comissão Consultiva no tocante ao Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário – NTEP, objeto de celebração de Termo de Cooperação Técnica do MPS com a FUB-UNB, sendo executado sob vinculação à Ação 2304 – Estudos e Pesquisas no Âmbito do Regime Geral de Previdência Social, com recursos financeiros disponibilizados por meio do Destaque Orçamentário MPS/UnB-FUB (Processo 44000.002786/2009-11 – Projeto Construção da Nova Matriz do Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário) que teve por objetivo a realização de estudos que viabilizarão a preparação de uma nova matriz de Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário, aperfeiçoando o processo já existente e atualizando as informações sobre a relação entre os agravos à saúde do trabalhador e as atividades profissionais, por meio da preparação de uma nova matriz de NTEP.

Esse assunto está tratado também no tópico que aborda matéria relativa ao Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional – DPSSO/SPPS/MPS.

TABELA XXXIX – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Ministério da Previdência Social									
CNPJ: 00.394.528/0001-92					UG/GESTÃO: 330010				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	*	33.892.175/001-00	450.400	0	0	271.350	24/09/2008	24/09/2012	1
4	*	00.038.174/001-43	515.000	0	0	636.730	27/11/2008	31/12/2009	1
4	*	00.038.174/001-43	650.886	0	24.114	682.755	18/12/2009	31/12/2010	1
4	*	00.038.174/001-43	438.000	0	0	430.245	18/03/2009	31/03/2010	1

LEGENDA

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Parceria	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Cooperação	4 - Concluído
5 - Termo de Compromisso	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: Valores Pactuados: DRGPS e DPSSO/SPS/MPS e Valores Repassados: SIAFI

* O número do Instrumento não foi registrado no SIAFI.

TABELA XL – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Ministério da Previdência Social						
CNPJ: 00.394.528/0001-92				UG/GESTÃO: 330010		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Parceria						
Termo de Cooperação	2	2	-	786.480	1.210.486	24.114
Termo de Compromisso						
Totais	2	2	-	786.480	1.210.486	24.114

Fonte: SIAFI

TABELA XLI – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Ministério da Previdência Social					
CNPJ: 00.394.528/0001-92			UG/GESTÃO: 330010		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio					
Contrato de Repasse					
Termo de Parceria					
Termo de Cooperação	1	33.892.175/00 01-00	271.350	0	60,30 %
Termo de Compromisso					
Totais					

Fonte: SIAFI

7 - DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS – SIASG E NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA – SICONV, CONFORME ESTABELECE O ART. 19 DA LEI Nº. 12.309, DE 9 DE AGOSTO DE 2010.

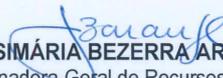
Não ocorreu no período.

8 - INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº. 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993, RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.**D E C L A R A Ç Ã O**

Declaro, para fins de atendimento ao disposto no item 08, do anexo II, da Decisão Normativa TCU nº. 107, de 27 de outubro de 2010, que os servidores abaixo relacionados, elencados no Rol de Responsáveis da Secretaria de Políticas de Previdência Social deste Ministério, encontram-se em dia com a obrigação de apresentação da declaração de bens e rendas referente ao ano calendário 2009, exercício 2010, de que trata a Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, perante esta Coordenação-Geral de Recursos Humanos:

NOME	CPF
Helmut Schwarzer	630.495.549-91
Delúbio Gomes Pereira da Silva	274.991.971-15
Mônica Cabanas Guimarães	408.976.210-34
Fernando Rodrigues da Silva	074.957.108-02
Rogério Wagner Nunes Borges	289.371.391-20
Romeu Rodrigues da Silva	084.571.151-20

Brasília, 17 de março de 2011.


JOSIMÁRIA BEZERRA ARAÚJO
Coordenadora-Geral de Recursos Humanos

Proteção para o Trabalhador e sua Família

Esplanada dos Ministérios - Bloco F - CEP: 70059-900 - Brasília - DF - (61)2021-5401 - cgrh@previdencia.gov.br

9 - INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ.

TABELA XLII - ESTRUTURA DE CONTROLE INTERNO

Estrutura de controles internos da UJ					
Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			x		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			x		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			x		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.	1	2	3	4	5
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			x		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a conseqüente adoção de medidas para mitigá-los.			x		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			x		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			x		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				x	
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			x		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				x	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			x		
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			x		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			x		

27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			x		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			x		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			x		
<p>Considerações gerais:</p> <p>Há necessidade de se implementar várias ações para a melhoria dos variados aspectos do sistema de controle interno da SPPS, passando necessariamente pela agregação de servidores especialistas aos seus quadros e de capacitações nas variadas áreas, especialmente em matérias relacionadas a controle interno, propiciando a implantação automática de uma cultura própria no assunto. Para preenchimento desta Tabela o assunto foi debatido com os Diretores dos 3 (três) Departamentos integrantes da estrutura da SPPS, bem como com o Sr. Secretário.</p>					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

10 - INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, MATERIAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS, TENDO COMO REFERÊNCIA A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2010 E A PORTARIA Nº. 2/2010, AMBAS DA SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO E INFORMAÇÕES RELACIONADAS À SEPARAÇÃO DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS DESCARTADOS EM CONFORMIDADE COM O DECRETO N. 5.940/2006.

TABELA XLIII - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 			x		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			x		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			x		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.			x		

<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 					
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 			X		
<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Os produtos adquiridos referem-se a canetas, bolsas de pastas de diversos modelos utilizados em eventos (seminários, workshops, etc.) promovidos pela SPPS/MPS. 			X		
<p>7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? 			X		
<p>8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 			X		
<p>9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.</p>			X		
<p>10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</p>			X		
<p>11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.</p>			X		
<p>12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)? 			X		
<p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)? 			X		
<p>Considerações Gerais: As aquisições de materiais e bens diversos para uso pela SPPS são realizadas pela SPOA, ficando sob responsabilidade da Secretaria a elaboração de Termos de Referência – TDR para contratação de serviços de consultorias de pessoas físicas e jurídicas, de estudos, pesquisas, publicações de temas previdenciários, avaliações atuariais e recadastramentos, dentre outros, decorrentes de acordos de empréstimos com organismos internacionais, na sua maioria, bem como de valores inseridos no orçamento da SPPS para fins específicos.</p>					
<p>LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

11 - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DA UJ, CLASSIFICADO COMO “BENS DE USO ESPECIAL”, DE PROPRIEDADE DA UNIÃO OU LOCADO DE TERCEIROS

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

12 - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ

TABELA XLIV - GESTÃO DA TI DA UJ

Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				x	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.			x		
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.		x			
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.					
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	x				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.			x		
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.			x		
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.		x			
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.		x			
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.			x		
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				x	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.					
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				x	
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.			x		
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?			x		
Considerações Gerais: A SPPS, como de modo geral todo o MPS, é muito dependente da DATAPREV, sendo notória a insuficiência de servidores nos quadros daquela Empresa para atendimento de demandas dentro de prazos razoáveis. Assim, a SPPS necessita negociar prioridades para atendimento, implicando em atrasos e na prestação de serviços, via de regra, inadequados à sociedade brasileira. Para preenchimento desta Tabela o assunto foi debatido com os Diretores dos 3 (três) Departamentos integrantes da estrutura da SPPS, bem como com o Sr. Secretário.					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento					

descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					
---	--	--	--	--	--

13 - INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL, OBSERVANDO-SE AS DISPOSIÇÕES DOS DECRETOS NºS 5.355/2005 E 6.370/2008

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

14 - INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

15 - INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO A QUE A UNIDADE JURISDICIONADA SE VINCULA OU AS JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO CUMPRIMENTO

Não houve Acórdãos do TCU no período.

Recomendações da OCI atendidas no exercício.

TABELA XLV - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPPS			002210
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	224745	Constatação 1.1.1.2	Of.15020/DPPAS/DP/SFC/CGU-PR/2009
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPPS			002210
Descrição da Recomendação:			
Estabelecer, junto ao órgão responsável pela definição da estratégia de tecnologia da informação no âmbito do MPS (Comitê de Segurança e Tecnologia da Informação e Comunicações da Previdência Social), projeto com vistas ao desenvolvimento de rotinas que permitam a adoção de sistemática de monitoramento dos prazos em PAP, bem como integração entre os sistemas existente na SPPS.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público			38296
Síntese da providência adotada:			
O Secretário da SPPS encaminhou o Memorando nº. 317/GAB/MPS, de 15/07/2009, visando dar cumprimento à recomendação da CGU, ao Presidente do Comitê de Segurança e Tecnologia da Informação e Comunicação da Previdência Social com vistas a estabelecer junto ao órgão responsável pela definição da estratégia de TI projeto para			

o desenvolvimento de rotinas que permitam a adoção de sistemática de monitoramento dos prazos em PAP, bem como integração entre os sistemas existentes na SPPS. A implementação da recomendação será avaliada durante os trabalhos de monitoramento e/ou durante a auditoria de acompanhamento. Desde março/2010 passou a emitir Despacho Decisório de plano nos casos de NAF não impugnadas com inserção das irregularidades apontadas, no CADPREV, ficando a análise mais apurada por ocasião da apresentação de justificativa pelo ente federativo auditado. A SPPS formalizou à CGU, por intermédio do Ofício nº. 657/GAB/SPPS/MPS, de 30/09/2010, Plano de Providência Permanente – PPP.
Síntese dos resultados obtidos
De modo geral as metas estabelecidas foram alcançadas pelo DRPSP, apesar do não atendimento de desenvolvimento de sistema pela DATAPREV.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Falta de pessoal

TABELA XLVI - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPPS			002210
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	224745	Constatação 1.1.2.1	Of.15020/DPPS/DP/SFC/CGU-PR/2009
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPPS			002210
Descrição da Recomendação:			
Criar uma rotina ou funcionalidade no sistema CADPREV para monitoramento de prazos/exigências que permita identificar, de maneira mais racional possível, as ocorrências de descumprimento ou intempestividade, por parte dos RPPS, e, conseqüentemente, permita alterar o critério para a condição de "irregular"; ou, quando possível, que essa alteração se processe de forma automática. O Comitê Gestor de Segurança da Informação e Comunicações da Previdência Social é o órgão competente para priorizar as demandas de soluções de sistemas/ informática, conforme prevê a Portaria Conjunta nº 01/2008, do MPS/INSS/DATAPREV.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público – DRPSP			38296
Síntese da providência adotada:			
A SPPS encaminhou o Memorando nº 317/GAB/SPPS/MPS, de 15 de julho de 2009, ao Presidente do Comitê de Segurança e tecnologia da Informação e Comunicações da Previdência Social com vistas a que seja adotado um procedimento de verificação sistemática de cumprimento de exigências referente ao “equilíbrio financeiro e atuarial” de modo a não mais permitir que o critério permaneça na condição “em análise” por mais de 180 dias. Também foi solicitada a criação de uma rotina, ou funcionalidade, no sistema CADPREV para monitoramento de prazo/exigências que permita identificar, de maneira mais racional possível, as ocorrências de descumprimento ou intempestividade, por parte do RPPS, e, conseqüentemente, permita alterar o critério para a condição “irregular”; ou, quando possível, que essa alteração de processo de forma automática. A implementação da recomendação deverá ser avaliada durante os trabalhos de monitoramento e/ou durante a auditoria de acompanhamento. São soluções que independem da CGAAI e do DRPSP, ou seja, estão a cargo das instâncias referidas no citado Memo nº 317/GAB/SPPS/MS, de 15 de julho de 2009, da lavra do então Senhor Secretário de Políticas de Previdência Social. Todas as ações de desenvolvimento de sistemas da área de TI são processadas pela DATAPREV, a quem compete destacar técnicos para o cumprimento da demanda, e dependem de previsão orçamentária/financeira no Contrato MPS/DATAPREV, cuja gestão é da Coordenação Geral de Informática do MPS - CGI. Ademais, existe ainda a figura do Comitê de Segurança e Tecnologia da Informação e Comunicação da Previdência Social, do qual a área responsável por definição das demandas, o Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público, não faz parte. Dessa forma, tão somente a gestão sobre a identificação de necessidades, a definição e aceitação dos produtos estão sob a responsabilidade da Secretária de Políticas de Previdência Social - SPPS, atualmente sob a égide da			

<p>Portaria da Secretaria Executiva do MPS nº 3.015, de 28 de dezembro de 2010, DOU de 29/12/2010.</p> <p>Dentre as ações de TI sob a gestão do DRPSP, destaca-se o estabelecimento da demanda junto à DATAPREV e CGI, via Sistema PREVDemandas. Assim, para atender as ações pertinentes ao Processo Administrativo Previdenciário - PAP, foi cadastrado no PREVDemandas a ação nº 46, em 05.07.2007, quando se iniciou o processo de definição, o qual, em seguida e por decisão unilateral da DATAPREV, foi suspenso. Além disso, somente em 12.06.2010, tivemos a posição oficial da DATAPREV, via Ofício/N. 14/2009/DRP, mediante o qual fora enviado o Plano de Ação 2009/2010. Entretanto, poucas ações foram efetivadas.</p> <p>Quanto ao Plano de Ação, o então Secretário de Políticas de Previdência Social se manifestou junto à DATAPREV nos termo do Ofício 435/2009, sendo respondido pelo Ofício nº. 100/2009. Ainda, sobre o citado Plano de Ação, cumpre-se enfatizar que o DRPSP encaminhou ao Senhor Secretário de Políticas de Previdência social o despacho sobre o assunto em epígrafe, tendo o mesmo sido devolvido por aquela Autoridade sem nenhum comentário sobre as medidas adotadas em relação às ações internas, podendo-se, contudo, inferir-se que se buscou solução via Memo 317/GAB/MPS. Ademais, somente em 12.02.2010, foi apresentado a este Departamento o Planejamento/DATAPREV para o atendimento das ações ali expostas.</p> <p>E, por fim, o que se tem atualmente como encaminhamento sobre o desenvolvimento do Sistema para Auditoria é o compromisso da DATAPREV exposto no documento de Planejamento do Plano de Ação, cuja implementação do projeto ainda que prevista para o 3º e 4º bimestres, persiste, até o momento, sem qualquer manifestação por parte da DATAPREV, contudo, esperando-se que ocorra ainda no 4º bimestre.</p> <p>Por oportuno, quanto a possível melhora no acompanhamento do critério "Equilíbrio Financeiro e Atuarial" entende-se que, no momento da modernização dos Módulos Internos do CADPREV, poder-se-á implementar algumas ações, sem contudo, dispensar-se a ação de pessoas. Nesse sentido, há que ser observado que de acordo com o planejamento para cumprimento do Plano de Ação, as atividades de modernização do CADPREV que vinculam o Equilíbrio Financeiro e Atuarial estão previstas apenas para 2011, sem especificação de datas (último documento anexo), apesar da definição preliminar da modernização ter ocorrido em 08.10.2007 conforme Declaração de Escopo e Demanda nº 29.282.</p> <p>Encontra-se em fase final de homologação para breve implantação os Demonstrativos da Política de Investimentos e Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos dos RPPS em conformidade com a Resolução CMN nº 3.922/2010, o que permitirá melhor acompanhamento, controle e supervisão das aplicações dos ativos garantidores dos planos de benefícios dos entes instituidores de regime próprio de previdência social.</p> <p>A SPPS formalizou à CGU, por intermédio do Ofício nº. 657/GAB/SPPS/MPS, de 30/09/2010, Plano de Previdência Permanente – PPP.</p>
Síntese dos resultados obtidos
Resultado alcançado considerando o reduzido número de servidores, ou seja, desenvolvido o novo demonstrativo de investimentos dos Regimes Próprios.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Falta de pessoal

TABELA XLVII - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPPS			002210
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	237677	Constatação 3.1.1.1	Of. 3753/DPPAS/DP/SFC/CGU-PR/2010
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPPS			002210
Descrição da Recomendação:			
A SPPS, mesmo considerando as reconhecidas ações de melhoria que vem adotando em relação a todo o processo gerencial de auditorias diretas, indiretas e em relação aos procedimentos de instrução e decisório de PAP, deverá adotar como meta para 2010, e para implementação já a partir do 1º semestre de 2011, a formalização e definição de critérios orientadores como forma de dar maior transparência ao processo de programação, bem como para servir de uso referencial aos auditores, mitigando e discricionariedade e objetividade destes na seleção de RPPS a serem auditados.			

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público	38296
Síntese da providência adotada:	
A Orientação Interna SPPS nº. 4/2010 formaliza e estabelece as diretrizes a serem observadas no planejamento anual das auditorias diretas dos RPPS, instituindo o indicador de Planejamento de Auditoria – IPA, com a finalidade de subsidiar a seleção dos RPPS a serem auditados prioritariamente. Para operacionalizar o IPA foi construído o SIPAD – Sistema Integrado de Planejamento Auditoria Direta, com a finalidade de registrar os procedimentos de análise, auditoria prévia e seleção dos RPPS a serem incluídos na Programação de Auditoria Direta, em cada exercício. A SPPS formalizou à CGU, por intermédio do Ofício nº. 657/GAB/SPPS/MPS, de 30/09/2010, Plano de Providência Permanente – PPP.	
Síntese dos resultados obtidos	
Orientação Normativa publicada com a definição dos critérios para seleção de entes a serem auditados.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Falta de apoio da DATAPREV no desenvolvimento de sistema de controle, em decorrência da falta de pessoal.	

TABELA XLVIII - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPPS			002210
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	237677	Constatação 3.1.3.1	3753/DPPAS/DP/SFC/CGU-PR/2010
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPPS			002210
Descrição da Recomendação:			
Identificar e corrigir a superposição de atividades operacionais nos processos executados pela CGAAI/SPPS.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público - DRPSP			38296
Síntese da providência adotada:			
A partir do exercício de 2010 os trabalhos de análise do EFA, emissão das NIA e análise das respostas e informações estão sendo feitas quase que totalmente de forma descentralizada pelos Auditores Fiscais Externos, embora ainda com enormes dificuldades operacionais, especialmente, em razão da precariedade de comunicação com a Rede de Sistemas do MPS e pela não disponibilização de equipamentos e ferramentas específicas adequadas aos servidores, em que pese já se ter apresentado projeto neste sentido. A SPPS formalizou à CGU, por intermédio do Ofício nº. 657/GAB/SPPS/MPS, de 30/09/2010, Plano de Providência Permanente – PPP.			
Síntese dos resultados obtidos			
Meta alcançada com a correção de superposição das atividades operacionais.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Falta de pessoal			

TABELA XLIX - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPPS			002210
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	244086	Constatação 1.1.2.2	Of.18904/DPPAS/DP/SFC/CGU-PR/2010
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPPS			002210
Descrição da Recomendação:			
Que a Secretaria de Políticas de Previdência Social acompanhe o Regime Próprio da União, bem como atue junto aos órgãos competentes, apontando falhas e propondo soluções e alterações legislativas e estruturais para o restabelecimento do equilíbrio financeiro e atuarial do Regime.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público – DRPSP			38296
Síntese da providência adotada:			
Foi encaminhado por intermédio do Ofício nº. 37/SPPS/MPS a Nota Técnica SPPS nº. 5, de 28.01.2010, que discorre sobre diversas inadequações observadas no Regime Próprio de Previdência Social dos servidores da União. A SPPS formalizou à CGU, por intermédio do Ofício nº. 657/GAB/SPPS/MPS, de 30/09/2010, Plano de Previdência Permanente – PPP.			
Síntese dos resultados obtidos			
Recomendação atendida dentro do âmbito de competência do DRPSP. Pois para atendimento da meta, será necessária a alteração da Lei 8.112/1991, com competência pelo MPOG.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Ausência de competência.			

TABELA L - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPPS			002210
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	244086	2.1.1.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPPS			002210
Descrição da Recomendação:			
Recomenda à SPPS a construção de indicadores que retratem as atividades mais essenciais do Departamento do Regime Geral de Previdência Social – DRGPS.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Departamento do Regime Geral de Previdência Social – DRGPS.			33233
Síntese da providência adotada:			
Elaborado Plano de Providências Permanente, enviado à Controladoria Geral da União, por intermédio do Ofício nº. 657/GAB/SPPS/MPS, de 30.09.2010, com a definição dos indicadores.			

Síntese dos resultados obtidos
De modo geral as metas estabelecidas foram alcançadas pelo DRGPS, sendo detalhadas no Relatório de Gestão 2010 da SPPS.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
A grande dificuldade na elaboração dos indicadores se deve ao fato de que o DRGPS trata basicamente de elaboração e avaliações de proposições de leis, da elaboração e divulgação de informações previdenciárias, da realização de estudos, etc., que apresentam enormes dificuldades para definição de índices objetivos e que retratem a real mensuração de resultados. A SPPS formalizou à CGU, por intermédio do Ofício nº. 657/GAB/SPPS/MPS, de 30/09/2010, Plano de Providência Permanente – PPP.

TABELA LI - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPPS			002210
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	237677	Constatação 3.1.3.1	3753/DPPAS/DP/SFC/CGU-PR/2010
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPPS			002210
Descrição da Recomendação:			
Avaliar o uso de critérios de amostragem na análise e emissão de decisórios de PAP não impugnados.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público – DRPSP			38296
Síntese da providência adotada:			
Desde março/2010 passou-se a emitir Despacho Decisório de plano nos casos de NAF não impugnadas com inserção das irregularidades apontadas no CADPREV, ficando a análise mais apurada por ocasião da apresentação de justificativa pelo ente federativo auditado. A SPPS formalizou à CGU, por intermédio do Ofício nº. 657/GAB/SPPS/MPS, de 30/09/2010, Plano de Providência Permanente – PPP.			
Síntese dos resultados obtidos			
De modo geral as metas estabelecidas foram alcançadas pelo DRPSP, sendo detalhadas no Relatório de Gestão 2010 SPS.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Falta de pessoal			

Recomendações da OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

TABELA LII - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG
Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPPS	002210
Recomendações do OCI	
Recomendações expedidas pelo OCI	

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	237677	Constatação 3.1.3.1	3753/DPPAS/DP/SFC/CGU-PR/2010
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPPS			002210
Descrição da Recomendação:			
Adotar procedimento único de supervisão de relatório de auditoria.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público – DRPSP			38296
Justificativa para o seu não cumprimento:			
<p>A SPPS não entende como retrabalho a duplicidade na supervisão dos relatórios de auditoria. Fundamenta-se nos seguintes pontos: num primeiro momento, o supervisor da auditoria direta apenas verifica os aspectos formais da documentação enviada pelo Auditor Fiscal; e, num segundo momento, um analista, na própria SPPS, verifica o mérito da matéria. A primeira supervisão, embora possa parecer dispensável, tem o condão de sanar eventuais vícios de forma antes de se instaurar o PAP.</p> <p>Não houve, efetivamente, um acordo expresso acerca do aceite desta recomendação por parte da SPPS. Assim, <u>esta recomendação não será mais objeto de acompanhamento por parte deste órgão de controle interno</u>. No entanto, e, em simetria com a recomendação anterior, se a NAF não for impugnada, não há que se falar em supervisão do mérito da matéria, salvo se vier a ser analisada mediante a utilização de critérios de amostragem o que, a princípio, a SPPS não pretende adotar.</p> <p>Desde o mês de março do exercício de 2010 passou-se a emitir Despacho Decisório de plano nos casos de NAF não impugnadas com inserção das irregularidades apontadas, no CADPREV, ficando a análise mais apurada por ocasião da apresentação de justificativa pelo ente federativo auditado.</p> <p>A SPPS formalizou à CGU, por intermédio do Ofício nº. 657/GAB/SPPS/MPS, de 30/09/2010, Plano de Providência Permanente – PPP.</p>			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Falta de pessoal – assunto informado reiterada vezes à CGU			

16 - INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO, CASO EXISTA NA ESTRUTURA DO ÓRGÃO, APRESENTANDO AS JUSTIFICATIVAS PARA OS CASOS DE NÃO ACATAMENTO.

Não ocorreu no período.

B - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

1 - DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA UNIDADE JURISDICIONADA ATESTANDO OS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS (BALANÇOS ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E PATRIMONIAL E A DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS, PREVISTOS NA LEI N.º 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964) E O DEMONSTRATIVO LEVANTADO POR UNIDADE GESTORA RESPONSÁVEL – UGR (VÁLIDO APENAS PARA AS UNIDADES GESTORAS NÃO EXECUTORAS) REFLETEM A ADEQUADA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA QUE APRESENTA RELATÓRIO DE GESTÃO.

TABELA LIII - DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Secretaria de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social – SPPS/MPS			330010
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), relativos ao exercício de 2010, refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília/DF	Data	02/03/2011
Contador Responsável	Romeu Rodrigues da Silva	CRC n°	DF - 4042



88
anos

Declaração do Contador – Plena

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ): Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPS			Código da UG: 330010
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), relativos ao exercício de 2010, refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília	Data	02/03/2011
Contador Responsável	ROMEU RODRIGUES DA SILVA	CRC n°	DF - 4042


Romeu Rodrigues da Silva
 Matrícula: 6093107
 CCNT/CGOFG/SP/ASEMPS
 Coordenador de Contabilidade
 CRC-DF 4042

C - CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

AVALIAÇÃO SOBRE O ANDAMENTO DOS PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS.

O Governo Federal ao longo do tempo vem desenvolvendo várias ações com a finalidade de apoiar a reestruturação tecnológica, a gestão administrativa, financeira, de investimentos e a capacitação dos servidores vinculados aos órgãos gestores de regimes próprios de previdência social de diversos entes federados, colaborando e criando condições propícias ao surgimento de condições técnicas indispensáveis à profissionalização do Setor.

Dentre essas ações incluem-se:

O Programa de Apoio à Modernização da Gestão do Sistema de Previdência Social – PROPREV concebido com a finalidade de apoiar a modernização do sistema previdenciário brasileiro, com recursos direcionados para a modernização do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS (montante expressivo) e para o Fortalecimento da Secretaria de Políticas de Previdência Social (valor substancialmente menor), inclusive para ampliação da assistência técnica aos municípios brasileiros, teve seu prazo de encerramento prorrogado exclusivamente para a conclusão da prestação de contas até junho de 2010.

O Programa de Apoio à Previdência dos Municípios – PREVMUN cujo objetivo geral foi voltado para o aperfeiçoamento da administração do sistema previdenciário municipal no Brasil, com foco principal direcionado para 28 (vinte e oito) municípios, encerrou-se em 30.11.2009, no entanto, foi concedido o período de “graça”, previsto contratualmente, de 04 (quatro) meses para a elaboração de relatórios de finalização que se expirou em 30.03.2010.

O Programa de Apoio À Reforma dos Sistemas Estaduais de Previdência – PARSEP II, materializado mediante a celebração do Acordo de Empréstimo nº. 7428 – BR entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD em 17 de julho de 2008, no montante de US\$ 10,000,000.00 (dez milhões de dólares), sendo 50% (cinquenta por cento) custeado pela União e 50% (cinquenta por cento) de empréstimo contraído junto ao BIRD.

O PARSEP II foi estruturado com os seguintes componentes: a) Melhoria de Cadastros e de Tecnologia da Informação; b) Implementação e Melhoria da Base de Dados do MPS; c) Modelo Unificado de Administração; d) Fortalecimento da Gestão Previdenciária dos Estados Participantes; e, e) Fortalecimento do MPS.

O foco principal do PARSEP II está direcionado para as atividades de recadastramento nos Ministérios Públicos, Tribunais de Contas, Assembléias Legislativas, Tribunais de Justiça, Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará, dos poderes executivos do Distrito Federal, da Paraíba e do Rio Grande do Sul, nesse último em relação somente aos pensionistas, totalizando 19 (dezenove) unidades da federação, distribuídos de acordo com as Tabelas adiante, onde constam inclusive os quantitativos contratados:

TABELA LIV – LOTE 1 – REGIÃO NORDESTE

Estado	Órgão	Quantitativo de Servidores
BA	Assembléia Legislativa	3.534
	Ministério Público	1.151
	Tribunal de Contas do Estado	944
	Tribunal de Justiça	14.261
	SUBTOTAL	19.890
CE	Assembléia Legislativa	1.909
	Ministério Público	916
	Tribunal de Contas do Estado	223
	Tribunal de Contas do Município	347
	SUBTOTAL	3.395
PB	Assembléia Legislativa	1.124
	Governo do Estado	85.170
	Tribunal de Contas do Estado	560
	Tribunal de Justiça	2.734
	SUBTOTAL	89.588
PE	Assembléia Legislativa	684
	Ministério Público	1.022
	Tribunal de Contas do Estado	909
	Tribunal de Justiça	12.578
	SUBTOTAL	15.193
RN	Tribunal de Contas do Estado	325
	Tribunal de Justiça	6.305
	SUBTOTAL	6.630
SE	Assembléia Legislativa	567
	Ministério Público	246
	Tribunal de Contas do Estado	553
	Tribunal de Justiça	2.617
	SUBTOTAL	3.983
	TOTAL	138.679

TABELA LV – LOTE 2 - REGIÕES NORTE E CENTRO OESTE

Estado	Órgão	Quantitativo de Servidores
AC	Assembléia Legislativa	509
	Ministério Público	306
	SUBTOTAL	815
AP	Assembléia Legislativa	150
	Ministério Público	323
	Tribunal de Justiça	778
	SUBTOTAL	1.251
AM	Assembléia Legislativa	873
	Ministério Público	498

	Tribunal de Contas do Estado	496
	SUBTOTAL	1.867
DF	Assembléia Legislativa	918
	Governo do Estado	131.022
	Tribunal de Contas do Estado	903
	SUBTOTAL	132.843
GO	Tribunal de Contas do Estado	616
	SUBTOTAL	616
MS	Assembléia Legislativa	722
	Ministério Público	596
	Tribunal de Contas do Estado	734
	Tribunal de Justiça	3.614
	SUBTOTAL	5.666
RR	Ministério Público	145
	Tribunal de Justiça	718
	SUBTOTAL	863
TO	Assembléia Legislativa	1.178
	Ministério Público	419
	Tribunal de Contas do Estado	471
	SUBTOTAL	2.068
	TOTAL	145.989

TABELA LVI – LOTE 3 - REGIÕES SUL E SUDESTE

Estado	Órgão	Quantitativo de Servidores
ES	Assembléia Legislativa	620
	Ministério Público	469
	Tribunal de Contas do Estado	647
	SUBTOTAL	1.736
MG	Ministério Público	3.402
	SUBTOTAL	3.402
RS	Assembléia Legislativa	1.491
	Governo do Estado	48.804
	Ministério Público	3.100
	SUBTOTAL	53.395
SC	Ministério Público	903
	SUBTOTAL	903
SP	Assembléia Legislativa	4.700
	Ministério Público	6.400
	Tribunal de Contas do Estado	2.900
	SUBTOTAL	14.000
	TOTAL	73.436

Os pagamentos dos Produtos referentes à Assistência Técnica relacionada ao recadastramento dos servidores ativos, inativos e de pensionistas, bem como de seus dependentes, oriundos dos diversos poderes estaduais, no âmbito do PARSEP II, começaram a ser efetivados em agosto de 2010.

Ressalta-se que as restrições legais estabelecidas pela legislação eleitoral, especificamente no que se refere à distribuição de material de divulgação para a realização das atividades de recadastramentos contratados, impactaram de alguma forma na celeridade dos procedimentos, em face da postergação, pelas autoridades envolvidas no processo, para o seu início, considerando também as possíveis substituições de dirigentes que deveriam ocorrer nos diversos poderes da federação. Superado o período eleitoral o andamento dos procedimentos foi acelerado.

Ainda no tocante ao PARSEP II, especificamente na Ação 2274 em 2010 foram realizadas 04 (quatro) Reuniões Ordinárias do Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social – CONAPREV, sendo efetivados os pagamentos referentes à 32ª e 33ª reuniões, a empresa Q2 Eventos.

Todos os equipamentos adquiridos no âmbito do PARSEP II e destinados às unidades da federação (poderes executivos) que celebraram Acordos de Cooperação com o Ministério da Previdência Social, exceto os Estados do Paraná e de Rondônia que optaram por não fazê-lo, foram entregues para os órgãos gestores de regimes próprios estaduais.

Para a realização dos recadastramentos contratados foram empenhados no:

- Programa 0087 - Gestão de Política de Previdência Social – Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa – o montante de R\$ 5.988.356,86;

- Programa 1009 - Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal – Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa – a importância de R\$ 2.909.668,48;

- Programa 1009 - Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal – Ação 2274 – o valor de R\$ 8.759.120,00;

- O total dos empenhos atinge o montante de R\$ 17.657.145,34 (dezessete milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil, cento e quarenta e cinco reais e trinta e quatro centavos).

TABELA LVII - DEMONSTRATIVO DO FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS E/OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS E/OU COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL UTILIZADOS NA EXECUÇÃO DO PROPREV, PREVMUN E PARSEP II:

Discriminação (código do projeto, descrição finalidade e organismo financiador)	Custo Total Atualizado em 31/12/2010 (US\$)	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contrapartida nacional (Total em US\$)	Valor das transferências de recursos (US\$) *			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto (2010)	Realizado Total ***		Motivo**	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
BID 1346/OC-BR (PROPREV)	73,505,912.91	0,00	24,474,776.21	47,638,509.09	Juros	648,767.08	4,520,515.08		
					Comissão	1,886.74	559,201.74		
					Amortização	1,627,901.72	4,931,635.72		

BIRD 4673- BR (PREVMUN)	10,000,000.00	0,00	3,444,263.12	5,000,000.00	Juros	17,324.41	216,300.41		
					Comissão	388.61	56,544.61		
					Amortização	319,253.37	1,488,028.37		
BIRD 7428- BR (PARSEP II)	10,000,000.00	3,051,393.46	3,063,893.46	5,000,000.00	Juros	388,80	726,80		
					Comissão	0	0		
					Amortização	0	0		

* Apresentar individualmente por motivo.

** Amortização, pagamento de juros, comissão de compromisso, outros.

*** Os recursos acima informados tratam-se de valores já comprovados aos Bancos (BID e BIRD), onde o detalhamento de todo o planejamento e execução encontra-se discriminados nos respectivos Relatórios de Progressos emitidos pela Unidade de Coordenação de Projetos- UCP semestralmente.

Valores US\$

Fontes: Sistema COFRE, Documentos de Ordens de Pagamento, Extranet BID e Sistema Client Connection.